

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

RAFAEL DE FREITAS RIBAS

UNIVERSIDADE PÚBLICA & IDENTIDADE ORGANIZACIONAL: História e cultura
na construção identitária do PPGCSA-UEPG.

PONTA GROSSA
2023

RAFAEL DE FREITAS RIBAS

UNIVERSIDADE PÚBLICA & IDENTIDADE ORGANIZACIONAL: História e cultura
na construção identitária do PPGCSA-UEPG

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Ponta Grossa como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pelo Programa de Pós-Graduação *Stricito Sensu* em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Prof. Dr. João Irineu de Resende Miranda

PONTA GROSSA
2023

R482 Ribas, Rafael de Freitas
Universidade pública & identidade organizacional: história e cultura na construção identitária do PPGCSA-UEPG / Rafael de Freitas Ribas. Ponta Grossa, 2023.
130 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. João Irineu de Resende Miranda.

1. Identidade organizacional. 2. Cultura organizacional. 3. Universidade pública. 4. Identidade corporativa. I. Miranda, João Irineu de Resende. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 301.1

TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAEL DE FREITAS RIBAS

“Universidade Pública & Identidade Organizacional: História e cultura na construção identitária do PPGCSA-UEPG”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 22 de setembro de 2023.


Assinatura pelos membros da Banca



Prof. Dr. João Irineu de Resende Miranda - UEPG – PR - Presidente



Prof. Dr. Francismar Formentão - UNICENTRO- PR - Membro Externo



Prof. Dr. Alfredo César Antunes - UEPG-PR - Membro Interno

Prof. Dr. Márcio Ronaldo Santos Fernandes - UNICENTRO-PR - Suplente Externo

Prof. Dr. Miguel Archanjo de Freitas Junior - UEPG-PR - Suplente Interno

*Aos meus pais por nunca me
deixarem desistir. À minha esposa por
sempre me apoiar. E à Deus, por
nunca me abandonar.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha família, especialmente à minha esposa e meus pais, por todo o apoio e sustentáculo que me forneceram durante os anos de mestrado.

Ao meu orientador, agradeço pela inspiração, pelo apreço, pela confiança e pela paciência em minha formação acadêmica. Vida longa à esta parceria!

Ao PPGCSA-UEPG pelo auxílio no levantamento dos dados, tão como a todos os núcleos participantes desta pesquisa.

E à Deus, pela força e perseverança nessa caminhada.

A todos, o meu mais singelo agradecimento.

Frodo: *“Queria que o anel nunca tivesse sido dado a mim e que nada disso tivesse acontecido.”*

Gandalf: *“Assim como todos que testemunham tempos como este, mas não cabe a eles decidir, o que nos cabe é decidir o que fazer com o tempo que nos é dado.”*

(TOLKIEN, J. R. R. O Senhor dos Anéis: A Sociedade do Anel)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar uma concepção de formação identitária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a partir das produções acadêmicas dos núcleos de pesquisa, tão como a partir de sua estrutura curricular e histórica. Se fundando em uma abordagem historicista sobre as origens e direcionamentos dados à universidade pública brasileira, e também sob perspectivas sobre cultura e identidade nas Ciências Sociais Aplicadas como Clifford Geertz e Berger e Luckmann, mesclados à conceitos de gerência e administração trazidos por Albert e Wetten, principalmente no que tange à Identidade Organizacional (IO) e Identidade Corporativa (IC), o trabalho intenta propor uma mensuração da identidade do programa, e como este se apresenta para a comunidade, seja acadêmica ou não. Trazendo um acontecimento impactante para as universidades estaduais paranaenses, sendo este a Lei Geral das Universidades (LGU), o trabalho conta com uma Análise de Conjuntura, fundada em pesquisa bibliográfica, direta e indireta, e também por uma série de entrevistas com os coordenadores dos núcleos de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Organizacional; Cultura Organizacional; Universidade Pública; Identidade Corporativa.

ABSTRACT

This research aims to present a conception of identity formation of the Postgraduate Program in Applied Social Sciences at the State University of Ponta Grossa, based on the academic productions of the research centers, as well as based on its curricular and historical structure. Based on a historicist approach to the origins and directions of data for the Brazilian public university, and also from perspectives on culture and identity in Applied Social Sciences such as Clifford Geertz and Berger and Luckmann, mixed with the concepts of management and administration betrayed by Albert and Wetten, mainly with regard to Organizational Identity (IO) and Corporate Identity (IC), the work intends to propose a measurement of the program's identity, and how it presents itself to the community, whether academic or not. Bringing an impactful event to state universities in Paraná, this being the General Law of Universities (LGU), the work includes a Situational Analysis, based on bibliographical research, direct and indirect, and also on a series of interviews with the coordinators of research centers.

KEYWORDS: Organizational Identity; Organizational culture; Public university; Corporate identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Página Inicial do site do PPGCSA/UEPG	67
Figura 02 – Página de Apresentação do PPGCSA/UEPG	67
Figura 03 – Logo do PPGCSA/UEPG	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Produções do Núcleo de Inovação, e Cidadania	75
Quadro 02 - Produções do Núcleo de Direitos Humanos	78
Quadro 03 - Produções do LABTESP	83
Quadro 04 - Produções do NUEPPS	86
Quadro 05 - Produções do Núcleo de Esporte, Lazer e Sociedade	92
Quadro 06 - Produções do Núcleo Ambiental, Gênero e Pobreza	100
Quadro 07 - Análise PPGCSA/UEPG	116
Quadro 08 - Análise Núcleos.....	118

LISTA DE SIGLAS

IES	Instituição de Ensino Superior
IO	Identidade Organizacional
IC	Identidade Corporativa
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base do Ensino Nacional
LGU	Lei Geral das Universidades
PPGCSA	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Metodologia.....	17
2	A UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUA CRISE	20
2.1	As Primeiras Universidades	20
2.2	A Universidade na Europa e seu impacto.....	21
2.3	A Universidade na América do Sul e no Brasil.....	25
2.4	A criação da atual Universidade brasileira.....	30
2.5	A Lei Geral das Universidades (LGU).....	40
3	A IDENTIDADE E A CULTURA ORGANIZACIONAL	44
3.1	Cultura e suas diversas formas.....	44
3.2	A Cultura Organizacional e a Formação de Identidade.....	49
4	A UEPG E O PPGCSA	58
4.1	A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).....	58
4.2	O Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG (PPGCSA-UEPG)	62
4.2.1	A Estrutura do PPGCSA-UEPG.....	66
4.3	Núcleo de Pesquisa em Inovação, Cidadania e Políticas Públicas.....	72
4.4	Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas	76
4.5	Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social, Teoria Política e Pós-Estruturalismo (LABTESP).....	80
4.6	Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais.....	84
4.7	Núcleo de Pesquisa Esporte, Lazer e Sociedade.....	89
4.8	Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condições de Pobreza.....	97
4.9	Núcleo de Pesquisa em Saúde Pública, Doença e Assistência em Saúde no Brasil.....	102
5	A IDENTIDADE DO PPGCSA – UMA ANÁLISE DOS DADOS	105
5.1	Considerações finais sobre a análise.....	115
	REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

A universidade pública, é, sem dúvidas um dos pilares científicos da sociedade, sendo uma das maiores forças motrizes de conhecimento e desenvolvimento econômico e social. Dentro de um panorama social brasileiro, ainda é uma das instituições em que mais se encontra focos, e até consolidações, de crises, tanto internamente, quanto externamente devido aos maiores e diversos tipos de ataques daquela que a mais se serve: a sociedade.

Deste ponto, pode se citar como exemplo, as eleições de 2018 do Brasil, que elegeram um governo que tratava a universidade pública como campos ideológicos que deviam ser erradicados e minados. Este posicionamento prosseguiu nos anos seguintes após a eleição, trazendo consigo, uma visão de intenções elitistas para com o ingresso dos estudantes na universidade pública, traduzidos pela fala do até então ministro da educação Ricardo Vélez Rodriguez, onde afirmou que as universidades não seriam para todos, mas apenas para uma “elite intelectual”. Este direcionamento foi apresentado até mesmo pelo seu sucessor Abraham Weintraub, que, em 30 de abril de 2019, anunciou a retenção de 30% das verbas destinadas a três grandes universidades públicas (G1, 2019).

Tal explicação para esse fato seria a da concepção governamental de que as instituições de ensino estariam promovendo a formalização de uma linha de pensamento nociva à sociedade, sempre se fundando em pautas denominadas “de esquerda”. Tais feitos se resumiriam ao que indicaram como “balbúrdia”, permeada por eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas em suas instalações de modo a gastar “dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, tais como: “sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus”.

A linha deste raciocínio discriminatório não se restringiu à seara federal, tendo se alastrado para os governos estaduais, como podemos citar de exemplo no Paraná, onde ocorreu a criação da recém aprovada Lei Ordinária Estadual nº 20.933 de 17 de dezembro de 2022, também denominada como Lei Geral das Universidades (LGU), que denotou uma reformulação fiscal nas universidades, tão como gerencial e de produtividade. Tal fato, na visão da oposição legislativa do Estado, objetiva o maior controle do estado paranaense sobre a instituição, e a supressão da autonomia universitária, entretanto, para o governo paranaense, tal instrumento servirá para uma

modernização na forma gerencial das universidades, tão como um suposto de equidade de investimentos.

Dentro desta discussão sobre a importância da universidade pública e como a mesma se insere na sociedade, evidente que, a partir de 2020, esta questão restou completamente positiva, frente a importância da pesquisa e do desenvolvimento gerado dentro das instituições públicas perante o surgimento do Sars-Cov2 (COVID-19) e a decretação de uma pandemia mundial, fazendo com que essa imagem de ociosidade por parte do setor público de ensino superior fosse brevemente esquecida. Contudo, ainda resta o receio de como que a imagem das instituições de ensino superior (IES) públicas irá se manter neste contexto político completamente polarizado.

Para isso, esta pesquisa traz a questão de que a universidade pública não deva aguardar o reconhecimento, mas sim, se reconhecer no lugar em que ocupa na sociedade.

Assim como prelecionam Miranda, Sidulovicz e Machado (p.02, 2017), no presente formato de desenvolvimento socioeconômico, a noção de que se vivencia uma Sociedade da Informação e produz-se em uma Economia do Conhecimento vai naturalmente conduzindo as universidades a um novo patamar institucional, sendo que, desta maneira, as universidades brasileiras, em sua forma de Instituições de Ciência e Tecnologia, “ganham a relevante missão de contribuir decisivamente para o desenvolvimento do país, por meio da transferência e aplicação de seus conhecimentos em favor da sociedade.”

Sendo assim, espera-se das instituições, não só a transparência sobre, mas como estas buscam expor o que está sendo produzido em seu cerne, a ponto de mitigar toda e qualquer desconfiança sobre como e o que é produzido.

Antes mesmo de encontrar alguma resposta definitiva à esta pesquisa, deve-se voltar a um primeiro ponto em que a pesquisa deve dar atenção máxima: o que a própria IES deve mostrar?

A fim de buscar uma solução a esta resposta, a pesquisa se fundou em buscar um meio hábil para tanto, não atribuindo uma visão mercantilista para algo que não pode ser “vendido”, como é o caso das IES públicas, e ao mesmo tempo trazer uma proposta gerencial e administrativa para que as instituições possam sim, mensurar o quanto valem, mas sem, no caso, “valer”.

Com essa premissa, a pesquisa voltou-se à gestão de ativos intangíveis.

Evidente é o fato de que não se poderia trazer à tona a questão dos ativos intangíveis à uma IES pública, visto que, por sua essência, de acordo com Schmidt, Santos e Gomes (p.298, 2011), o conceito de ativo intangível seria como sendo estes “recursos incorpóreos controlados pela empresa capazes de produzir benefícios futuros.”, ou como nos traz Ludícibus (p.203, 1997), são os ativos de capital que não possuem existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário.

Novamente, depara-se com a barreira: como calcular o valor de algo que não possui valor monetário? Possivelmente, atribuir este “algo” à IES pública é o mesmo que ir ao encontro aos desejos de privatização embaixadores da maioria dos ataques às IES. Contudo, deve-se adotar esta prática não para calcular o que se soma de valoração, mas sim, observar o que, atualmente, está retirando o valor destas instituições.

E é neste sentido de que se parte da premissa de que as IES precisam se reconhecer para serem reconhecidas.

E é sobre esse aspecto que a pesquisa segue seu rumo, buscando entender o que compõe a identidade organizacional das IES públicas, para que, estas, após terem consigo o que elas representam para a sociedade, se autopromovam e assim, promovam uma reaproximação com a sociedade, e conseqüentemente, a retomada de prestígio, diante de ações governamentais.

Contudo, embora fosse a vontade do pesquisador, este trabalho não possui forças para denotar a totalidade das identidades das universidades brasileiras, podendo apenas trazer o apanhado geral repassado através da história.

Em seu primeiro capítulo, o trabalho busca reforçar a origem do seio universitário na sociedade brasileira, permeando desde à criação do conceito de universidade na Europa, passando pelas influências sobre os modelos adotados pelo Brasil através dos séculos.

Além disso, o primeiro capítulo traz consigo o contexto de elaboração das leis brasileiras que fundamentaram o desenvolvimento universitário, apresentando não só as formas principiológicas de finalidades do ensino superior público no Brasil, mas o processo de atribuição da autonomia às universidades em sua autogerência e regulação.

Este capítulo tem como escopo, apresentar a construção identitária geral da universidade brasileira, apontando um ideal que, embora arcaico, perdurou durante

todo desenvolvimento desta instituição, possuindo uma renovação finalística apenas em 1996, com o advento da Lei nº 9.394 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

No primeiro capítulo, também se apresenta a mais recente norma jurídica criada, com impacto direto na universidade pública paranaense, sendo esta, a Lei Geral das Universidades (Lei nº 20.933 em 17 de dezembro de 2021), sendo parte do panorama de análise da pesquisa.

Mas ao estipular a questão identitária das IES através do tempo, resta à pesquisa apresentar a fundamentação de que esta identidade, além de existir mesmo com relação à uma instituição pública, pode ser objeto de mensuração, e por consequência, gerência, por parte da administração universitária.

Para isso, o segundo capítulo deste trabalho aponta o desenvolvimento dos conceitos cultura e identidade, permeando autores como Stuart Hall, Zygmunt Baumann e Clifford Geertz, principalmente partindo das concepções sobre a construção da realidade trazidas por Luckmann e Bergman, que trazem as noções sociais sobre os referidos temas, até chegar à concepção de que, estes, figuram como pontos precursores do conceito “identidade organizacional”.

Esta seria a chave para se mensurar o “valor” que se é produzido dentro de uma IES. A partir deste ponto, a identidade organizacional se torna objeto de análise do trabalho, agora, focando totalmente sobre o resultado de sua posição na sociedade, ou seja, a IES é o que ela produz, e é isso que deve ser apresentado à sociedade.

Desta maneira, cabe a pesquisa assumir o papel de redirecionar o estudo à um objeto mais palpável do ponto de vista metodológico, visto, que seria impossível, atribuir uma única e indistinta identidade às IES brasileiras. Sendo assim, o trabalho inicia o enfoque sobre uma IES específica, sendo esta, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Se baseando no termo que conceitua a universidade sobre um viés etimológico, percebe-se que mesmo uma única instituição, por sua pluralidade intrínseca, restaria forçosa a atribuição de uma única identidade.

Por esta razão, opta-se por analisar o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicada da UEPG (PPGCSA-UEPG).

Nascido em 2000 e reconhecido em 2002, o programa instituiu dentro da universidade, uma vertente interdisciplinar do seio universitário pontagrossense, tornando-se referência quando se pensa em pluralidade produtiva.

Possuir a identidade organizacional de pluralidade de produção acadêmica, pode vir ser uma característica de grande interesse dentro de um planejamento gerencial para a IES pública.

Neste sentido, o PPGCSA-UEPG possui, além de duas linhas de pesquisa distintas, cinco núcleos temáticos de pesquisa sendo tais: Núcleo de Pesquisa em Saúde Pública, Doença e Assistência em Saúde no Brasil; Núcleo de Pesquisa Esporte, Lazer e Sociedade; Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais; Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza; Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas; Núcleo/Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social, Teoria Política e Pós-Estruturalismo; e Núcleo de Pesquisa em Inovação, Cidadania e Políticas Públicas.

A partir deste ponto de delimitação do objeto, o trabalho buscará trazer em seus capítulos terceiro e quarto, um levantamento identitário multifacetado, presente nos núcleos de pesquisa do programa analisado.

O terceiro capítulo intenta compreender a criação da UEPG, permeando os caminhos principiológicos da universidade ao decorrer das décadas, trazendo um panorama identitário e cultural geral à instituição. Tão como trará o caráter organizacional do PPGCSA-UEPG, em que, primeiramente, buscará estabelecer o contexto de criação do programa na universidade, e por seguinte, minuciar todo o caráter produtivo do programa através dos núcleos de pesquisa, a fim de estabelecer e atribuir uma identidade organizacional multifacetada dos mesmos, atribuição esta, reservado ao quarto e último capítulo.

Este estudo analítico observará os ditames metodológicos da análise de conjuntura, passando a estabelecer uma correlação de existência entre o panorama de regulamentação trazido por elementos governamentais, tão como a preservação da autonomia universitária. A partir desse levantamento, o material analisado e mensurado a partir dos conceitos de identidade organizacional e identidade corporativa trazidos por Albert e Wetthen (1985), buscando assim elementos que constatem a identidade do PPGCSA-UEPG.

Com esse percurso, o trabalho objetiva apresentar um modelo de mensuração da identidade organizacional do bem público, sendo este o PPGCSA-UEPG. A partir desse levantamento, estima-se apresentar uma nova perspectiva de gerência e modelagem das IES públicas, a fim de revalorizar as suas raízes e estruturas, e, conseqüentemente, a sua existência na sociedade brasileira.

1.1 Metodologia

A presente pesquisa possui duas finalidades, identificar uma possível forma identitária do PPGCSA, e, além disso, mensurar como essa identidade é exercida e trabalhada dentro do próprio PPGCSA sobre o prisma de identidade corporativa.

Tal intento tem como base a necessidade de se estabelecer uma forma gerencial para a universidade pública, dentro de um panorama produtivo, estabelecido pelo governo estadual, por meio da LGU.

Por estas razões, a análise dos dados realizados se dará por meio de uma análise de conjuntura.

A Análise de Conjuntura é um método-instrumento da Ciência Política, para fins de interpretação dos eventos, os quais surgem da ação dos atores em específicos contextos, estes dinâmicos, em virtude dos eventos que surgem, findam ou se reproduzem (OLIVEIRA, 2014).

Para Adriano Oliveira (2014), trata-se de uma análise intemporal, “apesar de ter como objetivo principal a interpretação das realidades sociais em dados instantes. Porém, a Análise de Conjuntura, ao decifrar e interpretar uma dada realidade, já tem pressa/necessidade de prognosticar e interpretar outras realidades que surgirão”

De acordo com Hebert José de Souza (1984), a Análise de Conjuntura deve permear alguns elementos existentes que seriam:

- a) Acontecimento: Deve-se distinguir um determinado acontecimento marcante, que promovam uma estipulação de rota de sentido, revelando também, como menciona o autor, uma “percepção que uma sociedade ou grupo social, ou classe tem da realidade e de si mesmos”;
- b) Cenários: é onde ocorrem as ações da trama social e política se desenvolvendo em determinados espaços que podem ser considerados como o palco dos acontecimentos;

- c) Atores: segundo Souza (1984) o ator é “alguém que representa, que encarna um papel, dentro de um enredo, de uma trama de relações”, ou seja, dentro da análise, são os sujeitos que concorrem com influência sobre o acontecimento;
- d) Relações de força: seriam as influências pertencentes aos atores dentro do panorama estudado, podendo ser de confronto, de coexistência, de cooperação, contudo, sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação;
- e) Relação entre estrutura x conjuntura: a Estrutura é tida como o conjunto de elementos estáveis que presidem a organização da sociedade, da economia e da política, que lhe dão uma forma, uma ordem e uma estabilidade. Já o acontecimento, sendo desenvolvida pelos atores sociais, gerando uma situação, define-se como conjuntura. A partir da relação dos mesmos com a história, com o passado, com relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas ao longo de um processo mais longo, deve-se estabelecer uma relação, sendo esta, a finalidade da análise.

Assim, tendo como ator principal o PPGCSA, nesse contexto de antagonismo, figuraria como ator, o governo do Paraná, visto que é a entidade com força atuante dentro do panorama analisado. Tão como deve se analisar o ator UEPG.

Neste mesmo panorama, terá, como pano de fundo, a LGU, visto ser uma lei reguladora do sistema analisado, e intimamente ligada às estruturas administrativas da universidade, dentro do período abrangido, sendo este os anos de 2021, 2022, até março de 2023.

Sobre a mensuração do potencial identitário do programa, isso se dará com a utilização dos métodos propostos por Albert e Wetthen, respaldados por outros adeptos, como Linda Smircich, relacionados às técnicas de desenvolvimento identitário dentro das organizações, dentro de um contexto de cultura organizacional.

O método trazido pelos autores consiste em apontar nas análises de levantamento de identidade organizacional, três elementos tratados como essenciais para a construção da identidade, sendo tais a centralidade, distintividade e continuidade. Para isso, a pesquisa voltará sua atenção para estes elementos presentes, tanto na estrutura do PPGCSA, quanto na estrutura dos núcleos de pesquisa pertencentes ao mesmo.

Com relação à estrutura do programa, a análise abordará desde a formação legal e administrativa do mesmo, com respaldo em documentação direta e indireta, passando pela estrutura apresentada pelo PPGCSA em seu website (<https://www2.uepg.br/ppgcsa/>) e redes sociais (Instagram e Facebook), permeando dados como a estrutura disciplinar e o processo de seleção de discentes.

Com relação aos núcleos, será abordado tanto a história de criação dos mesmos, quanto o material produzido dentro do lapso de tempo apresentado alhures. A análise, além de contar com a utilização de documentação direta e indireta, também se valerá de entrevistas com os coordenadores dos núcleos, buscando estabelecer uma relação subjetiva dos mesmos com a noção de identidade almejada.

O material produzido pelos núcleos será obtido por meio de um cruzamento de dados que se fundará pela plataforma Lattes do CNPQ, por meio do Currículo Lattes e do Diretório de Grupos de Pesquisa, tão como, se houver, analisará sites institucionais próprios dos núcleos de pesquisa.

Para o levantamento de dados sobre as produções e os websites, a pesquisa buscará se valer de uma abordagem em que simulará uma busca realizada por um cidadão comum, adotando apenas como meio de pesquisa online buscas diretas nas já referidas plataformas do CNPQ, e em busca textual pela plataforma Google™.

Também ocorrerá a obtenção de dados a partir de entrevista semiestruturada com os coordenadores dos núcleos de pesquisa do PPGCSA, tão como se utilizará a apresentação dos núcleos de pesquisa perante o evento I Colóquio Inter Núcleos do PPGCSA-UEPG, ocorrido em 2020.

Por fim, restará o cômputo desses elementos identitários, buscando estabelecer, dentro da unidade interdisciplinar do PPGCSA, uma possível forma de IO/IC a ser manejada gerencialmente dentro da entidade, tão como, receber a percepção dos coordenadores quanto a autonomia dos núcleos dentro do cenário institucional da UEPG.

2 A UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUA CRISE

Quando nos referimos à universidade pública, e o cenário pelo qual está passando, resta necessária a análise sobre tudo que envolve essa instituição milenar, como suas origens em solo europeu, tão como a implementação das universidades na América Latina.

Esta primeira análise de conjuntura, visa trazer um reconhecimento sobre a instituição em si, e como a universalidade, não apenas de ensino, mas também, de valores, fora moldada em suas raízes ontológicas.

2.1 As primeiras universidades

Nos diversos períodos da história, alguns acontecimentos servem como marco das etapas evolutivas da humanidade, atuando na fixação de papéis sexuais e sociais desempenhados, como no mundo antigo, assim como no estabelecimento de locais de aprendizagem, sendo um destes marcos, a educação. (BOHER, *et al.*, p.2, 2008).

De acordo com Giovanni Reale, ao se traçar uma ordem cronológica acerca da origem da universidade no mundo, alguns sinais apontam o surgimento da universidade ainda na época helênica, quando no ano de 387 A.C. o ilustre filósofo Platão, da Grécia, criou a Academia, em Atenas, no bosque de Academos, após sua breve viagem à Itália, em que almejou a criação de “verdadeiros políticos”, através da filosofia (REALE, p.75, 2008).

De outro lado, arqueólogos poloneses em uma missão para limpeza do pórtico do Teatro Romano, situado ao Leste de Alexandria, encontraram estruturas semelhantes ao formato de espaço acadêmico que conhecemos hoje, com treze locais, contando com uma tribuna elevada, aparentemente destinada ao trabalho de um professor ou conferencista (LULAT, 2005 *apud* BORTOLANZA, p.3, 2017).

É calculado que a descoberta Universidade de Alexandria, no antigo Egito, teria a capacidade para 5.000 estudantes, sendo que, os mesmos arqueólogos poloneses ainda encontraram a antiquíssima biblioteca em Alexandria, em que os relatos apontam sua fundação por Ptolomeu I, por volta de 295 a.C. (LULAT, 2005 *apud* BORTOLANZA, p.3, 2017).

Para Arnaldo Barreto e Carlos Filgueiras (p.1780, 2007) o conjunto constituído pela Biblioteca e pelo Museu de Alexandria condiz como a primeira instituição que mais se aproxima do conceito de universidade, e de acordo com os autores, embora nunca tenha sido conhecida comumente, estima-se que a Biblioteca e o Museu constituíram um centro de ensino e pesquisa, formando um prelúdio do que viria a ser uma universidade de pesquisa na modernidade.

Segundo algumas visões sobre a construção epistemológica das universidades, no século IV A.C., a educação grega contou com um pioneirismo de disciplinas, sendo que, no século V a.C., surgem os primeiros relatos de profissionais de ensino remunerados, mesmo sem existirem escolas como formas de instituição (BREVIÁRIO, 2013).

Posteriormente, encontraram-se outras instituições de ensino, com formação histórica, que datam de milhares de anos atrás, e em alguns casos ainda continuam em atividade, como exemplo disso, temos o caso da Universidade de Al-Karaouine em Marrocos, na região de Fes, sendo que esta universidade teve sua origem em uma Madrasah, uma espécie de escola que fora criada no ano de 859 D.C., mas somente em 1957, passou a ofertar graduações em matemática, física, química e línguas estrangeiras e até hoje, permanece em atividade (BREVIÁRIO, 2013).

De mesmo modo, a Universidade de Al-Azhar, listada como a segunda universidade criada, e que ainda se encontra em atividade, localizada no Cairo, capital do Egito, teve sua fundação datada entre 970 e 972, tendo seu enfoque em Teologia, em que se busca a conciliação entre a fé e a ciência, sendo exemplo para muitos docentes e discentes do mundo islâmico (BREVIÁRIO, 2013).

Contudo, embora a origem seja de difícil localização, todos os formatos trazidos como prelúdios do que viria ser a forma universitária vigente, tiveram influência sobre as bases europeia, que, aqui, tratar-se-á como a região universitária precursora de toda a formação do conceito universitário brasileiro que conhecemos hoje.

2.2 A Universidade na Europa e seu impacto

A criação da universidade europeia foi uma das maiores realizações da Idade Média, sendo que a mesma surgiu dos estudos e escolas dos mosteiros e catedrais,

à época, fontes de toda a construção intelectual (BARRETO e FILGUEIRAS, p.1782, 2007).

De acordo com Serrão (1984, *apud* BARRETO E FILGUEIRAS, p.1780, 2007), a palavra *Universitas* era comumente utilizada para designar a comunidade de alunos e mestres, já a instituição que hoje conhecemos como universidade, era denominada por *Studium*. Com o passar dos anos, *Universitas* passou a adquirir a conotação que temos para universidade como instituição, e *Studium* passou a se referir a uma instituição específica, ou a união de instituições.

A grade curricular das universidades à época, possuía a filosofia e as sete artes liberais, as quais, eram divididas em duas etapas distintas, o *trivium* o *quadrivium*, o primeiro, englobando a gramática, a retórica e a lógica e, o segundo, a geometria, a aritmética, a música e a astronomia, sendo que apenas aqueles que concluíam o estudo das artes liberais eram considerados aptos ao estudo da filosofia (BARRETO e FILGUEIRAS, p.1780, 2007).

A universidade europeia medieval possuía traços mais condizentes com as notórias escolas atenienses de Platão e Aristóteles, respectivamente a *Academia* e o *Liceu*, estas precursoras à instituição alexandrina (RUEGG, p. 45, 1996).

Dentro desta estrutura medieval, a qual cultivou até o século XVII, pois, após esse período, a influência da Revolução Científica tomou uma enorme força dentro da Europa, até que finalmente, no século XIX, veio a ocorrer o que se pode designar como uma verdadeira Revolução Universitária, a partir da qual a universidade passa a ser o local por excelência de realização de pesquisa científica (BARRETO e FILGUEIRAS, p.1781, 2007).

Neste cenário revolucionário, como uma das mais célebres, e também a mais antiga delas, se situa a Universidade de Bolonha, que foi fundada entre 1180 e 1190, e que se constituiu como a mais antiga universidade e a primeira no ocidente (BARRETO e FILGUEIRAS, p.1781 2007).

Sempre amparada pelo seu lema "*lo Studium di Bologna nasce da gli studenti e per gli studenti*", ou seja, "*O Studium nasceu dos estudantes para os estudantes*", durante as guerras mundiais, seus gestores buscaram se aproximar de países mais avançados tecnologicamente, o que fez com que, ainda hoje, a instituição seja considerada *l'Alma Mater* da construção científica na Europa, sendo ainda uma das líderes do sistema universitário europeu, resguardando pra si, um caráter totalmente tecnológico (BORTOLANZA, p.4, 2017).

Dentro deste pioneirismo científico, também se situa a Universidade de Paris, que não apresenta notas precisas acerca de sua fundação, contudo, pode se estimar que suas atividades iniciaram em 1096, sendo que, para Verger (2001, apud BORTOLANZA, p. 5, 2017), a Universidade de Paris tornou-se uma espécie de baliza intelectual para o Ocidente medieval se tornando um modelo para demais universidades.

Neste sentido

A universidade parisiense torna-se não apenas um exemplo, mas igualmente forma um novo profissional, o profissional da cultura, cujo trabalho é o estudo, a ciência, o saber. Não seria ousado afirmar que se forma um novo personagem social vinculado ao saber: o doutor. Essa figura e essa função continuam a existir em nossas universidades (VERGER, 2001 *apud* BORTOLANZA, p.5, 2017)

Ainda mais, dentro de um círculo de celebridades, a universidade parisiense fora o lar intelectual do filósofo Pedro Abelardo, protagonista de um dos mais conhecidos romances trágicos da Idade Média, “O Drama Heloísa-Abelardo” (BARRETO e FILGUEIRAS, p.1780, 2007). Ainda em solos franceses, pode-se citar a Universidade de Montpellier, nome da própria localidade na França, com sua criação oficial em 1150, embora já ministrasse aulas antes de sua fundação (MONTPELLIER, 2023).

Dentre as célebres instituições europeias, a Universidade de Oxford possui local especial na lista, contudo também não se tem a precisão do início de suas atividades, embora seja considerado o ano de 1096 o de sua criação, mesmo com o conhecimento que houveram aulas ministradas anteriormente (UNIVERSITY OF OXFORD, 2023). A universidade trouxe um pioneirismo científico tão abrangente, que seus estudos são conhecidos mundialmente, como, por exemplo, no desenvolvimento de vacinas e outros medicamentos.

A Universidade de Salamanca, situada na Espanha, existe desde 1218 e o título de Universidade foi concedido pelo Papa Alexandre IV em 1225, mas teve suas atividades oficialmente iniciadas pelo rei Leonês Alfonso IX (USAL, 2023), também fundada em um caráter religioso-científico.

Enfim, fácil é elencar as inúmeras instituições universitárias europeias, visto o seu enorme reconhecimento para além de seu continente, e pelo enorme processo de criação de universidades na Europa, sendo esta, uma constante, de modo que em 1500 já haviam mais de meia centena de universidades na Europa (BORTOLANZA, p.5, 2017).

Como leciona Verger (2001, *apud* BORTOLANZA, 2017), o surgimento das primeiras universidades, na virada dos séculos XII e XIII, é um momento capital da história cultural do Ocidente medieval:

O agrupamento dos mestres e/ou dos estudantes em comunidades autônomas reconhecidas e protegidas pelas mais altas autoridades leigas e religiosas daquele tempo, permitiu tanto progressos consideráveis no domínio dos métodos de trabalho intelectual e da difusão dos conhecimentos quanto uma inserção muito mais eficiente das pessoas de saber na sociedade da época (VERGER, 2001 *apud* BORTOLANZA, p.5, 2017).

Para Bortolanza (p.6, 2017) na Idade Média, o cristianismo sempre visou o desenvolvimento escolar, contudo, a universidade surge como novo local, pois seu princípio não é mais o ensino no qual a religião é o seu fim predominante, mas sim o saber científico.

Neste período, de acordo com Terezinha Oliveira (p.124-125, 2007)

A preocupação dos homens das universidades não é somente formar o clérigo, mas formar uma pessoa capaz de aprender e de ensinar. O saber deixa de ser um dom, uma graça divina, como era considerado até então. Torna-se uma atividade humana que qualquer um que possuísse intelecto racional poderia desempenhar, ou seja, qualquer ser humano. O conhecimento, o ensino e o saber adquirem uma dimensão nova e essa é a grande inovação da universidade.

Neste pretexto, surge, dentre as universidades mais antigas, e com influência sobre a brasileira, se encontra a Universidade de Coimbra. É importante ter uma breve ideia da origem e funcionamento da Universidade de Coimbra por conta de seus estreitos laços com o Brasil e sua influência em muito de nossa história.

Fundada a partir de uma carta de 12 de novembro de 1288, dirigida ao Papa Nicolau IV, em que se era solicitada a criação de um *Estudo Geral* no Reino de Portugal, tendo como emissores os abades e priores dos principais mosteiros portugueses, que se comprometiam a usar as rendas de suas instituições para manter aos mestres e doutores que ministravam no *Studium* (BARRETO E FILGUEIRAS, p. 1780, 2007).

A universidade de Coimbra, portanto, seguiu a lógica das demais universidades europeias medievais, emergindo de um núcleo de estudos fundado ou confirmado por autoridade real ou papal. Como a igreja tinha privilégios universais, também os membros das universidades se valiam de privilégios amplamente reconhecidos, apresentando assim que, desde se sua origem medieval, a universidade já possuía um caráter de elitismo de classe, se contrapondo ao caráter “universal” da instituição.

Barreto e Filgueiras (p.1780, 2007) afirmam que “A Universidade de Coimbra, assim como as outras universidades europeias antigas, estruturou-se, portanto, em torno de um *Studium Generale*, ou estudos gerais, como veio a ser conhecido em Portugal.”

As universidades europeias, em geral, conservaram essencialmente a estrutura medieval até o século XVII, sendo que, após a influência da Revolução Científica, ocupou um lugar de força, até que finalmente, no século XIX, viria ocorrer a aclamada Revolução Universitária, a partir da qual “a universidade passa a ser o local por excelência de realização de pesquisa científica” (BARRETO e FILGUEIRAS, p. 1781, 2007).

Segundo os autores, embora muitas universidades europeias já tivessem sofrido mudanças significativas a partir do século XVII, Coimbra manteve-se conservadora e medieval, até a realização da reforma modernizante empreendida pelo Marquês de Pombal em 1771. A partir deste marco, foram introduzidas no currículo as ciências modernas, como a Química, a Física e a História Natural.

Em resumo, pode-se frisar o que prega Luiz Eduardo Wanderley (p.12, 2017):

Algumas características das universidades medievais podem ser apontadas: seu caráter conservador, suas polêmicas teológicas e de outro teor, como as disputas entre realistas e nominalistas, o espírito universalista do professorado italiano, os cursos longos de teologia, o regime de internato, as aulas orais, a defesa de tese ao final dos estudos. Sua tônica estava voltada para o saber como um fim em si mesmo, o saber desinteressado. Criadas para formar uma elite aristocrática, depois complementadas por uma elite de mérito, elas irão sofrendo mutações através dos tempos e se adequando às novas condições impostas pela realidade.

2.3 A Universidade na América do Sul e no Brasil

No contexto da colonização espanhola, a primeira universidade foi criada em Santo Domingo, na Ilha de Hispaniola (conhecida atualmente como República Dominicana), que recebeu o estatuto de universidade plena pelo Papa Paulo III, em 1538, e era composta pelos cursos de medicina, direito, teologia e artes, sendo que o processo de criação de universidades se seguiu ainda no século XVI na América espanhola, como as do México, de Lima e de Quito (BARRETO e FILGUEIRAS, p.1781, 2007).

Segundo os já referidos autores, Santo Domingo chegou a ter uma segunda universidade quinhentista, a de *Santiago de la Paz*, fundada em 1558, e apenas no

século XVII, outras surgiriam por todo o território da coroa espanhola na América, processo este que seguiu no século posterior.

Ainda afirmam que em pouco mais de dois séculos e meio a Espanha havia fundado na América cerca de vinte e quatro universidades, porém, não tinham o mesmo grau de desenvolvimento ou importância, ou respeito, porém, algumas, todavia, vieram a tornar-se importantes centros de ensino, estando em atividade até à atualidade.

Entretanto, com o surgimento da Universidade Nacional Mayor de San Marcos deu-se o início da história da universidade no continente, em 12 de maio, 1551 nos conventos de Cuzco, principal cidade peruana no século XVI, e Lima com estudos de Artes e Teologia (UNMSM, 2023). A Universidade começou a operar em 02 de janeiro de 1553 na casa do capítulo do Convento do Rosário da Ordem Dominicana (UNMSM, 2023) sendo a única da América que teve suas atividades continuadas sem interrupções.

Até o final do século XVIII, grande parte dos países latino-americanos apud contavam com uma ou mais universidades totalizando dezenove instituições e chegando a mais de trinta no século XIX, excetuando-se o Brasil (BORTOLANZA, p.5, 2017).

Neste sentido de imposição, as universidades da América Latina seguiram os mesmos preceitos das instituições europeias, tendo como principal modelo, a vertente universitária francesa, sendo o formato que mais se identificou com as universidades latino americanas implantadas.

De acordo com Wanderley (p.13, 2017):

O exemplo que o modelo francês trouxe para a América Latina foi o do estabelecimento de faculdades para cada profissão, que diplomam os alunos para o exercício profissional, outorgando títulos e qualificações, com reconhecimento dado pelo governo. O importante a ressaltar é que as universidades funcionaram como locais apropriados para a educação das elites dos países dessa região e seu consequente acesso aos postos políticos e burocráticos.

A influência europeia aos poucos começou a esmorecer por não haver conciliação entre o ensino profissional e as atividades de pesquisa científica. No Século XIX, a forte expansão do ensino superior na América do Norte exerceu pressão nas universidades da América Latina (ROSSATO, 2005, apud BORTOLANZA, 2017).

No século XVI, ocorreu a fundação da Companhia de Jesus por Inácio de Loyola, aonde os jesuítas vieram a ter uma grande importância no ensino superior em

territórios católicos, como Portugal, e o Brasil, atuando em Portugal, na Universidade de Coimbra (BARRETO E FILGUEIRAS, p.1781, 2007).

Tal fato, iniciou a criação dos Colégios das Artes, e que foram sendo criados pelos jesuítas em diferentes pontos do mundo, incluindo o primeiro Curso de Filosofia fundado pelos jesuítas no Brasil em Salvador em 1572, onde assumiu aos poucos a feição de uma verdadeira universidade e passou a conceder os graus de bacharel, licenciado e mestre em artes (BARRETO e FILGUEIRAS, p.1780, 2007).

Nas palavras de Serafim Leite (p.193, 2000):

“[...] o curso de Artes do Colégio da Bahia apresenta-se como uma Faculdade de Filosofia, de direito pontifício e de feição e praxe universitária, e com a mesma praxe e solenidade dava o grau de Mestre em Artes aos externos: anel, livro, cavalo, pagem do barrete, e capelo azul de seda.”

O mesmo sucedeu em todos os locais onde os jesuítas vieram a estabelecer outros Cursos de Filosofia no Brasil colonial: Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará, efeito esse que, ao longo do século XVII, mais precisamente por volta de 1670, foram realizados vários pedidos para que o Colégio de Salvador, ao menos, conseguisse o privilégio de ser reconhecido como uma Universidade, contudo, todas as petições foram indeferidas pelos consultores coimbrãos a quem pedia o soberano para opinar (CALMON, 1967 *apud* BARRETO e FILGUEIRAS, p.1780, 2007).

Barreto e Filgueiras (p.1781, 2007), mencionam que, em pareceres enviados ao Rei a respeito do pedido de 1670, o Reitor da Universidade de Coimbra descreve de forma arrogante e preconceituosa a situação do povo baiano e a relação para com a universidade, atribuindo desinteresse e inaptidão para adentrarem aos estudos de uma universidade.

Os autores ressaltam também o preconceito racial que se fazia sentir, como relata o Padre Antônio Vieira, a respeito de seu provincial, Padre Antônio de Oliveira, que fora à Corte de Lisboa pedir para o Colégio de Salvador o privilégio de universidade, e

ouviu da boca do Ministro, em menosprezo destes estudos, que lhe constava que os mais graves moradores de maneira alguma toleravam que nas classes literárias se misturassem os seus filhos com aqueles mestiços, a maior parte dos quais são de vil e obscura origem, de costumes corrompidos, viviam corrompendo os outros, e com audaciosa soberba eram pouco respeitosos para com os Professores e em geral intoleráveis aos estudantes (FONSECA, 1997 *apud* BARRETO e FILGUEIRAS, p. 1781, 2007).

Com a chegada da coroa portuguesa em 1808, segundo Sampaio (p.3, 1991):

Durante esse primeiro período, de 1808 a 1889, o sistema de ensino superior se desenvolve lentamente, em compasso com as rasas transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira. Tratava-se de um sistema voltado para o ensino, que assegurava um diploma profissional, o qual dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e a assegurar prestígio social.

As primeiras escolas superiores, criadas em 1808 continuaram em pleno funcionamento até 1934, mantendo a concepção de que o ensino superior deve ser enviesado para a formação de profissões liberais tidas como tradicionais, como medicina e direito, ou para as engenharias existentes (SAMPAIO, p.4, 1991).

Nesse sentido, a presença e o controle estatal no ensino eram de certa maneira determinantes para as instituições a serem criadas, tão como seus objetivos e o estabelecimento da grade curricular, e, neste sentido, o Estado controlava também o acompanhamento dos dirigentes das instituições de ensino, sendo que a própria distribuição das titularidades de docência, atendia mais à critérios políticos, destacando-se a nomeação regional na indicação dos primeiros docentes (ADORNO, p.1-20, 1988).

Nesse contexto de centralismo político do regime imperial, e controle do Estado por meio educação, estava a criação das universidades no Brasil, promovendo as diferentes faces de um processo que contribuiu para desvalorizar ainda mais os critérios acadêmicos, seja pela adoção de pessoal pouco qualificado, ou pela manipulação de influências políticas nas contratações, introduzindo diferenças de remuneração e de condições de trabalho sem relação com as exigências de competência e desempenho, apenas por interesses (SAMPAIO, p.5, 1991).

Tal falta de planejamento, proporcionou limitações em sua expansão e na qualificação no atendimento pleno da população, que na atualidade, ainda promove as consequências das constantes reformas educacionais e de Leis sobre as atribuições à Educação Pública e ao Ensino Superior daquela época (BORTOLANZA, p.8, 2017).

O modelo de ensino empregado se manteve quase inalterado até no final do século XIX, quando as modificações no ensino passaram a dar importância à formação tecnológica e científica. Por sua vez, os aspectos que envolvem a relação do ensino com o Estado foram influenciados por cinco momentos-chaves: 1808, 1898, 1930, 1968 e 1985 (BORTOLANZA, p.7, 2017).

Em 1808, com a chegada da corte portuguesa, em que o Brasil assume a condição de Reino; 1898, ano da Proclamação da República e da nova Carta

Constitucional; 1930 onde se marca o fim da República Velha com o regime revolucionário de Getúlio Vargas, que perdura até 1945; em 1968 sob o regime militar iniciado em 1964, e o Ato Institucional nº 5 retira da sociedade sua possibilidade de representação democrática; e finalmente em 1985 onde é eleito um presidente civil, onde se iniciam os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (SAMPAIO, p.5, 1991; BORTOLANZA, p.7, 2017).

Segundo Juarez Bortolanza (p.7, 2017), nesse contexto, apenas após 1850, já sob o governo de Dom Pedro II, inicia-se uma expansão gradual das instituições educacionais e a consolidação de alguns centros científicos, contudo o ensino superior, propriamente dito, manteve-se limitado às profissões liberais em algumas instituições isoladas de tempo parcial de suas atividades de ensino.

Foi com a queda da instituição Império e a Proclamação da República, em 1889, que vieram a ocorrer grandes mudanças sociais no Brasil, sendo que a educação as acompanhou no mesmo sentido.

Ocorre a descentralização do ensino superior pela nova Constituição da República, algo que era privativo do poder central e aos governos estaduais, permitindo assim a criação de instituições privadas, o que teve como efeito imediato a ampliação e a diversificação do sistema de ensino. O período entre 1889 e 1918, compreendeu a criação de 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas (BORTOLANZA, p.8, 2017).

Embora inovador o movimento, as novas universidades não se constituíram a partir de demandas setores da sociedade, tão como de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes, mas se concentrou em iniciativas de grupos alheios ao setor, como, por exemplo, grupos políticos (SAMPAIO, p.6, 1991). Ainda relata o autor que tal fato se demonstrou pela pouca experiência administrativa, mas dotada de cunho político, ideológico ou interesses escusos, obstando o bom andamento do ensino superior como uma política de Estado.

2.4 A criação da atual universidade brasileira

Saindo do cenário “aristocrático” em que se encontravam as instituições de ensino superior no Brasil, foi, em 1920, por força do Decreto nº 14.343, criada a primeira universidade do Brasil, sendo essa a Universidade do Rio de Janeiro, que “segundo alguns estudiosos, a razão principal da criação da Universidade do Rio de

Janeiro teria sido a necessidade diplomática de conceder o título de doutor *honoris causa* ao rei da Bélgica em visita ao país” (SOUZA, p.51, 2012).

Sendo assim, a criação da primeira universidade, na forma que conhecemos hoje, teve cunho totalmente político e de interesse.

A Universidade do Rio de Janeiro, administrativamente, é decorrente de uma fusão entre algumas Faculdades profissionais pré-existentes sem, entretanto, oferecer uma perspectiva diversa de suas unidades formadoras, posto que, ainda “ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades.” (OLIVEN, p.27, 2002).

Durante o período da Nova República, de acordo com Arabela Oliven (p.27, 2002)

Em 1931 com Francisco Campos, seu primeiro titular, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até 1961: a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica.

Segundo Fávero (p.24, 2006), determinadas questões do Estatuto das Universidades Brasileiras são fundamentais, entre eles, o formato de criação de “ilhas” à estrutura universitária proposta, que dependem diretamente da administração superior, tão como à questão de cátedra, tida neste momento como unidade operativa de ensino e da própria pesquisa docente, sendo a sua gestão considerada o ponto principal das IES.

Também neste período, surgiu a necessidade da criação de uma faculdade de Educação nas universidades, voltadas para a formação professores especializados para a atuação dentro do ensino médio, na época, denominado secundário (SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

Segundo Oliven (2002) essa foi uma medida que causou certo desconforto entre os educadores da Associação Brasileira de Educação (ABE), que sabiam do enfoque pessoal do ministro no aperfeiçoamento da educação secundária, o que deixaria de certa maneira, de lado, o desenvolvimento de pesquisas em larga escala.

No estado vizinho, foi o Decreto nº 6.283/34 do Estado de São Paulo que criou a Universidade de São Paulo (USP), iniciativa, esta, liderada por Fernando Azevedo, que intentava a recuperação do destaque perdido após a tida “Crise do Café” (SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

Tal iniciativa foi considerada como “um divisor de águas na história do sistema brasileiro de Educação Superior” (OLIVEN, 2002). Sendo que, para isso, aglutinaram as faculdades tradicionais e independentes existentes, dando origem à uma nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que buscou uma internacionalização profissional, com a vinda de professores europeus, padrão este que rendeu à USP o título de maior centro de pesquisa do Brasil (OLIVEN, 2002).

Na linha de criação de universidades na década de 30, mais precisamente em 1935, pelos intentos de Anísio Teixeira, surge a Universidade do Distrito Federal (UDF), tendo como ordem principiológica “a renovação e a ampliação da cultura e os estudos desinteressados”, sendo que as atividades de pesquisa estimuladas, partiram de iniciativas que contavam com baixos recursos financeiros, tendo por base a finalidade social.

Nessa época, este formato inovador foi denominado de "Escola Nova", e foi responsável pela renovação educacional de muitos profissionais, entre eles Lourenço Filho, no Ceará, Anísio Teixeira na Bahia, Francisco Campos e Mario Casa Santa, em Minas Gerais e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, que não só foram ícones da época, como propuseram maneiras ideais de organização do Ensino Superior no Brasil, visando a criação de "verdadeiras universidades" (SOUZA, 2012, p. 52 *apud* SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

Tal medida ousada foi considerado um enorme passo para a educação, entretanto acabou por não receber apoios governamentais, tendo, a sua precursora, a UDF, sido extinta em 1939 pelo Decreto nº 1.063, de 20 de Janeiro, com a extinção, ocorreu a absorção dos cursos pela Universidade do Brasil (UB), anteriormente denominada Universidade do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2006).

Dentro desse contexto, o Ministro da Educação e Saúde da época, Gustavo Capanema, apresentou um projeto, tido como retrógado com relação aos avanços da época, em que previa a Universidade do Brasil como um modelo único de IES em todo o território nacional (OLIVEN, 2002)

Em 1939, pelo Decreto nº 1.190, ocorreu a criação do curso de Pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, trazendo uma inovação estrutural do sistema de educação pedagógica, onde, por meio de um tido “Sistema 3+1”, fora estabelecido o período de três anos para a graduação, tidos como fundamentos teóricos da educação, e mais um ano de aperfeiçoamento didático (TANURI, p.74-75, 2000)

Para Vieira (p.4, 2008)

A organização da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil fez parte de um contexto social, econômico e político que envolveu, desde meados da década de 1930, a formação dos professores em nível universitário ou superior. Os anos de 1930 foram marcados por um intenso debate político relacionado às questões educacionais, destacando-se as discussões sobre a formação docente. Entre as questões que se discutiam com relação à reforma educacional, havia um consenso de que a educação possuía papel fundamental na construção de um Estado Nacional moderno.

Durante toda a década de 1930, houveram projetos que intentavam a qualificação e a formação dos professores em nível superior, entre todos, quatro projetos receberam destaque, e se perpetuaram. De acordo com Souza, Miranda e Souza (2019) estes seriam

O primeiro foi o Instituto Católico de Estudos Superiores, no Rio de Janeiro, em 1932; o segundo, o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, criado por Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1934; o terceiro, a Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1935, criada por Anísio Teixeira. O quarto projeto, consolidado na Universidade do Brasil, resultou do encerramento tanto da experiência de formação de professores de Azevedo quanto da de Teixeira em 1938, fruto do golpe de Estado que instituiu no Brasil o Estado Novo, em 1937. Encerrada a UDF, o Estado autoritário instalou a Universidade do Brasil e nesta a Faculdade Nacional de Filosofia. Nesse empreendimento também estiveram presentes os interesses da Igreja Católica (VIEIRA, p.4, 2008).

De acordo com Oliven (p.29, 2002), por conta da reformulação trazida pela Universidade do Distrito Federal, dirigida por Anísio Teixeira, iniciou-se um processo de rejeição ao modelo de ensino, que, embora não aderido em grande escala, preocupou os setores conservadores da sociedade, sendo que, com o intuito de reverter esta perspectiva e promover uma dita “recristianização” das elites do país, em 1946, pelo Decreto nº 8.681, é fundada a primeira universidade católica do Brasil, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), do Estado do Rio de Janeiro, trazendo a cultura religiosa em sua grade curricular.

Em outro movimento de inovação estrutural se deu a partir de 1940, quando as Faculdades de Filosofia passaram a ter a frequência de mulheres, com o intuito de ser formarem docentes no ensino secundário, isso sendo decorrente da expansão do ensino tão como a inserção da mulher no mercado de trabalho, sendo que, em muitos casos, contavam com uma estrutura defasada em cada curso, se criando um padrão de formação próprio (SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

Neste formato de expansão e de padronização, ocorre a implementação do desenvolvimento do sistema federal de ensino, que começa a tomar forma a partir de

1945, quando se inicia a federalização de algumas universidades estaduais criadas nas décadas de 30 e no início dos anos 40, o que tomou corpo com a ideia de que cada estado brasileiro, deveria conter uma universidade federalizada (SAMPAIO, p.26, 1991).

Tal “ideia” apontou a forma com que se eram divididas as criações das universidades, de acordo com os interesses regionais e políticos de cada estado (SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

De acordo com Arabela Campos Oliven (p.31, 2002)

Durante a Nova República, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Cada unidade da federação passou a contar, em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal. Durante esse mesmo período, foram, também, criadas nove universidades religiosas, oito católicas e uma presbiteriana. Concomitantemente a esse processo de integração, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas, acentuando-se, com isso, a mobilização dos universitários, que tiveram, na criação da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1938, um elemento importante para a sua organização.

De acordo com Souza, Miranda e Souza (2019) com a onda de federalização das universidades estaduais, e pelo aporte que estavam tomando, começaram as discussões sobre questões de estrutura e qualidade das universidades, sendo que, a partir da década de 1950, iniciaram os trabalhos para a proposição do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ao citarem Fávero (p.29, 2006), os autores mencionam a limitação da discussão ao meio acadêmico inicialmente, que partiu para uma evolução de análise crítica e sistemática da “instituição” universidade no Brasil.

Nesse contexto revolucionário em 1960, por força da Lei nº 3.848, foi criada a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro tendo como base o alavancar do desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, visando a graduação de engenheiros, médicos, dentistas e advogados, entre outras carreiras, tentando amenizar os efeitos da transferência do Distrito Federal para Brasília (SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

Sendo que, finalmente, em 1961, foi publicada a Lei nº 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Embora em um contexto de discussões diversas, a lei apenas manteve o modelo tradicional de instituições de Ensino Superior existentes no Brasil, ainda respaldando uma proteção à pesquisa, sem ter inovações com relação à temática organizacional das universidades brasileiras (SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

Com relação às inovações advindas de 1961, relata Luiz Antônio Cunha (p.171, 2001)

A expansão das oportunidades de escolarização no ensino secundário e a equivalência dos cursos médios ao secundário aumentaram a demanda pelos cursos superiores, que foi respondida principalmente pelo governo federal. Tal resposta assumiu três formas. Em primeiro lugar, a criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de ensino superior. Em segundo lugar, pela gratuidade de fato dos cursos superiores das instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Em terceiro lugar, a "federalização" de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades.

Com o contexto de renovação, e, mediante o golpe militar de 1964, as universidades passaram a ser submetidas a intervenções políticas em seu próprio meio, e isso se resumiu, por exemplo, de acordo com Oliven (p.31, 2002), foi afastado um grande número de professores, principalmente na Universidade Brasília, ao mesmo passo em que também foram criadas as Assessorias de Informação nas instituições federais de ensino superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter "subversivo" que poderiam atingir o governo.

Neste período, em 1966, fora promulgado o Decreto-Lei nº 53, que trouxe as regras de estruturação para as universidades federais, que, de acordo com Luiz Antônio Cunha (p.179, 2000):

Vedava a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; determinava a unidade entre ensino e pesquisa; obrigava à concentração do ensino e da pesquisa básicos, de modo a formar um sistema comum para toda a universidade. Obrigava também à criação de uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino secundário e de especialistas em questões pedagógicas – a Faculdade (ou centro ou departamento) de Educação.

Seguindo o contexto de uniformização e inovação dentro do sistema basilar das IES, em 1968, foi aprovada a Lei da Reforma Universitária a Lei nº 5.540, que, de acordo com Oliven (p.33, 2002) "criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração e o ciclo básico, dentre outras inovações".

Ainda para autora ao "estabelecer a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores", a reforma promoveu o efeito lógico de valorização da diplomação dos profissionais de ensino, o que desencadeou e potencializou a profissionalização dos docentes e criando a cultura da pós-graduação como meio hábil para este fim.

A Reforma Universitária, embora voltada para as IES federais, acabou alcançando as instituições de ensino privadas, que tiveram a necessidade de promover reformulações para atender ao trazido em lei, pois dependiam do governo para a promoção de subsídios (SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

Assim, a partir de 1968, ocorre a tida “expansão do Ensino Superior privado”, principalmente nas cidades mais distantes das capitais de seus Estados, posto que, se aumentaram as vagas e a necessidade de abranger o maior território possível por conta da Reforma, feito este que concedeu a liderança em quantitativo de discentes para as universidades privadas em 1980, entretanto, com um aspecto voltado mais para o ensino (OLIVEN, p.34, 2002).

A Reforma de 1968, formalizada pelas Leis nº 5.540 e, a não citada, mas também impactante nº 5.539, conhecida como o Estatuto do Magistério Superior Federal, tão como outros documentos basilares de sua aplicação, como por exemplo, o Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 62.937/68, para Luiz Antônio Cunha (p.171, 2000) “propiciaram condições institucionais para a efetiva criação da instituição universitária no Brasil, onde, até então, existiam somente faculdades isoladas ou ligadas por laços mais simbólicos do que propriamente acadêmicos”.

Entretanto, em contrapartida ao processo de inovação trazido pela Reforma, após aprovada, as atribuições que tratavam sobre a autonomia das Universidades foram vetadas pelo presidente da República da época, o Emílio Médici, alegando que, essas prerrogativas não se adequariam com os interesses do governo, que se valeu do Decreto-Lei nº 464/69, para ajustar a aplicação da reforma sob desígnios do regime (SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

Como mencionam Souza, Miranda e Souza (2019), o Decreto-Lei nº 464/69 reafirmava, em seu Art. 2º sob a questão de criação de cursos:

Será negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino superior quando, satisfeitos embora os mínimos requisitos prefixados, a sua criação não corresponda às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional.

No decorrer dos anos 70, foram realizadas aprimorações normativas para readequar as condições de ensino, entretanto, não foram suficientes para conseguir ajustar as questões de estrutura e método, que começou a apresentar problemas, sob o prisma de “modelo único”, posto que, por conta do alto custo para a manutenção das IES (SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

De acordo com referidos autores, citando Roquete de Macedo *et al* (2005)

as universidades públicas e privadas não tinham estrutura suficiente para atender a essa demanda, pois o seu crescimento era limitado pelos altos custos provocados pelo princípio da indissociabilidade e sociabilidade ensino-pesquisa e pela dificuldade de manter em níveis adequados o investimento requerido pelo sistema público.

Os autores ainda trazem que apenas em 1980, inicia-se a distinção entre universidades de pesquisa e universidades de ensino, questão essa, tratada em 1986, pelo GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior), e que fora transformada em texto normativo, sendo objeto, posteriormente, de sancionamento pelo Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, que criou o regimento do sistema federal de ensino de acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Esse decreto estabeleceu a distinção entre universidades e os centros universitários, atribuindo uma classificação menos à estes no tocante à “reconhecimento”, visto, que por sua estrutura, não precisam realizar investimento em pesquisas, o que se tornou uma alternativa para mais um processo de expansão, e consequentemente, “democratização” da universidade com baixos recursos, “se contrapondo à realidade de um restrito percentual de universidades de pesquisa, considerados centros de referência, onde há grandes investimentos, ressaltando seu caráter elitista” (SAVIANI, 2009 *apud* SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

De acordo com os autores, ainda citando Saviani, tal conceituação que tomou corpo em 1997, só foi possível pela criação da Constituição Federal, promulgada em 1988, que veio consagrar a autonomia universitária, e que estabeleceu a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, garantindo, assim, a gratuidade nos estabelecimentos tidos como oficiais.

Tal medida veio assegurar o ingresso por concurso público e o regime jurídico tido como único, fazendo com que os dirigentes das instituições de ensino superior públicas, e de todo seu corpo docente encaminhassem, de acordo com os já referidos autores

na direção de uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia e, da parte dos alunos e da sociedade, de modo geral, o que se passou a reivindicar foi a expansão das vagas das universidades públicas” (SAVIANI, 2009 *apud* SOUZA, MIRANDA e SOUZA, 2019).

Em 1996, foi criada a, já referenciada, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei nº 9.394 de 1996, que em suas diretrizes trata do Ensino Superior, atribuindo à União o manter do ensino superior público (BRASIL, 1996).

No que se refere à organização do ensino, apesar da nova LDBEN e dos demais dispositivos legais que compuseram o sistema educacional superior no Brasil, na década de 90, “a universidade brasileira continua sendo regida pela estrutura decorrente da reforma instaurada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e pelo Decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969” (SOUZA, MIRANDA, SOUZA, 2019).

Os autores ainda afirmam, que, isso se dá pelo fato de que a legislação criada, complementada por um grupo de leis e afins, fez com que ocorresse uma nova expansão, por conta da liberdade autônoma de criação de novas instituições, entretanto, embora expandido, o sistema não contaria mais com o investimento direto estatal, tanto no setor público ou privado, por conta da recém formalizada “autonomia”, o que ocasionou a redução de matrículas realizadas em todo o setor.

Apontam ainda que, sendo titular de 42% das matrículas durante a década de 90, as instituições públicas respondem, nos primeiros anos de 2000, por menos de 30% delas, sendo maior ainda no âmbito das universidades federais, em que sua participação nas matrículas passa de 20,8% em 1995 para 14,6% em 2003.

De acordo com Roquete de Macedo *et al* (p.131, 2005)

Quanto à natureza e categoria administrativa das instituições, observa-se, por um lado, a consolidação da participação das universidades privadas no conjunto do sistema, fixando uma tendência já presente ao longo dos anos 1980; por outro, a rápida expansão dos centros universitários criados a partir de 1997. Em 1999, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) registrava a existência de 39 centros universitários que respondiam por 6,8% das matrículas. Em 2003, foram registradas 501.108 matrículas, 12,9% do total, em 81 centros universitários.

Dentro de um panorama de ressignificação da universidade, de acordo com Clarissa Neves (p.7-8, 2002), surgem novos modelos de instituições universitárias, sendo eles:

Universidades: instituições pluridisciplinares, que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e de extensão e por terem, obrigatoriamente, em seu quadro docente, 1/3 de professores com titulação de mestrado e doutorado e 1/3 de professores em regime de trabalho integral (art. 52, da Lei nº 9394/96). As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. [...]

Universidade Especializada: caracteriza-se por concentrar suas atividades de ensino e pesquisa num campo do saber, tanto em áreas básicas como nas aplicadas, pressupondo a existência de uma área de conhecimento ou formação especializada dos quadros profissionais de nível superior. [...]

Os Centros Universitários: configuram-se como uma nova modalidade de instituição de ensino superior pluricurricular (criados a partir do Decreto nº 3860/01). Caracterizam -se pela oferta de ensino de graduação, qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico proporcionadas à comunidade escolar. [...]

As instituições não-universitárias: atuam numa área específica de conhecimento ou de formação profissional. A criação de novos cursos superiores depende da autorização do poder executivo (Decreto nº 3.860/01, art. 13). São compostas pelas Faculdades Integradas, Faculdades, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET'S) e por dois novos tipos de IES: os Institutos Superiores de Educação e os Centros de Educação Tecnológica (CET'S).

A LDBEN (BRASIL, 1996), em seu art.16, estabelece que, sobre as instituições de Ensino Superior (IES), estarão submetidas à União no sistema federal de ensino e, mais recentemente, aos sistemas estaduais e municipais, o que inclui a sua manutenção, incluindo o resguardo sobre as IES privadas, com seguem em seus incisos I, II e III:

- I. as instituições de ensino mantidas pela União;
- II. as instituições de Educação Superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III. os órgãos federais de educação.

Embora democratizante a nova estrutura trazida pela LDBEN, ainda se apontam questões passíveis de adequação e aprimoramento no ensino superior brasileiro, principalmente no que tange à gestão e autonomia dos entes. Para Souza, Miranda e Souza (2019) “a reestruturação do Ensino Superior se faz necessária para que ocorra modernização, aprimoramento e democratização das instituições de ensino, além do ajuste ao Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional para o período de 2001/2010”.

Os autores afirmam ser necessária uma nova Reforma Universitária, e que, citando Roquete de Macedo *et al* (p.133, 2005) atenda às demandas dentro das seguintes normas e diretrizes:

normatizar a avaliação e a regulação; consolidar a autonomia universitária plena em todo o sistema; aplicar adequadamente o princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; contemplar a diversidade de modelos de IES, programas, modalidades; promover a aplicação de novas tecnologias; estabelecer condições, incentivos e propostas para articulação e integração com a educação básica; ordenar o processo de expansão da educação superior; definir novos mecanismos de financiamento; redefinir as funções do MEC, CAPES, SESU, CNE, INEP; respeitar a Constituição Brasileira e o novo Código Civil.

A partir da LDBEN, e de todas as instituições formadas a partir dela, como, por exemplo o Conselho Nacional de Educação, e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), paira no Brasil uma perspectiva muito além dos formatos de 1808 em diante, o que ocasiona uma perspectiva diversa do que é a universidade hoje em nossa sociedade.

Como visto, o surgimento do ensino Superior no Brasil parte de um sistema instituído isolado e de natureza profissionalizante com finalidade elitista, servindo para atender os anseios das famílias colonizadoras, reaproximando-as das academias europeias, mesmo que à longa distância (BORTOLANZA, p.9, 2017).

Com o passar dos anos, para Sampaio (p.17, 1991), as principais mudanças advindas das Reformas de 1968 e dos modelos profissionalizantes, que ainda pairam sobre o sistema basilar das IES, “contemplam ao processo pelo qual o Governo busca atender a demanda por ensino superior por duas maneiras: pela ampliação das vagas no ensino público e pelo estímulo à expansão do setor privado”.

Esta perspectiva, no entanto, encontra um óbice no sucateamento institucional que se depara nos dias atuais, posto que as universidades públicas não recebem mais suportes financeiros em grande escala, e a criação de universidades e cursos se encontra desenfreada, muito por conta dos modelos de Educação à Distância, que ganharam força durante a pandemia de 2020.

Neste diapasão, a universidade pública, como possível alvo de investimentos, deve buscar meios para subsistir dentro de um panorama tão competitivo.

Mulgan e Albury (2003 *apud* BORTOLANZA, 2017) acreditam que a inovação no setor público é importante, pois realça o acesso e a dinamicidade dos serviços prestados, possibilitando a sua readequação às necessidades da sociedade, que dela se serve. Neste sentido, “as universidades fazem parte deste cenário e, portanto, devem constantemente estar voltadas as práticas acadêmicas e vislumbrar as tendências inovativas e auto realização pessoal e profissional dos seus alunos.”

Para este fim, necessário seria uma perspectiva gerencial urgente, que venha a planejar uma possível saída. Pereira (2010, p. 44 *apud* BORTOLANZA, 2017) apresenta que a palavra

“‘planejamento’ lembra pensar, criar, moldar ou mesmo tentar controlar o futuro da organização dentro de um horizonte estratégico. Nesse sentido, para o autor, “planejamento difere de improvisar. Enquanto o primeiro está preocupado em elaborar um plano para fazer algo ou mesmo criar um esquema para agir, o segundo prepara algo às pressas no momento em que as coisas acontecem e às vezes age ao acaso”.

E sob esta mesma ótica, como pano de fundo, que insurge a Lei Geral das Universidades (LGU) como uma proposta de modernização gerencial das universidades públicas do estado do Paraná.

2. 5 A Lei Geral das Universidades (LGU)

No estado do Paraná o Sistema de Ensino Superior Público, é formado por sete universidades estaduais, sendo todas, submetidas às legislaturas elaboradas pelo governo do estado do Paraná.

Dentre as mais recentes demandas legislativas, está a proposta da Lei Geral das Universidades (LGU) iniciada em 2019, quando a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) a apresentou.

Aprovada a proposta, e se tornando a Lei nº 20.933 em 17 de dezembro de 2021, a LGU trouxe à discussão administrativa universitária, inúmeras versões de apoio e de oposição, e isto se comprova já em seu período “pré-natal”, onde, embora sindicatos que representavam professores e agentes universitários, tão como representantes de movimentos estudantis, tenham se colocado contrários à tramitação dessa proposta, não houve qualquer movimento do governo em interromper o andamento da LGU (CRESS-PR, 2019).

O material normativo estabelece, entre várias medidas, critérios para a eficiência de gestão, sem perder de vista a autonomia universitária, sendo que o projeto se baseia em práticas já implementadas no Sistema Federal de Ensino Superior, que compreende as instituições mantidas pela União (GOVERNO DO PARANÁ, 2021).

De acordo com o secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Nelson Bona, em entrevista à Agência Estadual de Notícias do Estado do Paraná, em 2021, a nova legislação reforça a autonomia administrativa, didático-científica e de gestão financeira e patrimonial das instituições de ensino, como menciona que,

O intuito é atender aos preceitos de ganho de eficiência e economicidade e posicionar as universidades estaduais paranaenses na vanguarda da gestão de recursos humanos e logísticos, promovendo integração de políticas orçamentárias, financeiras e administrativas (GOVERNO DO PARANÁ, 2021).

De maneira contrária à esta visão, a oposição à medida se funda no fato de que o governo se vale do pretexto de tratar todas as universidades estaduais de maneira “igualitária”, sendo que, na prática a LGU levará ao rebaixamento das

condições de funcionamento do ensino superior público paranaense (CRESS-PR, 2021).

De acordo com o Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (SINDIPRO-UEL, 2020),

De modo geral, a concepção que orienta o documento da proposta de minuta da Lei Geral das Universidades compreende seu funcionamento de acordo com uma concepção empresarial (como acontece nas universidades e faculdades privadas), em uma perspectiva de universidade operacional, que é inteiramente antagônica a uma visão da universidade enquanto instituição socialmente referenciada e dotada de finalidades sociais próprias.

Para estas e outras entidades, a proposta comprometeria a formação profissional com mecanismos como a redução do quadro de professores e agentes universitários, o processo de terceirização e a redução de investimentos financeiros nas instituições.

De acordo com o professor Gonçalo Cassins Moreira do Carmo, este que atua como membro representante do setor de Ciências Biológicas e da Saúde, da UEPG, dentro do Comitê de Impacto da LGU dentro da UEPG, menciona em entrevista, que, a LGU, vem como um passo adiante do que o governo estipulou como Meta-4, que é um sistema de gerenciamento dos recursos, adquirido pelo governo do Paraná na década de 1990 (SINDPROL-UEL, 2019), sendo que foi apenas por meio do Decreto 3.728/2012, o governo do Paraná decidiu implantar o Sistema Meta-4 para a gestão de gastos com pessoal para toda a administração do estado, incluindo as Universidades Estaduais.

De acordo com o professor, tal feito tem a meta de prever recursos, sendo que a partir desta análise, ocorrerá a determinação de investimentos por parte do governo estadual. Por outro lado, a forma gerencial se torna dificultosa, sendo que, por exemplo, para que a universidade possa adquirir qualquer item, o mesmo deve estar previsto em um plano anual de contratação, previamente embasado em um requerimento extenso e burocrático de justificativa.

Relata o professor que é a partir daí, para qualquer compra de itens, “deve-se fazer um estudo técnico-preparatório, tão como um mapa de impacto, diferente da maneira anterior, que apenas se servia da apresentação de um orçamento, em que se escolhia o menor valor, e o executava, o que aumentou a aquisição de itens de serviços em meses.”

Ainda afirma que isso é bom para o governo, por que dá o controle ao sobre os gastos, no entanto, causa uma outra dificuldade, posto que a burocracia exige muito tempo para realizar as requisições.

Mas o maior efeito é nos recursos humanos, pois, o plano inicial do Meta-4, é limitar o número de horas que a IES tem para contratação de professores a partir de um cálculo denominado 80/20, que visa o ideal de 80% de professores efetivos, e 20% de professores colaboradores, o que não é uma realidade da UEPG, que, em quase todos os departamentos, o quadro chega a ser 50/50.

Segundo o entrevistado

Fizemos um levantamento com a carga horária de toda a universidade, observando todas as atribuições de cada departamento e seus professores, para verificar se os professores estão dentro da política docente. O problema que essa relação leva em consideração o número de alunos, e ela dá um indicativo da quantidade de professores que pode se contratar, o que seria prejudicial às licenciaturas, que por sua vez, tem um número reduzido de alunos, indo contra a necessidade social da formação acadêmica, ou seja, alguns cursos teriam de se reinventar para evitar o seu fechamento, posto que seriam vistos como prejuízos para o governo do estado.

Nestes estudos de impacto, a comissão teve como primeira etapa, realizar estes levantamentos e sugerir algumas mudanças, principalmente desse requisito de recursos humanos. Contudo, para as próximas etapas consistirão em reformular a política docente da universidade, posto que se presume ser uma pressão que irá aumentar para o quesito de produtividade, por exemplo, irá ter-se menos professores, então o professor deverá dar mais aulas, só que tal medida, segundo o professor “vai em contraponto à tríade universitária de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, se sobrecarrega um professor com mais ensino, contudo, não dá condições para outras atividades de extensão e pesquisa, a não ser que o faça gratuitamente, o que passa a ser um sucateamento da pesquisa em si”.

De acordo com o professor, quando questionado se isso é uma visão tida como “resultadista” do governo sobre a universidade, o mesmo relata que sim, e que o governo tem a universidade como gasto e não investimento, por isso procura meios de minar o produto público, indo de encontro a um processo de privatização.

A reinvenção e a forma com que a universidade pública vem sendo tratada, desde os primórdios, e por suas bases elitistas, resulta em uma única meta: sobrevivência.

A linha de criação das universidades passou por uma evolução de restrição ao acesso, até chegar em um patamar onde, o alcance universal, fosse constitucionalmente previsto e defendido pela sociedade brasileira.

No entanto, ainda existe a elitização, só que agora, com um enfoque adverso do acompanhado na história da universidade pública, em que, para abranger as necessidades do “mercado”, tratam-se alguns ramos da ciência, e por consequência, seus respectivos cursos, como apêndices descartáveis para um fim produtivista da universidade pública.

A partir deste ponto, se inicia na pesquisa uma abordagem sobre como se dá o desenvolvimento próprio de uma identidade, e a busca por seu valor histórico e social, em um panorama de reconhecimento e sobrevivência.

3 A IDENTIDADE E A CULTURA ORGANIZACIONAL

Ao longo dos anos, a realidade das universidades brasileiras, forneceu alinhamentos de como a sua estrutura identitária se consolidou dentro de seu período de crescimento, estruturação e propagação.

Partindo desde a sua criação na antiguidade, até a promulgação de leis que formalizaram a sua estrutura e principiologia, pode se estabelecer uma caracterização cultural das IES no Brasil, levando esta pesquisa a minuciar este tema neste capítulo.

3.1 A Cultura e suas diversas formas

O conceito de cultura no decorrer dos anos recebeu os mais diversos significados, partindo sempre de uma perspectiva adotada pelo seu determinante, e do que este se baseia suas perspectivas, como por exemplo, em crenças, bases de pensamento, entendimentos significativos, entre outros.

Em suma, primeiramente, o que pode se trazer do conceito sobre cultura, é que todas as percepções partirão de uma significação particular de quem a analisa, o que, muitas vezes, pode atingir níveis de diversificação múltiplos. “Parte desta complexa distinção semântica se deve ao próprio desenvolvimento histórico do termo” (CANEDO, p.1, 2009).

A origem semântica da palavra cultura, vem do termo *colere*, que advém do conceito de criação, cultivo, proteção, e até mesmo honrar com veneração (WILLIAMS, 2007, p.117).

Para Daniele Canedo (p.2, 2009), o termo foi utilizado como meio de se referir à esta linha semântica de “cuidado”, até meados do século XVI, mas foi a partir do fim do século XIX, durante a erupção da temática, o termo começa a receber um tratamento mais figurado, se partindo para um ideal voltado para o desenvolvimento das faculdades e atribuições humanas, o que faz com que se estabeleça, para esta significação, como exemplo clássico, o feitiço de obras artísticas e práticas que desenham este formato.

Para Canedo (2009)

Expressões como “cultura das artes”, “cultura das letras” e “cultura das ciências” demonstram que o termo era, então, utilizado seguido de um complemento, no sentido de explicitar o assunto que estava sendo cultivado. A partir deste período, a cultura passa a conformar sentidos distintos em países como a França e a Alemanha, de modo que Cuche alerta que “sob as

divergências semânticas sobre a justa definição a ser dada à palavra, dissimulam-se desacordos sociais e nacionais”

Neste sentido de que há uma peculiaridade especial ao homem para se promover a cultura, Daniele Canedo (p.2, 2009) menciona que o conceito de cultura está atrelado ao de civilidade, não sendo possível a cultura ao homem tido como irracional, o que torna o termo, sinônimo de aquisição de conhecimento e instrução intelectual.

A autora menciona ainda o fato de que, por esta visão, surge a ideia de que “as comunidades primitivas poderiam evoluir culturalmente e alcançar o estágio de progresso das nações civilizadas”. Tal pensamento, nos dias atuais, pode ser reconhecido em conceitos preconceituosos que ligam cultura ao intelecto. Entretanto, no século XIX, para os franceses se tornaria uma dimensão coletiva, se aproximando cada vez mais do significado de civilização.

Tal pensamento foi reproduzido pelos alemães, por meio da palavra *kultur*, remetiam ao preceito de civilização, sendo utilizado pelos príncipes da aristocracia alemã, que estavam “preocupados demais em imitar as maneiras civilizadas da corte francesa”, e que cometeriam assim, um abandono com os laços nativos de seu povo (CUCHE, 1999, p.23).

Ironicamente, o que se começa na Alemanha, é um movimento inverso, onde, o ditos “não-civilizados”, que estavam fora das práticas da nobreza, começam a questionar o porquê de os líderes copiarem as práticas francesas, e, liderados pela burguesia, insurgem pela retomada da cultura como estandarte nacional (CANEDO, p.3, 2009).

Segundo Cucho (p.24, 1999), inicia-se um embate entre a “civilização” adquirida dos franceses, e a “cultura”, resumida na distintividade do povo alemão, se tornando uma causa que voltaria à tona futuramente, principalmente durante o prelúdio da Primeira Guerra Mundial

De acordo com Cucho (1999, p.26-27).

Estendida à “nação” alemã, ela [a cultura] participa da mesma incerteza; ela é expressão de uma consciência nacional que se questiona sobre o caráter específico do povo alemão que não conseguiu ainda a sua unificação política. Diante do poder dos Estados vizinhos, a França e a Inglaterra em particular, a ‘nação alemã’, enfraquecida pelas divisões políticas, esfacelada em múltiplos principados, procura afirmar sua existência glorificando sua cultura.

De acordo com Denis Cucho (p.27, 1999) o termo “cultura”, neste período, foi debatido sob duas vertentes distintas, sendo a francesa, que trazia consigo a versão

universalista do termo, que prevê o mesmo ser uma exclusividade humana, e a versão alemã, também tida como particularista, que percebe o termo como um patrimônio da nação, e que venha a fundar a sua unidade.

A concepção universalista da cultura foi sintetizada por Edward Burnett Tylor (1832-1917) que, segundo Cucho (p.35, 1999), traz consigo o caráter do aprendizado como ente formador:

Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade.

Em suma, como preleciona Canedo (p.4, 2009), Tylor traz consigo uma perspectiva evolucionista, posto que a cultura partiria de um ponto de aprimoração das características humanas, sendo que, tal perspectiva, encontra oposição na teoria do norte-americano, Franz Boas (1858-1942) que trata como principal diferença entre os grupos humanos, a questão cultural intrínseca de cada grupo, e isso deve ser a determinante para a concepção de que existem, não uma, mais várias formas de cultura em um mesmo meio social, as quais deve-se buscar o contexto de sua formação.

Como consequência desta nova concepção que se tornou o padrão para os estudos sobre cultura, ocorre o fenômeno que Albino Rubim (2006, apud CANEDO, p.4, 2009) chama de “automização da cultura como campo singular”, que sintetiza esta visão de culturas distintas, e começa a sua aplicação em planejamentos consumeristas, políticos, entre outros.

Neste sentido, a Administração faz uso do conceito de Cultura originado na Antropologia social para interpretar as organizações (KOTTER e HESKETT, p.4, 1994) fazendo com que tais decisões gerem implicações metodológicas, de objetivos e de design de pesquisa.

Clifford Geertz (1989) traz consigo uma visão interpretativa da cultura baseada em pressupostos semióticos de concepção, se baseando em realidades significativas distintas.

Como nos trazem Prochnow, Leite e Erdmann (2005), ao citarem o referido autor:

Em face disso, cultura é definida como as teias de significados que o homem teceu e nas quais ele enxerga seu mundo, sempre procurando seu significado. Os praticantes da antropologia, como ciência interpretativa, constroem uma análise do significado que é constituído e estabelecido socialmente, sendo "essencialmente semiótico", por conseguinte, surge de

um contexto com sistemas entrelaçados de símbolos públicos interpretáveis. Como a análise da cultura transpõe o próprio corpo do objeto, ela conduz o pesquisador a iniciá-la com interpretações sobre o que se imagina que pretendem os informantes para, após, sistematizá-las como um fato natural.

Para Geertz (1989, p.20-34) nesta linha interpretativa, o que pode se denotar da cultura são as diversificações de símbolos presentes dentro de um emaranhado simbólico, e que por si só, guiam todas as ações do indivíduo, tão como crenças, costumes e razões, mas, restando claro, ser de natureza semiótica, e não cognitiva intelectual. Ou seja, para o autor, ao se analisar as questões culturais, não se deve estabelecer uma padronização normativa social para que se elenque os estudos, mas sim, que se baseie em uma lógica interpretativa, inclusive, sob um aspecto contextual.

Linda Smircich (1983, apud MACHADO DA SILVA e NOGUEIRA, p.38, 2001) propõe um formato que pode referenciar a concepção das abordagens sobre cultura, trazidas em dois enfoques distintos: a cultura como variável e a cultura como metáfora.

No primeiro, considerar-se-ia que a organização tem uma cultura e a orientação fundamental é administrativista em que se primazia a possibilidade de seu gerenciamento para o alcance de desempenho organizacional.

Já a cultura como metáfora é tida por um formato contínuo e dinâmico construtivo e reconstrutivo da realidade por meio das interações sociais, “compreendendo as abordagens que consideram a organização como um modo de expressão da consciência humana, de suas ideias e aspectos simbólicos.”

Para Clóvis Machado da Silva e Ério Nogueira (p.38, 2001)

Nessa visão, a organização não tem uma cultura, mas é uma cultura. Os que seguem essa perspectiva geralmente adotam uma definição antropológica de cultura. Entre os enfoques da cultura como metáfora interessam especificamente para este estudo o cognitivo e o simbólico, sendo que, para Smircich (1983), este interesse decorre da necessidade de entendimento da concepção e da ação dos indivíduos participantes do grupo, e dos que com ele interagem, a respeito dos valores e crenças que têm sobre o próprio grupo, que julgam que outros tenham sobre o grupo e que os suponham aceitos pela sociedade.

Em suma, para os referidos autores, a perspectiva cognitiva é voltada para a análise do perfil de ação dos indivíduos pertencente ao grupo cultural abordado a partir do conhecimento particular dos mesmos, sobre padrões e afins, o que difere da perspectiva simbólica, que opta pela construção dos preceitos a partir das interações entre os indivíduos e como os símbolos são percebidos a partir desta interação, e como agem após isso, sendo que

nessa perspectiva, a análise organizacional focaliza a maneira como os indivíduos entendem as suas experiências e as situações em que convivem e como essas interpretações se relacionam com a ação (MACHADO DA SILVA e NOGUEIRA, p.38, 2001)

Para os referidos autores, o conceito de que o multiculturalismo é predominante nas questões organizacionais, e a exemplo disso citam Martin (1992) e Trice e Beyer (1993), pois, como as organizações na atualidade contém um tamanho enorme, nada mais justo do que se encontrar subculturas em seus meios.

Para Silva-Machado e Nogueira (2001)

Há muitos fatores que podem explicar o desenvolvimento e a existência de subculturas: campos específicos de conhecimento, segmentos ocupacionais, grupos demográficos, e assim por diante. A ocupação, por exemplo, pode prover motivo e base para significativas e altamente organizadas subculturas que, muitas vezes, se estendem para além das fronteiras da organização. As ocupações definem papéis e atividades que os seus membros podem passar a considerar como de seu direito exclusivo. Ao longo do tempo, podem-se criar definições, valores e ideologias que auxiliam a pessoa a manter a sua identidade com a ocupação e a justificar as suas ações. Além disso, membros de uma mesma ocupação frequentemente compartilham a consciência de constituírem uma categoria diferenciada das demais, apoiando-se uns nos outros, como ponto de referência.

Assim, pelo compartilhamento de relações sociais, constroem-se as subculturas, principalmente pelas ocupações que compõem os espaços ocupacionais, mas, tal processo se dá de uma maneira complexa, e que é muito bem explicado por Peter Berger e Thomaz Luckmann.

Os autores, em sua obra “A Construção Social da Realidade”, trazem em suma uma concepção de que coexistem realidades distintas e inerentes à cada conjectura social em que o ser existe, trazidas pelos autores como “vidas cotidianas”. Tal feito permite com que os mais diversos tipos de percepções sobre a realidade existam, e isso se estende à questão cultural do ser humano, e, por consequência, às subculturas aqui tratadas.

Para os autores, ao citarem como ocorre a construção da percepção da realidade a partir do cotidiano

A mais próxima de mim é a zona da vida cotidiana diretamente acessível à minha manipulação corporal. Esta zona contém o mundo que se acha ao meu alcance, o mundo em que atuo a fim de modificar a realidade dele, ou o mundo em que trabalho. Neste mundo do trabalho minha consciência é dominada pelo pragmático, isto é, minha atenção a este mundo é dominada por aquilo que estou fazendo, fiz, ou planejo fazer nele. Deste modo é meu mundo por excelência. Sei, evidentemente, que a realidade da vida cotidiana contém zonas que não me são acessíveis desta maneira. Mas, ou não tenho interesse pragmático nessas zonas ou meu interesse nelas é indireto, na medida em que podem ser potencialmente zonas manipuláveis por mim.

Tipicamente meu interesse nas zonas distantes é menos intenso e certamente menos urgente (BERGER e LUCKMANN, p. 39, 2004)

Essa premissa, por meio de um processo de interiorização que será visto mais adiante, é, por sua vez, parte do ponto que é levantado nesta pesquisa, sendo este a existência de culturas diversas, capazes de formar identidades diversas, podendo estas resultarem em um nicho de característica único e distinto.

3.2 A Cultura Organizacional e a Formação de Identidade

Neste ponto, a pesquisa parte do preceito que as diversas formas trazidas de subculturas, formam aspectos e estruturas particularmente distintas, gerando uma universalidade de culturas.

Dentro desta perspectiva multicultural,

entende-se cultura organizacional como sendo o conjunto de crenças, valores, artefatos, práticas e significados concebidos, aprendidos e compartilhados pelos membros de uma organização. Tal conjunto propicia sentido e permite a interpretação da realidade. Como elementos para a identificação e a descrição da cultura, no contexto deste artigo, adotam-se valores e crenças, principalmente por serem os mais amplamente aceitos entre os autores consultados (MACHADO DA SILVA e NOGUEIRA, p. 39, 2001).

Tais valores coordenam como será o planejamento e o curso de ação a ser desenvolvido pela organização (MACHADO DA SILVA e NOGUEIRA, p.39, 2001), o que difere das crenças, que podem ser definidas como formadores da percepção da realidade em que os indivíduos estão sujeitos, possibilitando que, em conjunto, embasem o processo de racionalização (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.40).

De mesmo modo, concorda Mary Jo Hatch (1997 *apud* MACHADO DA SILVA e NOGUEIRA, p, 40, 2001), quando traz a interação entre os dois elementos da formação cultural, atribuindo à crença o potencial de percepção, e aos valores, o padrão comportamental advindo das concepções trazidas pelo primeiro.

Contudo, toda a construção cultural, advém de um complexo que leva em consideração o indivíduo como uma identidade distinta e formalizada dentro destes padrões culturais, que fomentam e estruturam seus sistemas.

Os estudos sobre identidade têm um longo percurso traçado em diversos campos do conhecimento, e devido a isso, a promoção de um vasto e diverso corpo de pesquisas sobre a identidade individual, muitos sendo que tal temática vem sendo

tratada pelos cientistas do ramo administrativo, principalmente, ao que enfocam na situação de organização formadora de identidades (BORGES e MEDEIROS, p. 133, 2011).

Em um ensaio, Albert e Whetten (p. 264, 1985) defendem a grande importância desse conceito para a prática organizacional, ao afirmar o quanto que as questões de identidade são apresentadas por gestores quando esses não têm informações, ou condições, suficientes para orientar as suas decisões.

Para Ederson de Faria e Vera Lúcia Souza (p. 36, 2011), a partir de uma ótica rotativa do ser, consideram este movimento, presumem a existência de uma personagem, que, para os autores,

é a vivência pessoal de um papel previamente padronizado pela cultura, e fundamental na construção identitária: representa-se a identidade de alguém pela reificação da sua atividade em uma personagem que, por fim, acaba sendo independente da atividade.

Para Zygmunt Bauman (p.31-54, 2005) a identidade é definida como uma autodeterminação. Para ele, os formatos identitários, referem-se às comunidades como sendo as entidades que as definem, partindo da célebre comparação aos “quebra-cabeças”. Neste contexto, existindo dois tipos de comunidades, sendo as de vida e destino, onde sujeitos se unem indissociavelmente, e as comunidades de ideias, formada por indivíduos unidos, contudo, proprietários de uma pluralidade de ideais.

Para Bauman, a essência da identidade é construída em referência aos vínculos que realizam a conexão das pessoas umas às outras e considerando-se esses vínculos estáveis. Contudo, para o autor, sempre haverá uma batalha intrínseca, onde se escusa a perda do pertencimento, embora as variáveis e solúveis relações permeiem toda a estrutura identitária. Nesta visão tida como líquida (mutável) sobre a modernidade, paira um inacabável estoque de formas e estilos identitários, e por eles, outros que não de existir, fazendo a construção identitária, uma experimentação infundável.

E a mesma premissa, não é diferente para a identidade organizacional, que conta com a cultura atuando sobre a identidade. Deste mesmo modo, a cultura organizacional impõe seus padrões sobre identidade organizacional (IO), e esta, por si, estrutura a cultura organizacional.

Albert e Whetten (p.266, 1985) propuseram uma definição preliminar do que uma declaração de IO deve apresentar: a) os aspectos que são vistos como a

essência da organização (centralidade); b) os aspectos que distinguem a organização de outras com as quais ela possa ser comparada (distintividade); c) os aspectos relacionados às qualidades e características que, intencionalmente, a organização ou os seus membros desejam manter e preservar ao longo do tempo (continuidade).

Os autores afirmam que essas propriedades constituem um conjunto contundente de critérios para se definir a IO como um conceito científico. Para eles, a identidade é um ato político-estratégico, sendo assim, não existindo uma única e definitiva declaração de identidade, mas, sim, inúmeras declarações igualmente válidas, claro que elaboradas por diferentes propósitos para atender diferentes audiências. (ALBERT e WHETTEN, p. 267, 1985)

Ou seja, a identidade organizacional, é composta por basicamente tudo que envolve os padrões de gerenciamento, inclusive os ativos tangíveis e intangíveis, visto que as concepções sobre estes, determinam como a administração cuidará de apresentá-los, geri-los e, principalmente, explorá-los.

Contudo, existe uma outra disposição de identidade dentro das instituições, denominada Identidade Corporativa (IC). Tal preceito se define pela necessidade dos gestores de desenvolver de maneira planejada uma autorrepresentação ou autodeclaração da organização para orientar decisões, comunicação e comportamentos, ou seja, a imagem da instituição (BORGES e MEDEIROS, p.134, 2011).

A relação entre imagem e identidade é tida como uma interdependência, ainda mais atrelados à reputação organizacional, sendo todas, consideradas partes constituintes das interações entre organização e audiência externa, nas mais diversas situações em que a instituição deseja expressar para essa audiência o que é a instituição, dentro de um processo de sedução que busca visibilidade e legitimação no mercado (BORGES e MEDEIROS, p.134, 2011).

Visando este conjunto, surge a integração dos conceitos IO e IC por Hatch e Schultz (2000, *apud* BORGES e MEDEIROS, p.135, 2011) onde, entendem que criar uma forma de pensamentos e práticas uníssonos, vem a ser um degrau imprescindível para se conseguir formar

um conceito que chega a abranger toda a multiplicidade de relações entre os sujeitos organizacionais, sejam gestores e membros, incluindo a organização e o contexto, pois, o fluir dessas relações colapsa entre as distinções internas e externas, demonstrando assim a existência de complementaridade e interdependência entre cultura, identidade e imagem.

A integração dos conceitos de IO e IC pode ser alcançada por um modelo multinível da identidade da organização, levando para um nível mais profundo, formando um conjunto de crenças; seguidamente, em um próximo nível, este composto por símbolos que modelam e orientam aquelas crenças; e por fim, o nível mais visível, formado por artefatos físicos e comportamentos manifestados, sendo que este “modelo contempla os modos de expressão da IO e da IC, que operam em níveis diferentes de consciência. Esse fator torna-se essencial para a comunicação com diversas audiências e para a efetividade organizacional.” (BORGES e MEDEIROS, p.134, 2011)

Tereza Ruão (p.3, 2001) menciona que, como ponto mais importante do desenvolvimento organizacional, a autora aponta a questão comunicativa como base:

(...) o concentrado de informação que integra os sentidos dominantes, duradouros e consensuais, instituídos como narrativas que projectam a imagem da organização no sentido que lhe é mais favorável. É sua função orientar as realizações simbólicas das empresas, promovendo a harmonização de princípios e intenções, junto dos públicos internos ou externos.

Ou seja, a questão identitária é internalizada pelos membros da organização mediante a comunicação projetada pelas relações, sendo que, isso é fruto, como menciona ainda a autora que, obviamente a definição de identidade organizacional formada em 1985 evoluiu, assim como a própria sociedade em que está inserida,

a definição dominante do conceito pode ser resumida com base nos elementos consensuais da articulada teoria da identidade: a ideia de pluralidade, o entendimento partilhado das vantagens de uma gestão coerente da multiplicidade e a ligação às relações de poder (RUÃO, p.9, 2001).

Essas relações de poder podem ser caracterizadas pela imposição cultural interna aos componentes da instituição, “pautados nos valores e crenças impostos pelas relações sociais que a organização está atrelada” (MARIANO, p. 72, 2020).

Nessa perspectiva, as instituições, na busca do seu sentido no “capital cultural” apresentado por Bourdieu, as organizações desenvolvem o seu “eu” institucional, como uma construção para propósitos de domínio social, a partir da imagem. (RUÃO, p.5, 2001)

Sendo assim, o ambiente em que as organizações se encontram inseridas, assim como os indivíduos que delas fazem parte, são os responsáveis pela construção da identidade organizacional que sofre, ainda, influência das diretrizes internas que

são formuladas para o direcionamento social na qual a organização deve se alinhar conforme o segmento social que representa.

José Pires e Kátia Macêdo (p. 2005), ao realizarem pesquisas destinadas a permear características inerentes às instituições de cunho público, pautando questões culturais da sociedade e também a formação identitária dessas instituições, pautaram suas pesquisas sobre a mesmas, tão como suas implantações entre 1930 até meados de 1990.

Donizete Mariano (2020), ao abordar a pesquisa dos referidos autores, denota que a pesquisa, apresentou que as organizações, sejam privadas ou públicas, seguem a evolução social que está pautada na globalização a partir de uma perspectiva de construção cultural.

Para Pires e Macêdo (p.83, 2006) “mais do que um conjunto de regras, de hábitos e de artefatos, cultura significa construção de significados partilhados pelo conjunto de pessoas pertencentes a um mesmo grupo social” (PIRES e MACÊDO, 2006, p. 83).

Ou autores, nesta linha de formação identitária a partir do aspecto cultural, procuram alcançar um conceito, ou definição, que melhor corresponda com aquilo que pode-se definir como cultura brasileira, posto que, por sua miscigenação, “o povo brasileiro se transforma com maior complexidade, adotando traços dos colonizadores e dos colonizados” (MARIANO, p. 75, 2020).

Essas construções influenciaram, também, na construção das identidades que são pautadas em sentimentos de religiosidade, afetividade e, além de diversas outras características, a falta de afetividade e, por conta da geografia continental, o individualismo, sendo que, também pode se avaliar as características das culturas individuais são formadas pelos grupos aos quais o indivíduo se situa (MARIANO, p.76, 2020).

De acordo com Pires e Macêdo (p.86, 2006), tendo por base os ensinamentos de Freitas (1991), estabelece-se algumas características principais do setor brasileiro avaliado, compondo-se pela hierarquia (centralização do poder), personalismo (aceitação dos grupos inferiores), malandragem (adaptação social), sensualismo, e o aventureiro, baseado no fato de que o labor empregado, seja menos metódico e mais maleável.

Entretanto, o grau das características apresentadas deve ser diferente de uma instituição para outra, e, por isso, as concepções trazidas por Pires e Macêdo (p. 86,

2006), tratam as instituições, em semelhança aos indivíduos, realçando traços específicos formadores de suas identidades, como história, regionalização, etc.

Neste mesmo sentido, é que se situa a diferenciação entre as concepções identitárias das universidades, haja vista que a construção de sua identidade está ligada à sua atuação junto à sociedade, ou seja, qual é a sua missão, visão e projeto futuro para a universidade, os seus egressos e, por conseguinte, a sociedade, através da história.

Angelo Esther (p.205, 2012) acredita que,

identidade institucional da universidade brasileira [...], em sua identidade institucional é finalística, na medida em que a define a partir daquilo que deve fazer, embora haja uma grande distância entre a universidade pública e privada no que tange ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Esta citação nos faz retomar as concepções de organização pública, entre as diversas épocas apresentadas e a que nos traz mais efeito é, sem dúvida, a caracterização de organização pública no período da década de 1960, pois se trata da década de implantação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

De acordo com Pires e Macêdo (p.94, 2006), naquela década, as organizações públicas consolidavam-se no modelo chamado “administração para o desenvolvimento”, tidos como uma tentativa de expansão da intervenção do Estado na vida econômica e social, embasada pela substituição das atividades de trabalhadores estatutários por celetistas e para a criação de entidades da administração descentralizada para realização da intervenção econômica do Estado.

“O clima político-institucional dos governos autoritários gerou um modelo organizacional no país que se caracterizou pela centralização de um complexo aparelho burocrático”. (PIRES e MACÊDO, p.94, 2006).

Portanto, a partir da intervenção do governo, por meio de burocratização, sobre a instituição, ocorre, por si só a transformação de sua identidade.

De acordo com Donizete Mariano (p. 77, 2020)

Com o passar dos anos essa característica pautada na burocracia organizacional gerou duas correntes que se distanciam e lutam de forma paradoxal para a manutenção ou reformulação das organizações, sendo que uma delas procura manter, com base na globalização, a predominância ao conservadorismo e, outra, que procura a flexibilização de atuação que somente será possível de ser alcançada com a ruptura com os modelos tradicionais de administração dos recursos públicos e, assim, melhorar o atendimento da organização para a sociedade.

O autor também cita os estudos de Carbone (2000) em que se apresentam, que existem características que podem dificultar as mudanças de cultura nas organizações, de mesmo modo, agora citando Schall (1997), mais especificamente sobre pontos que tratam sobre a substituição dos cargos de liderança, ou de administração, das organizações, mencionam que tais medidas são pautadas em resultados que possam ser benéficos para a sua vida profissional, optando por permitir apenas ações que tenham respostas em curto prazo e que possam ser avaliadas pelo governo antes da conclusão de seu mandato, resultando assim, um retorno político.

Realizando uma síntese das argumentações apresentadas sob a ótica de Pires e Macedo (2006), considerando, também, as conclusões dos autores, pode-se mencionar que as organizações públicas se perpetuam com um direcionamento à globalização a burocracia administrativa e, assim, dificultam as mudanças necessárias para o bom atendimento às necessidades existentes na sociedade em que ela, a instituição, se encontra inserida.

As características, ora apresentadas, são barreiras para as mudanças e intervenções que são de interesse da comunidade local e da continuidade de projetos que, por ventura, estejam sendo realizados.

Para as conceituações sobre a identidade institucional, mais precisamente sobre a sua construção e a influência sobre a organização pensada como indivíduo e, por tanto, influenciável pelo meio em que se encontra, ou pretende fazer parte, trazemos ao seio da pesquisa as perspectivas de Pimentel e Carrieri (p. 2, 2011).

Para estes autores, se baseando nos conceitos de Albert e Whetten (1985), a imposição dos elementos de pertencimento ao grupo, ou indivíduo coletivo, são responsáveis pela identidade organizacional e podem ser observados com base em três critérios, ou seja, centralidade, distintividade e continuidade.

O que importa, nesse momento da pesquisa e naquilo que se propõe a traçar é, por conseguinte, a caracterização do conceito da identidade institucional, que por certo, à formação da identidade organizacional, assim, cabendo ressaltar que direcionaremos a nossa linha analítica nas perspectivas de que:

a) há uma relação dialética entre as categorias espaço e identidade, partindo do princípio de que o espaço opera como meio de produção de identificação dos indivíduos com o seu mundo social; b) que é o espaço que medeia as relações sociais, e com isso fornece as bases para a construção e (re)construção de significados subjetivamente compartilhados sobre si, sobre os outros e sobre a própria dimensão da realidade, permitindo aos indivíduos relacionarem-se consigo mesmos, com os outros e com o mundo natural e social. (BERGER e LUCKMANN, 2004, apud PIMENTEL; CARRIERI, p.3, 2011).

Nesta linha de Berger e Luckmann, os autores acreditam que o conhecimento dessa ordem simbólica, por meio de suas manifestações materiais e imateriais, pode esclarecer as relações em que os atores sociais se estabelecem com o espaço e entre si mesmos.

Ainda mencionam que tal prática visa a contribuição de que se pretende dar com o preenchimento de uma lacuna no quadro de estudo da identidade sistematizado, propondo-se, então, um avanço no seu desenvolvimento conceitual analítico, a partir da incorporação da dimensão espacial.

Para Pimentel e Carrieri (p.3, 2011), essa incorporação parece ser promissora, pois, como alguns estudos recentes têm constatado, a identidade no processo organizativo (social e pessoal) está relacionada com a dinâmica dos grupos sociais e sua relação com a ocupação e manipulação de um dado espaço.

E como já referenciado anteriormente, e respaldado pelos autores recém mencionados, trabalhar a formação da identidade a partir do meio, é imprescindível para a compreensão da complexidade de formação, e, baseados em Berger e Luckmann, deve-se suscitar o que é a formação da realidade neste processo.

Berger e Luckmann (p. 173, 2004) trazem a concepção de realidade como estrutura subjetiva do ser, sendo esta, criada a partir de um processo dialético do que é objetivo, e que se baseia, resumidamente, em três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização. Contudo, tais momentos acabam por se mesclar, sendo a interiorização o precursor dos demais.

O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. (BERGER E LUCKMANN, 2004, p. 174)

Ao compreender o objetivo, a partir do cotidiano e de tudo que este é composto, o sujeito forma uma percepção de localização, e esta se denomina, identidade, pois, de acordo com os autores “a interiorização só se realiza se há identificação” (BERGER e LUCKMANN, p.176, 2004).

Em outras palavras, a personalidade é uma entidade reflexa, que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significativos com relação ao indivíduo, que se torna o que é pela ação dos outros para ele significativos. Este processo não é unilateral nem mecanicista. Implica uma dialética entre a identificação pelos outros e a auto-identificação, entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada. A dialética, que está presente em cada momento em que o indivíduo se *identifica* com os

outros para ele significativos, é, por assim dizer, a particularização na vida individual da dialética geral da sociedade, que já tivemos ocasião de discutir (BERGER E LUCKMANN, p.177, 2004)

Contudo, segundo os referidos autores, a perspectiva de realidade sobre a identidade, se situaria mais no que a cadeia de estruturas sociais enxerga o ser, do que o ser realmente se enxerga (BERGER e LUCKMANN, p.200, 2004). Sendo assim, o indivíduo necessita das estruturas sociais onde está localizado, para conseguir entender a sua identidade.

Portanto, partindo dos pressupostos, até agora apresentados, fica claro que a construção das diversas identidades e, entre elas a institucional, carrega em si a imposição dos diversos grupos existentes na realidade social e na constituição das identidades dos grupos sociais sob a premissa da coexistência e do pertencimento, criando assim, uma cadeia simbólica, ao qual as estruturas sociais respondem.

E sob essa ótica que os capítulos seguintes irão se basear: no mapeamento da instituição pública (PPGCSA-UEPG) enquanto grupo social, e o desenvolvimento de sua identidade organizacional através dos seus núcleos de pesquisa.

4 A UEPG E O PPGCSA

4.1 A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Oficialmente, a história da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) começou no dia 6 de novembro de 1969, data em que o então governador do Paraná, sancionou a criação das três primeiras universidades públicas do estado sediadas em Ponta Grossa, Londrina (UEL) e Maringá (UEM) (CHAVES, VARELLA e SCHOENNER, 2020).

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, está situada na região centro-sul do Paraná, e teve sua criação datada de 6 de novembro de 1969, posto que o governo estadual, na pessoa do governador Paulo Pimentel, através da Lei n.6.034, e do Decreto n.18.111, de 28 de janeiro de 1970. A UEPG é considerada uma das mais importantes instituições de ensino superior do Paraná, que resultou da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente no município (APIESP, 2023).

De acordo com Chaves, Varella e Schoenherr (2020), além dessa situação particular, é fundamental perceber que a criação da UEPG se insere em um contexto mais amplo, que consistiu na formação de um sistema universitário no Brasil, iniciada na década de 1930 e que expressa uma problematização a respeito da realidade social e uma visão nacional sobre educação, conhecimento, desenvolvimento e ciência.

Trazem os autores, que, mesmo já existindo faculdades isoladas antes disso, foi tão somente a partir dos anos 30, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, e também, com a presença de intelectuais focados nas questões educacionais em seus quadros técnicos, que as discussões a respeito de um modelo nacional de ensino superior sistematizado e unificado ganhou força, ainda mais em Ponta Grossa, a maior cidade do interior do Paraná naquele período, sendo que a gênese do ensino superior aconteceu em 1937, ano em que foi fundada a Escola de Farmácia e Odontologia, instituição com vida curta, tendo sido fechada cerca de um ano após sua criação em razão de embates políticos locais que inviabilizaram sua continuidade.

Naquela conjuntura social, Ponta Grossa exercia papel relevante no cenário político, econômico e cultural paranaense, e haviam discussões sobre a necessidade de que a cidade viesse a contar com uma faculdade, principalmente ao longo da

década de 1940, sendo que, para este fim, mobilizações da sociedade civil e conjecturas das lideranças políticas da cidade passaram a articular o apoio do governo do estado para que a ideia saísse do papel e se concretizasse (CHAVES, VARELLA e SCHOENNER, 2020).

No dia 8 de novembro de 1949, Moisés Lupion, governador do Paraná, assinou o decreto de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FAFI), instituição que se tornou o embrião do que mais tarde seria a UEPG (UEPG,2023).

Nos anos seguintes, foram criadas mais três faculdades em Ponta Grossa: a Faculdade de Direito, a reabertura da Faculdade de Odontologia e Farmácia e a Faculdade de Economia e Administração, as duas primeiras na década de 1950, e, a última, na década de 1960.

Já em 1968, no contexto da ditadura civil-militar brasileira, houve uma reforma do ensino superior no país, sendo conhecida como a Reforma Universitária de 1968, que teve por objetivo trazer modernidade ao ensino, e, subsidiariamente, estabelecer maior controle político das universidades, então compreendidas como espaços de resistência ao governo federal naquela época (CHAVES, VARELLA e SCHOENNER, 2020).

Segundo os referidos autores,

“foi nesse contexto que o governador Paulo Pimentel sancionou a lei de criação das universidades que deram origem ao sistema de ensino superior público do estado, caracterizado pela presença física e ideológica do regime político nacional em suas estruturas.”

Sendo assim, foi criada a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

De acordo com a Associação Paranaense de Instituições de Ensino Superior Público (2023), eram elas, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada pelo Decreto Estadual nº 8.837, de 08/11/49, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 32.242, de 10/02/53; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 921, de 16/11/52, reconhecida pelo Decreto Federal nº 40.445, de 30/11/56, posteriormente desmembrada na Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei nº 5.261, de 13/01/66; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 2.179, de 04/08/54, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 50.355, de 18/03/61; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 03/66, de

12/01/66, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 69.697, de 03/12/71, por este processo, a personalidade jurídica de cada uma dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime da Fundação de Direito Público.

Fundindo-se na estrutura universitária implantada, foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

O primeiro reitor foi o Professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, tendo como seu vice o Professor Odeni Villaca Mongruel, ambos nomeados diretamente pelo Senhor Governador do Estado, Dr. Paulo Cruz Pimentel, pelo Decreto nº 20.056, de 06 de maio de 1970 (UEPG, 2023).

Já a segunda gestão teve início quando o Governador à época, Dr. Emílio Hoffmann Gomes, assinou o Decreto nº 5.585, de 12/06/74, que nomeou o antigo vice-reitor, Professor Odeni Villaca Mongruel, agora como reitor, e o Professor Daniel Albach Tavares para o cargo de Vice-Reitor, ambos empossados no dia 20/06/74. Entretanto, ocorreu a renúncia do Professor Odeni Villaca Mongruel no dia 13/05/78, tendo assumido, interinamente, o Professor Daniel Albach Tavares, que foi, posteriormente, nomeado “pro-tempore” pelo Decreto Estadual nº 5.084, de 13/06/78 (UEPG, 2023).

Já a terceira gestão começou em 28 de março de 1979, com a manutenção do Professor Daniel Albach Tavares na figura de reitor, por meio do Decreto Estadual nº 177, assinado pelo Governador Ney Braga, tendo também nomeado o Professor Waldir Silva Capote, para o cargo de Vice-Reitor (UEPG, 2023).

Pelo Decreto nº 226, de 29 de março de 1983, o Governador José Richa nomeou o Professor Ewaldo Podolan para o cargo de Reitor, dando início à quarta gestão administrativa da Instituição, que contou com o Professor João Lubczyk para o cargo de Vice-Reitor (UEPG, 2023).

Em 1987, foram eleitos os dirigentes da quinta gestão, sendo que foi ouvida pela primeira vez a comunidade universitária para tanto, saindo do padrão de nomeações diretas via governo estadual, sendo eleitos os Professores João Lubczyk como Reitor e Lauro Fanchin como Vice-Reitor, nomeados pelo Decreto nº 106, de 19 de março de 1987, durante o Governador de Álvaro Dias (UEPG, 2023).

Agora, em um contexto puro de democratização advindo da Constituição Federal de 1988, a sexta gestão, constituída dos Professores João Carlos Gomes, Reitor e Roberto Frederico Merhy, Vice-Reitor, ouvida a comunidade universitária, foi

oficializada por ato do Governador Álvaro Dias, conforme Decreto nº 7.491, de 06 de março de 1991 (UEPG, 2023).

O Professor Roberto Frederico Merhy, Reitor e a Professora Leide Mara Schmidt, Vice-Reitora, figuraram a sétima gestão à frente da UEPG, sendo nomeados para os cargos, após consulta à comunidade universitária, pelo Decreto nº 3.828, de 22 de julho de 1994, por ato do Governador Mário Pereira (UEPG, 2023).

Ao fim desta gestão, foram também protagonistas da primeira reeleição para os cargos, constituindo-se na oitava gestão, confirmada pelo Decreto nº 4.725, de 31 de agosto de 1998, do Governador Jaime Lerner (UEPG, 2023).

Seguindo, a nona gestão foi constituída pelos Professores Paulo Roberto Godoy, na figura de Reitor e Italo Sérgio Grande como seu vice, escolhidos por meio de mais uma consulta à comunidade universitária e nomeados por ato do Governador Jaime Lerner, pelo Decreto nº 6.181, de 22 de agosto de 2002 (UEPG, 2023).

Na sequência, para a décima gestão foram escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária os professores João Carlos Gomes e Carlos Luciano Sant'ana Vargas, como Reitor e Vice-Reitor, respectivamente, nomeados pelo Decreto nº 6.885, de 11 de julho de 2006, assinado pelo Governador Roberto Requião (UEPG, 2023).

Os Professores João Carlos Gomes e Carlos Luciano Sant'ana Vargas, foram reeleitos em 2010, após ouvida a comunidade universitária, constituindo a décima primeira gestão, sancionada pelo Governador Orlando Pessuti, conforme Decreto nº 7.265, do dia primeiro de junho de 2010 (UEPG, 2023). Entretanto, após a nomeação do Professor João Carlos Gomes para o cargo de Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pelo Senhor Governador Carlos Alberto Richa, o Professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas assume o cargo, em complementação de mandato, através do Decreto nº 8.775, de 21 de setembro de 2013 (UEPG, 2023).

A décima segunda gestão e foi constituída pelos Professores Carlos Luciano Sant'Ana Vargas e Gisele Alves de Sá Quimelli como sua vice-reitora, também escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária e nomeados pelo Decreto nº 11.491, de 02 de julho de 2014, assinado pelo Senhor Governador Carlos Alberto Richa (UEPG, 2023).

A atual gestão teve seu início em 01/09/2018 e é constituída pelos Professores Miguel Sanches Neto, Reitor e Everson Augusto Krum, Vice-Reitor, escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária e nomeados pelo Decreto nº 10.436 de

10 de julho de 2018, assinado pela Governadora Maria Aparecida Borghetti. Contudo em 01 de setembro de 2022, o professor Miguel Sanches Neto reassume a gestão da Universidade Estadual de Ponta Grossa como reitor pelo segundo mandato consecutivo, tendo como vice-reitor, o Professor Ivo Mottin Demiate, sendo que conduzirão a instituição até 2026, com o compromisso de fortalecer o processo de modernização iniciado durante a gestão 2018-2022 (UEPG, 2023).

A UEPG possui três campus universitários, sendo estes o Campus Central, Campus de Uvaranas, ambos em Ponta Grossa, localizados na região central e no bairro de Uvaranas, respectivamente, e também o Campus de Telêmaco Borba, na cidade de Telêmaco Borba, e, de acordo com a Pró-Reitoria de Graduação da UEPG (UEPG, 2023) a universidade possui 39 cursos presenciais espalhados por todos os campi, além de 9 cursos fornecidos via ensino à distância (EAD), contando com 55 polos de apoio presencial, sendo 49 no estado do Paraná, um em Santa Catarina e quatro em São Paulo.

No tocante ao Ensino de Pós-graduação *stricto sensu*, a UEPG tem, credenciados junto à CAPES, 27 cursos de mestrado e 10 cursos de doutorado. Na pós-graduação *lato sensu*, a UEPG ofereceu 16 cursos de especialização na modalidade de ensino presencial, 2 na modalidade de ensino a distância, 1 na modalidade híbrida (presencial/a distância) e 24 residências técnicas e médicas (UEPG, 2023).

Entre tais programas de pós-graduação, se encontra o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, o qual objetiva-se, a partir deste ponto, delinear suas estruturas e funcionamento.

4.2 O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG (PPGCSA- UEPG)

Criado a partir da portaria n.º 467 de 22 de fevereiro de 2002, em que fora reconhecido como programa de pós-graduação *strictu sensu* pelo Conselho Técnico Científico da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, surge como um marco no desenvolvimento da pesquisa na universidade. Contudo, sua história data de anos antes de seu reconhecimento pelo Ministério da Educação.

De acordo com a Prof.^a Dr.^a Lucia Cortes da Costa, em seu discurso de abertura da I Colóquio Inter Núcleos do PPGCSA-UEPG (2020), relatou que foi um grande desafio participar do projeto de incorporar um programa interdisciplinar por essência dentro da universidade, projeto este que surgiu de uma iniciativa dos setores de ciências sociais aplicadas, que incluía o curso de direito, após ter sido realizado um estudo minucioso, sobre o perfil da formação acadêmica desejada para o programa pretendido e que devesse atender a demanda de qualificação dos professores da UEPG, tão como das instituições de ensino superior da região e da comunidade em geral.

Relata a professora, que, a partir desse estudo, a proposta seria promover a pós-graduação em nível interdisciplinar, sendo que o desafio seria “superar o caráter disciplinar da produção do conhecimento, dialogar com diferentes áreas, estabelecer parcerias, permitir integração de métodos e técnicas de pesquisa, numa proposta interdisciplinar, é o que nos caracteriza desde o início”.

A coordenação do trabalho para elaborar o projeto de mestrado ficou com a Prof.^a Dr.^a Divanir Eulália Naressi Munhoz, que hoje, já aposentada, professora do Departamento de Serviço Social da UEPG, contou com o apoio dos professores doutores do setor de Serviço Social, e a colaboração de docentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que, já no início se estabeleceu como parceiro, principalmente nas áreas de sociologia e filosofia.

Segundo a professora, foram anos de preparação do projeto de mestrado e reuniões com os docentes do setor para chegar em uma proposta consistente, pra alcançar os anseios acadêmicos e chegar nos objetivos propostos e audaciosos que se almejavam a partir das demandas estudadas, sendo que, a aprovação interna na UEPG para o início do programa de mestrado, foi em 1998, e, em seguida, foi iniciada elaboração da proposta para a CAPES, sendo que, naquela época, era necessário aprovar primeiro internamente o programa de pós-graduação, inclusive, começar a organizar as ações do projeto de mestrado, e, após isso, ainda encaminhar o projeto pra CAPES, sendo que hoje, esse procedimento se difere.

Então, a meta de inserir na UEPG o PPGCSA na graduação *strictu sensu*, virou uma conquista para o setor no ano de 2000, onde se iniciaram as atividades, e, estas, foram reconhecidas no ano de 2002. Ainda relata a professora que “o nosso programa de pós-graduação foi o segundo criado na UEPG, sendo que o primeiro

programa de mestrado foi o de Educação 1994, o qual era vinculado ao setor de ciências humanas.”

Tendo adentrado no programa ainda em 2000, e figurando na qualidade de coordenadora entre agosto de 2002 até março de 2006, a Prof^a. Lucia ainda registra em sua fala que muitos mestres e doutores que foram formados pelo PPGCSA, hoje integram o próprio corpo docente do programa, e que isso apresenta uma solidez do programa, ainda mais sobre as linhas de pesquisa ofertadas.

Em 2012, a CAPES aprovou a implementação do doutorado dentro do PPGCSA, aprovação esta que encontrou seu respaldo e oficialização por meio da portaria nº187 de 6 de março de 2015, consolidando assim, a trajetória do programa de pós-graduação, sendo que lhe fora atribuído o conceito 4 pelo MEC (BRASIL, 2015).

Desde os primórdios do programa, a área de concentração do PPGCSA se situou dentro da “Cidadania e Políticas Públicas”, que, por sua vez, se desdobra em duas linhas de pesquisa distintas: “Estado Direitos e Políticas Públicas”, e “História, Cultura e Cidadania”.

De acordo ainda com Lucia Cortes da Costa (2020), nessas duas décadas de existência do programa, existiram muitos desafios e muitas conquistas, sendo que o maior desafio foi formar um corpo de docentes articulados às linhas de pesquisa, sempre mantenedores da perspectiva interdisciplinar.

Tais perspectivas trazidas pela professora, permanecem como escopo do PPGCSA, que, expõe em seu website a busca da contribuição para o fim de capacitar os docentes das diversas Universidades Públicas, bem como das demais Instituições de Ensino Superior, potencializando a melhoria da qualidade do ensino e o nível de desempenho dos profissionais, tão como promover a oportunidade de atualização e alargamento de horizontes para graduados docentes e não docentes (PPGCSA, 2023).

O PPGCSA (2023) explicita que

Há preocupação dos docentes do programa em propiciar formação e a constante reciclagem de profissionais e de docentes com vistas ao fomento da pesquisa e uma intervenção eficiente e eficaz na realidade, em especial nas questões e demandas diretamente relacionadas à região em que se situa a Universidade.

Sendo assim, a proposta do PPGCSA - UEPG considera a pesquisa numa perspectiva abrangente nas ciências sociais e humanas, bem como em diálogo

conceitual e metodológico com outros setores do conhecimento (PPGCSA, 2023). Para este fim, “prioriza a perspectiva interdisciplinar na construção do saber científico, considerando a complexidade dos fenômenos da vida social, as novas formas de produção do conhecimento, a geração de novos conceitos e metodologias”.

O Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas objetiva, ainda, fortalecer a pesquisa científica, ampliando a produção e a qualidade do quadro docente vinculado à graduação, e fomentando a capacitação para egressos de pesquisas da graduação, como é o caso do Programa de Iniciação Científica (PIBIC CNPq/UEPG/Fundação Araucária).

Objetivos Gerais do Programa do em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG (PPGCSA, 2023):

- formar pesquisadores na área das ciências sociais aplicadas com uma perspectiva interdisciplinar na abordagem e análise dos problemas e temas inseridos na área de concentração e linhas de pesquisa do programa;
- preparar profissionais da grande área de Ciências Sociais Aplicadas e de áreas afins, por meio de atividades integradas de ensino e pesquisa, para a carreira docente, para a execução de pesquisa e ao exercício profissional;
- incentivar o desenvolvimento de mentalidade científica e profissional crítica, a partir da perspectiva interdisciplinar, nas temáticas compreendidas na área de concentração do Programa;
- capacitar recursos humanos para uma prática científica, política e tecnicamente capaz nas distintas competências específicas conferidas pelas diferentes graduações, orientada para a melhoria da qualidade de vida da população;
- estimular a produção acadêmica, através de eventos, cursos e publicações de resultados de pesquisas nas diferentes formas de divulgação;
- concorrer para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação da UEPG e demais instituições de ensino superior, através da capacitação de docentes e dos egressos da graduação;
- contribuir para o aprofundamento das reflexões científicas na área das Ciências Sociais Aplicadas, com uma perspectiva interdisciplinar na abordagem dos diferentes objetos de estudos que se definem a partir da área de concentração do programa e das linhas de pesquisas.
- Romper com a fragmentação do saber sobre a realidade humana e social é um desafio colocado aos pesquisadores, assim o programa busca desenvolver

uma metodologia de pesquisa que integre os saberes das diferentes disciplinas envolvidas na respectiva área de concentração.

Além dos objetivos, o próprio programa prevê uma espécie de perfil para o pesquisador e formador, sendo que este deve ser capaz de dialogar com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, tão como contribuir para a construção e socialização de conhecimentos críticos sobre as diversas expressões da questão social, bem como com a elevação do nível cultural e social da população que vive processos de exclusão social, econômica, política e cultural (PPGCSA, 2023).

O programa trabalha com diferentes áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, através da transferência de métodos de uma área para outra gerando novos conhecimentos ou disciplinas.

4.2.1 A Estrutura do PPGCSA-UEPG

Dentro do seu corpo disciplinar, o PPGCSA apresenta a sua área de concentração como sendo “Cidadania e Políticas Públicas”. Nesse sentido, tanto a área e as linhas de pesquisa (“Estado Direitos e Políticas Públicas”, e “História, Cultura e Cidadania”), para o programa, são vistas com potencial integrador das diferentes expressões de Políticas Públicas com vistas a compreensões a respeito da Cidadania, sendo eixos que balizaram as dissertações defendidas decorrer da história do programa (PPGCSA, 2023). Salientam ainda que a “preocupação é garantir que a interação entre o singular e o plural, o universal e o particular possam ser contemplados na análise da sociedade humana via os núcleos de Pesquisa, com base nos dois eixos.”

Posto isso, o programa embasa toda a sua carga disciplinar e de pesquisa nas premissas trazidas pelas linhas apresentadas, tão como, incorpora até mesmo no caráter de apresentação do programa.

Essa afirmação transparece, principalmente, no corpo da principal plataforma de interação entre o Programa e o cidadão, que é o seu website de endereço <https://www2.uepg.br/ppgcsa/>, que dispõe dessas informações de estrutura cristalinamente.

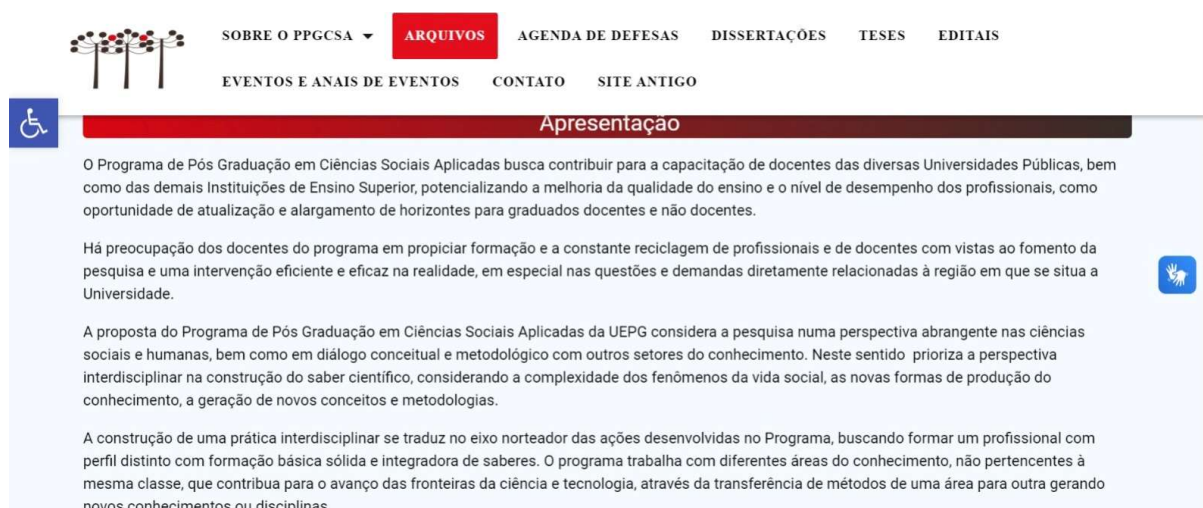
O site conta com um *layout* simples, contendo um padrão de cores baseados em uma paleta vermelha e cinza, tendo todos os seus elementos voltados para este padrão.

Figura 01 - Página Inicial do site do PPGCSA/UEPG



(Fonte: PPGCSA/UEPG)

Figura 02 – Página de apresentação do site do PPGCSA/UEPG



(Fonte: PPGCSA/UEPG)

Já com relação ao seu logo, o PPGCSA utiliza a imagem (Imagem 03) de três árvores araucárias em cor preta como uma referência ao Estado do Paraná, tendo alguns dos seus galhos se conectando, conexão esta detalhada pela cor vermelha,

dando a ideia de que a conectividade entre diferentes estruturas do conhecimento, formam estes pontos de convergência, resultando na interdisciplinaridade.

Figura 03 – Logotipo do PPGCSA/UEPG



(Fonte: PPGCSA/UEPG)

Nas diversas abas de acesso, presentes em seu *website*, destaca-se a aba “SOBRE O PPGCSA”, onde o programa detalha esse caráter voltado à interdisciplinaridade e suas linhas de pesquisa.

Esse comprometimento com a interdisciplinaridade é nítido, também, dentro do próprio processo seletivo para ingressos de discentes ao programa.

O processo de Seleção é desenvolvido em etapas definidas em edital específico a cada ano pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. No ano de 2023, quando se realizou o último processo seletivo, dividiu-se da seguinte maneira:

- Pelo processo de inscrição, onde o candidato já deve indicar qual linha de pesquisa dentre “Estado Direitos e Políticas Públicas” e “História, Cultura e Cidadania”, onde, em pré-projeto apresentado deve alinhar sua possível futura pesquisa à uma linha;

- Após deferida a inscrição, o processo inclinasse à uma prova escrita que será desenvolvida através da dissertação, pelo candidato, sobre um dos temas que será sorteado na data da prova, sendo que os temas se baseiam nas referências bibliográficas indicadas pelas linhas de pesquisa do programa, e anexas ao edital de inscrição;

- Após a realização e aprovação na primeira etapa, a seguinte consiste na comissão de avaliação que aprovará os projetos que estejam em consonância com as respectivas linhas de pesquisa e em conformidade aos critérios estabelecidos;

- Após averiguados e conformes os projetos, o candidato passa para a terceira e última fase que é a arguição e defesa do projeto frente à uma banca de professores do programa.

Desde a primeira fase do processo seletivo (prova escrita) o PPGCSA-UEPG deixa evidente o conteúdo disciplinar do mesmo, posto que apresenta literaturas de referência bibliográficas completamente adstritas ao corpo programático de sua estrutura.

Para o ingresso em 2023, foram indicadas as seguintes obras:

- Para a linha de “Estado e Políticas Públicas”: ANTUNES, Alfredo Cesar; RAIHER, Augusta Pelinski (Org.). **Cadernos de Pesquisa Social 3 – Cidadania e Democracia**. Editora UEPG, 2016; BORON, Atílio Alberto. **O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010. Parte 2 - Há vida depois do Neoliberalismo?; CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; CASTRO, Daniel; SENO, Danillo Dal; POCHMANN, Marcio Pochmann (ORGs). **Capitalismo e a Covid-19. São Paulo: 2020**. 1 v. disponível em <http://abet-trabalho.org.br/wpcontent/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>; HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carolos Roberto Diogo Garcia, Antonio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. (Capítulos 1,2 e 3); KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O Estado do Bem-Estar Social na idade da razão**. Editora: Elsevier – Campus: Rio de Janeiro, 2012. LEITE, Marcos Vinicius Chiliatto (org.). **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade**. Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019. POCHMANN, Marcio. **A desigualdade Hereditária: origem e trajetória no Brasil**, Ponta Grossa: Editora UEPG. 2017. SANTOS, Boaventura de Sousa; MARTINS, Bruno Sena. **O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Parte I) SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-25.” (grifo nosso)

- Para a linha “História, Cultura e Cidadania”: ANTUNES, Alfredo Cesar; RAIHER, Augusta Pelinski(Org.). **Cadernos de Pesquisa Social 3 – Cidadania e Democracia**. Editora UEPG, 2016. BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2004. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. São Paulo: Claro Enigma, 2012. Introdução: Cidadania e direitos: aproximações e relações, p.6-27.

BOURGUIGNOM, Jussara Ayres (org.). **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. BOURGUIGNOM, Jussara Ayres & OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro (orgs.). **Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2012. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1990. ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. Tradução: Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Reimp: Edições 70, 2008. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. HALL, Stuart. **Significação, representação, ideologia – Althusser e os debates pós estruturalistas**. In: Da diáspora – Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005. MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. TAVOLARO, Sergio B. F. e TAVOLARO, Lília G. M. A cidadania sob o signo do desvio: para uma crítica da "tese de excepcionalidade brasileira". Soc. estado. [online]. 2010, vol.25, n.2, pp. 331-368.

Tal prática do PPGCSA faz com que o candidato tenha, por obrigatoriedade, um breve contato com as temáticas discutidas dentro do programa, temáticas estas, que, por sua vez, compõe a base teórica de todas as disciplinas, tão como os núcleos de pesquisa, que serão melhor analisados adiante.

Entretanto, neste ponto, com relação às disciplinas, fica nítido o caráter proposto pelo programa, abrangendo uma carga interdisciplinar, tão como adstrita às linhas de pesquisa do programa.

Basicamente, pelas próprias bibliografias do processo de seleção, fica evidenciado quais pressupostos das ciências sociais são inerentes ao programa, fazendo com que o candidato tenha certeza sobre como, e o quê, deverá ser pesquisado após o seu ingresso no programa.

Contudo, embora os temas do processo de seleção tratem de temas específicos das ciências sociais, cabe às linhas de pesquisa e sua estrutura disciplinar atribuírem ao PPGCSA, sua carga interdisciplinar bem evidenciada.

São elas as seguintes:

- Linha de Pesquisa: Estado, Direitos e Políticas Públicas:

De acordo com o que é exposto pelo edital do processo seletivo fornecido pelo PPGCSA, a linha de pesquisa “Estado, Direitos e Políticas Públicas” centra na análise do Estado Moderno e nas Políticas Públicas sob diferentes perspectivas teóricas, se valendo do estudo das particularidades da formação do Estado brasileiro, por meio da dinâmica entre Estado e sociedade civil. Também realiza a análise sobre a organização e as funções do Estado, tão como do seu poder de regulação e do impacto econômico e social das políticas públicas, abrangendo assim também, uma análise dos direitos sociais e ambientais e qual a sua relação com o exercício da cidadania, envolvendo direitos e obrigações.

- História, Cultura e Cidadania:

Também de acordo com o que é exposto pelo edital do processo seletivo fornecido pelo PPGCSA, a linha de pesquisa “História, Cultura e Cidadania” têm como foco o estudo do desenvolvimento histórico e cultural da sociedade brasileira e do espaço regional. Para isso, esta linha realiza uma análise da relação entre estrutura social e expressões da cultura popular, como identidades, linguagem, mídia e cidadania, e a compreensão do espaço regional. Visa investigar a partir de uma perspectiva interdisciplinar as práticas de sujeitos de vários grupos sociais, considerando a complexidade de suas representações e apropriações acerca de sua cidadania e de sua participação (ou não) nas políticas públicas.

A linhas de pesquisa balizam o formato da pesquisa que será elaborada pelo discente ao entrar no programa de mestrado ou doutorado, e, por suas devidas “essências”, promovem a liberdade do pesquisador em se valer do que é oferecido pelo programa, para a sua livre aplicabilidade na pesquisa. Ou seja, o PPGCSA propõe uma forma, e o pesquisador a aplica, da maneira que melhor lhe aprouver.

Esse formato garante uma aplicabilidade interdisciplinar plena, visto que o programa não impõe ou restringe o mesmo, para qualquer área do conhecimento, restando livre o ingresso para todas as áreas.

E, estruturalmente, o programa se vale de inúmeras disciplinas voltadas para esta “forma” apresentada, que evidenciam a diversidade de temas tratados e sua vasta abrangência. Atualmente, existem 20 disciplinas caracterizadas como estruturais do programa, além de 22 disciplinas caracterizadas como “tópicos

especiais”, sendo que estas são apenas desenvolvidas, de acordo com a programação prevista do semestre, tendo disponibilidade, ou não, por ano.

E dentro deste panorama de produção acadêmica interdisciplinar oferecido pelo programa, estão situados os núcleos de pesquisa, que, até 2021, eram os seguintes: Núcleo de Pesquisa em Saúde Pública, Doença e Assistência em Saúde no Brasil; Núcleo de Pesquisa Esporte, Lazer e Sociedade; Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais; Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza; Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas; Núcleo/Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social, Teoria Política e Pós-Estruturalismo; e Núcleo de Pesquisa em Inovação, Cidadania e Políticas Públicas.

Os núcleos são a base de produção científica do PPGCSA, são neles desenvolvidas as produções acadêmicas voltadas para os alinhamentos interdisciplinares propostos pelo programa, e, dentro da análise desta pesquisa, servem como escopo de análise, para a identificação do caráter identitário do PPGCSA da UEPG.

4.3 Núcleo de Pesquisa em Inovação, Cidadania e Políticas Públicas

Entre os mais recentes núcleos de pesquisa criados no PPGCSA/UEPG, está o Núcleo de Pesquisa em Inovação, Cidadania e Políticas Públicas, criado no segundo semestre de 2021, por uma iniciativa dos professores João Irineu de Resende Miranda, e Fabrício Bittencourt da Cruz.

O Prof.º Dr. João Irineu de Resende Miranda possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, e mestrado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo, tendo, também, realizado o doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo. Também possui MBA Internacional em Gestão Estratégica da Inovação, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em Associação com o SENAI e a Université Technologie de Compiègne França. Atualmente é professor do Curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa, estando atualmente na Coordenação do PPGCSA-UEPG (LATTES/CNPQ, 2023).

Já o Prof.º Dr. Fabrício Bittencourt da Cruz é Juiz Federal no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sendo que foi Diretor da Escola da Magistratura Federal do

Paraná (2017-2018), atuando hoje apenas como professor. Também é Professor Adjunto no Departamento de Direito de Estado da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atualmente ocupa o cargo de Líder do Projeto MindTheGap: Inovação em Direito", possuindo como formação acadêmica o doutorado em Direito do Estado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), e Mestrado em Direito Socioeconômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) (LATTES/CNPQ, 2023).

A idealização para a criação do núcleo, partiu, segundo relato do Prof.º João Irineu em entrevista, a partir das observações do processo de globalização, que permitiram indivíduos e Organizações Não Governamentais (ONG's), a se tornarem grandes atores internacionais, possibilitando a influência igual ou maior que dos Estados nacionais, principalmente do ponto de vista econômico. Segundo ele, este processo já foi percebido quando empresas multinacionais e transnacionais, se tornaram maiores que o Produto Interno Bruto (PIB) dos países que estão relacionadas.

Ainda relata que os coordenadores compartilham da visão de que “percebe-se que as estruturas tradicionais de mídia têm dificuldade perante as redes sociais, e do ponto de vista econômico, a gestão do conhecimento e o uso correto, resulta em um aproveitamento maior que outras estruturas tradicionais dos setores da economia, sem haver grandes investimentos econômicos, mas de conhecimento intensivo”.

Sendo assim, e observando tal necessidade para as políticas públicas, e percebendo que os pressupostos das Ciências Sociais Aplicadas trazidos no programa não abrangem está ópticas, o núcleo foi criado.

De acordo com o site do PPGCSA/UEPG (2023), o núcleo tem como objetivo realizar pesquisas aplicadas em caráter interdisciplinar com intenção de aperfeiçoamento a partir da transição digital no campo da gestão pública e das políticas públicas de caráter emancipatório.

De acordo com o site:

Tem como objetivos estudar iniciativas que promovam a cidadania digital, a maior eficiência na gestão e na prestação de serviços públicos, bem como a qualidade de vida e a otimização das condições de trabalho dos servidores públicos. Embora seja constituído primordialmente por mestrandos e doutorandos do Programa de Ciências Sociais Aplicadas, a participação de pesquisadores de outras áreas é aceita e estimulada para a formação de equipes multidisciplinares de pesquisa. Neste mesmo sentido, o Núcleo aceita candidaturas de alunos especiais que tenham interesse em desenvolver pesquisas aplicadas que integrem as Ciências Sociais Aplicadas e outras áreas do conhecimento acadêmico.

Desta maneira, o núcleo se divide em dois eixos de pesquisa, sendo que o primeiro eixo diz respeito às inovações nas prestações jurisdicionais, amparados pela teoria do valor público, e com enfoque às inovações do funcionamento do judiciário, como nível design, *visual law*, e mineração de dados. Já o outro eixo se funda na aplicação de inovação como vetor da cidadania, entendido na concepção de Hannah Arendt, sobre o direito de ter direitos, sendo assim, o enfoque está na participação política, comunicação social enquanto instrumento de cidadania, respeito a direitos culturais, e com fundamento do desenvolvimento e com área ligadas ao uso da tecnologia e à novas formas de se pensar a identidade e cultura como perpetuador de direitos.

Entretanto, o núcleo, conforme relata seu coordenador João Irineu, possui uma característica distinta dos demais núcleos do programa, pois, o enfoque, não estaria apenas na construção de produção acadêmicas, mas sim, na elaboração de ferramentas ou produtos, que visem alcançar os formatos de desenvolvimentos nas áreas estudadas pelo núcleo.

Por isso, e com base nessa premissa, o núcleo admite a entrada de membros de outras áreas do conhecimento, e até mesmo fora do PPGCSA-UEPG, visando a elaboração de tais produtos, como, por exemplo, a inserção de membros da área de Exatas para desenvolvimento de softwares e afins.

Neste sentido é que se fundam as principais contribuições e construções acadêmicas do núcleo, que em cerca de um ano e meio de atividades, desenvolveu as seguintes propostas:

- A utilização de um software denominado "*LaTeX*", que é um sistema de preparação de documentos, que, ao escrever, o redator usa textos simples, ao invés do texto formatado encontrado em processadores de texto WYSIWYG como Microsoft Word, LibreOffice Writer e Apple Pages, sendo que se automatiza o processo de formatação em padrões pré-estipulados, como, por exemplo, e como foi o caso de sua aplicação no núcleo, em eventos acadêmicos com padrões de artigos e anais já fixados. Deste projeto, resultou o artigo "PROPOSTA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM REVISTAS CIENTÍFICAS DE DIREITO BRASILEIRAS", na Revista Humanidades e Inovação, tendo como autoras Melina Carla de Souza Britto, Jocelei de Araújo e Victória Baldani Miranda (2022)

- A criação de um sistema de comunicação integrado dentro do PPGCSA-UEPG, que se alinharia com o website do programa, também, demonstrando assim, uma identidade institucional do programa por meio da rede social Instagram™, em sua página oficial (<https://www.instagram.com/cienciassociaisuepg/>), por meio de padronização de postagens, tão como utilização de cores e fontes. Também, esta integração incluiu a utilização da plataforma Discord™ como um espaço de integração e promoção de eventos, dentro do programa.

Já no que tange às produções dos núcleos, as mesmas seguem as seguintes temáticas

Quadro 1 – Produções do Núcleo de Inovação, Cidadania e Políticas Públicas

TÍTULO	ANO
SMOLAREK, ADRIANO ALBERTO; MIRANDA, JOÃO IRINEU DE RESENDE. A Autodeterminação dos Povos na Corte Internacional de Justiça: Aproximações possíveis às Opiniões Consultivas sobre o Sudoeste Africano e o Saara Ocidental. SEQUENCIA, v. 42, p. 1-29, 2022.	2022
BARBOSA, LAÍSE MILENA; MACHADO, DAIANI MARTINS; RESENDE MIRANDA, JOÃO IRINEU DE. Presidência virtual: uma análise do discurso político de Jair Bolsonaro no twitter. PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS, v. 17, p. 1-20, 2022.	2022
MACHADO, DAIANI MARTINS; LIMA VERDE, L. H.; MIRANDA, JOÃO IRINEU DE RESENDE. UMA ANÁLISE DO TRATAMENTO DO MARCO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARANAENSE (LEI N. 20.541/2021) PARA O EMPREENDEDOR DIGITAL CULTURAL, DENTRO DA PERSPECTIVA DA ECONOMIA CRIATIVA. HUMANIDADES & INOVAÇÃO, v. 9, p. 70-83, 2022.	2022
SMOLAREK, ADRIANO ALBERTO; MIRANDA, JOÃO IRINEU DE RESENDE. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O SAARA OCIDENTAL: pragmatismo e ruptura. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO), v. 36, p. 1-18, 2021.	2021
MIRANDA, João Irineu De Resende. Neoliberalismo, Globalização e Internet: uma análise latino-americana. In: MIRANDA, J.I.R.; PREUSS, L.T.; SMOLAREK, A.A. (Org.). Direitos e Proteção Social na América Latina em Tempos de Covid-19 - uma perspectiva comparada. 1ed.Porto Alegre: Fi, 2022, v. 1, p. 20-60.	2022
BRITTO, Melina Carla de Souza; FOLLONI, ANDRÉ PARMO; CRUZ, FABRÍCIO BITTENCOURT DA. The Possibility of Protecting and Expanding Capabilities via Fundamental Social Rights: The Brazilian Federal Constitution of 1988. RECHTD. REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, HERMENÉUTICA E TEORIA DO DIREITO, v. 13, p. 333-350, 2022.	2022
CRUZ, Fabrício Bittencourt da; BRITTO, Melina Carla de Souza; MOREIRA, Guilherme Martelli; BRITTO JR, Alceu de Souza. Robôs substituem juízes? O Estado da Arte da Inteligência Artificial no Judiciário Brasileiro. Revista Antinomias, v. 3, p. 8-41, 2022.	2022
BRITTO, Melina Carla de Souza; CRUZ, Fabrício Bittencourt da. Visual Law e inovação: uma nova percepção para o processo eletrônico no direito brasileiro. HUMANIDADES & INOVAÇÃO, v. 8, p. 226-234, 2021.	2021
MIRANDA, João Irineu de Resende; CRUZ, Fabrício Bittencourt da. Uma nova forma de falar sobre Metodologia da Pesquisa. 1. ed. Ponta Grossa: Reload Produtora e Editora Ltda, 2021. 125p	2021
BRITTO, M. C. S.; ARAUJO, J.; MIRANDA, V. B. PROPOSTA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM REVISTAS CIENTÍFICAS DE DIREITO BRASILEIRAS. HUMANIDADES & INOVAÇÃO, v. 9, p. 112-124, 2022.	2022

Fonte: Adaptado de CNPq, Lattes. Disponível em <https://www.lattes.cnpq.br/>

Notas: Dados trabalhados pelo autor a partir das plataformas Lattes e DGP.

Quando questionado sobre os valores intrínsecos, formadores da identidade do núcleo, o coordenador afirmou que o núcleo “trabalha com uma base teórica da autonomia do pesquisador, heterodoxia na base teórica, flexibilidade com pressupostos, não dogmatismo em relação à marcos teóricos, e principalmente uma abertura para incorporar o novo na cidadania políticas pública.”

Por fim, o coordenador aponta o núcleo como

“[...] um grupo de pesquisadores que buscam diminuir as distancias entre os pressupostos teóricos que atualmente existem no ponto de vista da cidadania e políticas públicas, e as conquistas que podem ser percebidas na economia e na sociedade, a partir da economia de conhecimento e sociedade de informação.”

4.4 Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (NUPEDH)

Em 2017, a partir de um grupo de estudos que atuava desde 2015, coordenado pelas professoras Jussara Ayres Bourguignon e Dirceia Moreira, surge o Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (NUPEDH), formado a partir dos estudos já realizados pelas professoras, juntamente da adição do professor Nei Alberto Salles Filho ao quadro de coordenador do núcleo.

Segundo a idealizadora, Jussara Ayres Bourguignon, em palestra ministrada no I Colóquio Inter Núcleos de Pesquisa do PPGCSA – UEPG (2020), a ideia de criação do programa surge depois da realização da 1ª Jornada de Estudos e Pesquisa em Justiça Restaurativa, onde contou com mais de duzentos participantes das mais variadas partes do Brasil.

Observando a necessidade de promover a discussão do tema dentro da UEPG, os idealizadores trouxeram para a universidade a proposta de anexar ao PPGCSA um núcleo de pesquisa voltado para o estudo dos Direitos Humanos.

Em entrevista à esta pesquisa, o Prof.º Nei Alberto Salles relatou o que segue:

“A ideia da criação, foi por meio de um grupo de estudos em justiça restaurativa por iniciativa da Prof.ª Jussara, só que o tema era muito limitado, e a partir dessa limitação houve a ideia da criação do núcleo de pesquisa, dentro do programa.”

Ainda dentro do contexto da criação do grupo, o professor conta sobre a escolha de adequar o tema às linhas de pesquisa do PPGCSA, tendo assim, optado por nomear o núcleo como “Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e

Políticas Públicas”, inserindo-o na linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas do PPGCSA.

O Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas regulares sobre a articulação entre políticas públicas e direitos humanos, através de suas concepções históricas, desenvolvendo neste sentido, pesquisas em variados temas tais como Sistemas de Justiça, Cultura da Paz e Políticas Afirmativas além, é claro, dos direitos humanos em sua dimensão teórica interdisciplinar.

Neste sentido, conforme é descrito no site do PPGCSA (2023), o núcleo investiga os seguintes temas: Direitos Humanos: perspectivas históricas, teóricas e filosóficas; Direitos Humanos: igualdade, identidade, pobreza; Direitos Humanos e o direito à vida; Direitos Humanos e Sistemas de Justiça; Direitos Humanos e Diversidade; Educação em Direitos Humanos; Direitos Humanos e Práticas Educativas; Direitos Humanos e Políticas Afirmativas; Direitos Humanos e Movimentos Sociais; Direitos Humanos e Imigração; Direitos Humanos e Cultura da Paz; Direitos Humanos e Sustentabilidade; Direitos Humanos e Justiça Restaurativa; Direitos Humanos: família, pessoa idosa, criança e adolescente; e Metodologias Colaborativas na pesquisa em Ciências Sociais.

Mediante encontros quinzenais, atualmente, o núcleo tem como coordenadores o Prof.º Nei Alberto Salles Filho, a Prof.ª Lislei Terezinha Preuss e a Prof.ª Cleide Lavoratti.

O Prof.º Dr. Nei Alberto Salles Filho é Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), com Pós-Doutorado em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Realizou o seu Mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP/SP) e é Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. O mesmo desenvolve estudos sobre Educação e Metodologias de Ensino com ênfase nos temas: cultura de paz; educação para a paz; educação em direitos humanos; violências escolares; bullying; conflitolgia; ecoformação e sustentabilidade. Na dimensão teórica discute prioritariamente a Teoria da Complexidade, além de abordagens sociológicas, particularmente as Epistemologias da Sul. O mesmo está no núcleo, como já apresentado, desde a sua criação em 2017 (CNPQ, 2023).

Já a Prof.ª Dr.ª Lislei Terezinha Preuss possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduação em Pedagogia pela

Universidade do Estado de Santa Catarina, mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: proteção social, política social de saúde, política social de saúde na América Latina.

Por fim, a Prof.^a Dr.^a Cleide Lavoratti, que possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela Universidade de São Paulo – USP, e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2013). Possui experiência na área da Infância e da Adolescência, com ênfase em Políticas de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes, atuando principalmente nos seguintes temas: Estatuto da Criança e do Adolescente, Sistema de Garantias de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, violência intrafamiliar, rede de proteção; e capacitação de conselheiros. Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) atuando na Graduação de Serviço Social, no Mestrado em Direito e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Cultura de Paz, Direitos Humanos e Sustentabilidade e Grupo de Pesquisa e Defesa dos Direitos Humanos Fundamentais da Criança e do Adolescente. Assim como a Prof.^a Lislei, adentrou no núcleo em 2022.

O NUPDHC possui uma página no Instagram, onde, até 2020, realizava postagens e atualizações sobre o núcleo, ainda mais com o surgimento da pandemia de Covid-19, e em que as ações do núcleo se realizavam via *webmeeting* (encontros virtuais).

Entre os eventos, foi realizado o primeiro seminário apresentado por integrantes do núcleo tendo como tema a política de cotas e a promoção dos Direitos Humanos dentro da UEPG, sendo o objetivo central compreender em que medida a política de cotas adotada na Universidade Estadual de Ponta Grossa contribui para assegurar o direito humano de acesso à educação na instituição.

Além desses eventos, no período compreendido entre 2020 e 2023, o núcleo elaborou diversas publicações acadêmicas, adstritas às linhas pesquisadas dentro do grupo, a seguir listadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Produções do Núcleo de Direitos Humanos

(continua)	
TÍTULO	ANO
ORTH, Gláucia M. N.; BOURGUIGNON, J. A.; GRAF, Paloma Machado. O Sul também existe: intersecção entre o pensamento sulista e as práticas restaurativas no Brasil. In: Gláucia Mayara Niedermeyer Orth; Paloma Machado Graf. (Org.). Sulear a justiça restaurativa: as contribuições latino-americanas para a construção do movimento restaurativo. 1ed. Ponta Grossa - Pr: Texto e Contexto Editora, 2020, v. 1, p. 19-43.	2020
GOSS, C. C.; SALLES FILHO, N. A. Epistemologias do Sul em contraste a Naturalização do Racismo Estrutural: combate a sociedade desigual. REVISTA DIGITAL DO INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA-UNILA, v. 1, p. 1, 2020.	2020
MENDES, D. C. B. ; SALLES FILHO, N. A. ; SANTOS, T. C. . Justiça Restaurativa como Política Pública de Segurança Cidadã. In: David García Martul. (Org.). Ciências Socialmente Aplicáveis: integrando saberes e abrindo caminhos. 1ed. Curitiba - Paraná: Artemis, 2021, v. 2, p. 64-70.	2021
POLSAQUE YOUNG BLOOD, RENATA LUCIANE; SALLES FILHO, NEI ALBERTO; REZENDE YOUNG BLOOD, MARCELO. JUSTIÇA RESTAURATIVA: COVID-19 E SAÚDE MENTAL. Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas, v. 29, p. 1-14, 2021.	2021
GOSS, C. C. ; SALLES FILHO, N. A. . Epistemologias do Sul em contraste a Naturalização do Racismo Estrutural: combate a sociedade desigual. REVISTA DIGITAL DO INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA-UNILA, v. 1, p. 1, 2020.	2020
MENDES, DANIELE CRISTINA BAHNIUK; SALLES FILHO, NEI ALBERTO. Epistemologias do Sul como aporte científico da justiça restaurativa brasileira à luz dos direitos humanos. REALIS, Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Poscoloniais., v. 11, p. 154, 2021.	2021
SALLES FILHO, N. A.; MENDES, DANIELE CRISTINA BAHNIUK (Org.) ; SALLES, V. O. SALLES, Virgínia Ostroski (Org.) . Estudos sobre a Paz: olhares interdisciplinares. 1. ed. Ponta Grossa, Paraná.: Texto e Contexto, 2022. v. 1. 204p	2022

Fonte: Adaptado de CNPq, Lattes. Disponível em <https://www.lattes.cnpq.br/>

Notas: Dados trabalhados pelo autor a partir das plataformas Lattes e DGP.

Com base nas linhas de produção do núcleo, quando indagado em como é a estrutura do núcleo, o Prof.º Nei afirmou que, a linha de pesquisa do núcleo, já surte efeitos até mesmo nos projetos escolhidos no ingresso ao programa de mestrado, sendo que, tratando-se de temas afins com as linhas dos professores, os mesmos já promovem a integração dos candidatos ao NUPEDH.

Desta maneira, por conta da diversidade de projetos, o professor conta que existe uma enorme variedade de temas e subtemas tratados pelo núcleo, entretanto adstritos à promoção da cidadania por meio dos Direitos Humanos.

Corroborado por Jussara Ayres Bourguignon em evento já mencionado, o professor afirma que as linhas teóricas traçadas para o desenvolvimento dos trabalhos são baseadas nas Epistemologias do Sul, linha de pensamento trazida por Boaventura Souza Santos e a Teoria Crítica de Joaquín Herrera Flores.

Tal afirmação também é corroborada com os exemplos de produções trazidos anteriormente, onde coadunam com esta linha epistemológica de produção.

Segundo o Prof.º Nei Alberto Salles Filho, o mesmo observa uma identidade dinamizadora dentro do NUPEDH, afirmando que “o núcleo está como um dinamizador das áreas das ciências sociais aplicadas, com enfoque nos direitos humanos como objeto de construção cidadã”, focando e visando sempre, a dignidade humana.

4.5 Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo (LABTESP)

O Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo (LABTESP), de acordo com o seu diretório, reconhecido e certificado pela CAPES, tem como líderes o Prof.º Murilo Duarte da Costa Corrêa e o Prof.º José Augusto Leandro, a ser qualificado posteriormente.

O Prof.º Murilo é Professor Associado de Teoria Política na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tendo concluído seu Doutorado pela Universidade de São Paulo e Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina em Filosofia e Teoria do Direito. Possui afiliação como pesquisador atrelada à Vrije Universiteit Brussel (VUB) da Bélgica, tão como é Investigador e Professor visitante na Universidad de Buenos Aires (IIGG/FSOC/UBA), Argentina. Participa da rede Sense Lab e do projeto 3E (3Ecologies) na Concordia University, do Canadá. No Brasil, integra a rede de pesquisa Uninômade (UFRJ) desde 2011, e participa de uma série de projetos de pesquisa sediados por universidades brasileiras. De 2017 para cá, coordena o Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social, Teoria Política e Pós-Estruturalismo junto ao PPGCSA-UEPG, onde é Professor Permanente. Trabalha, atualmente, com a filosofia do direito de Deleuze e com as múltiplas

trajetórias transversais e problemas sensíveis que atravessam o social, o político, as técnicas e tecnologias no capitalismo contemporâneo, especialmente sob os olhares do pós-estruturalismo francês e das filosofias do processo e da individuação (LATTES CNPQ, 2023).

Em apresentação ao I Colóquio Inter Núcleos do PPGCSA-UEPG (2020), o professor relata a forma que o núcleo foi criado, e o porquê de receber a denominação “laboratório”. Tal fato parte da premissa que o mesmo afirmar acreditar de que seja comum a todos os coordenadores do PPGCSA, de que a pesquisa é absolutamente essencial e na verdade, não é uma premissa do programa, mas também do ensino, da docência, e sendo assim me parece que os Programas de Pós-Graduação têm que estar necessariamente estruturados em volta dos núcleos de pesquisa para alimentar o aspecto da docência.

Relata o professor:

O laboratório é resultado de muitas percepções da minha experiência acadêmica, e tendo experimentado vários funcionamentos diferentes, e estava tentando propor algo que vem de encontro a uma proposta mais voltada à produção massiva, diferente do que geralmente temos em PPG's comuns. A gente reivindica esse aspecto de laboratório pois entendemos que a pesquisa é feita sob prisma experimental, talvez soe pouco estranho, pois se trata de um laboratório de teoria, e que trabalha com teoria social e política, dentro de um chaveamento do pós-estruturalismo, é interessante que justamente que a gente se dê a possibilidade de se espantar com essa correlação, pois não deveria, pois é natural em realidade. Aqui, o que a gente espera, é sermos capazes de experimentar o pensamento, conceitos, e a partir disso, conseguir trabalhar em um chaveamento com as diversas práticas e o aspecto mais aplicado de nossas pesquisas.

Sendo assim, ainda de acordo com o professor, o LABTESP é um espaço que deve auxiliar a formalizar essas ideias que serviram de base para as pesquisas de cada um, surgindo no final 2017, dentro do PPGCSA-UEPG, e restando ativo em 2018.

De acordo com o site do PPGCSA-UEPG (2023) o LABTESP constitui-se de um espaço interdisciplinar de produção e intercâmbio de saberes sobre as contribuições dos pós-estruturalismo à Teoria Social e à Teoria Política, sendo que trata-se de um Laboratório de Pesquisa no qual os pesquisadores têm a oportunidade de realizar investigações epistemológicas, metodológicas, conceituais e teóricas em conexão com os campos da teoria social e da teoria política pós-estruturalistas, sempre em tensão imediata com seus objetos pessoais de sua própria pesquisa.

Dentro do site, o LABTESP é assemelhado à um “atelier” de pesquisa “capaz de flutuar entre as duas linhas de pesquisa do PPGCSA/UEPG, atendendo-as

indistintamente, justamente por se tratar de uma iniciativa de aglutinação de preocupações comuns de pesquisa, e também por ser especificada por seus marcos teóricos, não por objetos de pesquisa - os quais devem ser objeto de uma construção metodologicamente coerente e teoricamente informada.” (PPGCSA, 2023)

Razão esta que, segundo o seu coordenador, é que a simples existência do LABTESP existir, é a prova da interdisciplinaridade e do ecletismo do programa.

Ainda, relata que, ainda sobre sua origem, alguns alunos ressentiam-se pelo fato de sua pesquisa ter um núcleo, mas por haver aparos feitos por diversos fatores, não conseguiam concluir alguns pontos de interesse, sendo impossíveis de trata-los. Por esta razão, o Prof.º Murilo rotula o laboratório “onde os sonhos morrem, e recebem um destino”, pois mobiliza o direito do pesquisador de chegar nesses pontos, livremente. O caráter laboratorial decorre do histórico do coordenador que afirma:

A gente tende a trabalhar de muita leitura, de acúmulo, e me parece que a gente vive em uma sociedade altamente informacional, em que tudo nos chega, e a grande dificuldade é lidar com essas informações. O ponto seria imaginar um espaço de pesquisa em que pudéssemos filtrar melhor essa informação fazendo mais com menos, e promover uma articulação entre as linhas de pesquisa do PPGCSA e faça flutuar as pesquisas. Uma prática de pesquisa flutuante.

Neste sentido, o coordenador apresenta qual o formato identitário da produção do núcleo que seriam as teorias pós-estruturalistas. Relata o professor que, por traços históricos e por traços teóricos, a razão de escolha dessa área, é que o pós-estruturalismo se trata de um evento social de ruptura, e por ser um pensamento de caráter crítico radical e transformativo, e a horizontalidade com as massas (intelectual decifrando ao invés de conduzir) permite uma análise inovadora e distinta ao programa. As produções, tão como os métodos de análise, se fundam em autores como Michael Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guatarri, Jacques Derrida, Jean-François Lyotard, Julia Kristeva, e sua posterioridade.

O principal fator teórico para a escolha do caráter pós-estruturalista, parte do impulso de superação do estruturalismo, perfazendo a filosofia do pensamento da diferença e singularidade (ruptura com o marxismo, desvinculando a teoria do ser social e o trabalho, por exemplo), tendo assim grande afinidade com a pesquisa interdisciplinar e qualitativa, sendo que “cada teoria é uma caixa de ferramentas.” (DUARTE, in I Colóquio Inter Núcleos do PPGCSA-UEPG, 2020).

Desta maneira, o trabalho de produção do LABTESP atua por três eixos:

- Teoria social e política e pós-estruturalismo (nível de base dos trabalhos)

- Pós estruturalismo como conceito analisador social e político como que integramos a pesquisa de base a análise da conjuntura
- Pesquisa e pós-estruturalismo como epistemologia, ferramenta e método.

A partir dos eixos de pesquisa, o laboratório possui o enfoque de produção, formalizado pela escrita de textos para uma série de destinos diversos, entre eles revistas de alta qualificação, o que, por sua eficiência, o direciona a mais um tipo de objetivo, que seria a internacionalização das análises e produções, o que é notado pela parceria com a Vrije Universiteit Brussel (VUB) da Bélgica. Tais fatores de produtividade são decorrentes de uma produção cruzada (entre professores e discentes), onde se oferece uma dinâmica de trabalho vinculada às aspirações individuais e na tentativa de encaixá-las.

Dentre 2021 e 2023, podem-se listar as seguintes produções decorrentes dos estudos do LABTESP no Quadro 3:

Quadro 3 - Produções do LABTESP

(continua)

TÍTULO	ANO
CORREA, M. D. C. Chapaçãomaquínica, alucinação estatística: pensar como o ChatGPT. LUGAR COMUM, v. 66, p. 139-155,	2023
CAVA, B. ; CORREA, C. S. ; CORREA, M. D. C . Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Como as novas configurações tecnológicas reconfiguram as lutas sociais? LUGAR COMUM, v. 66, p. 163-184	2023
CORREA, M. D. C; MENDES, A. F.. Em que se pode reconhecer a alteridade? Política, virada narrativa e usos pragmáticos. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 13, p. 251-278	2022.
CORREA, M. D. C. 'É aí que se passa do direito à política: Deleuze e os grupos de usuários'. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 1, p. 60473,	2022
CORREA, M. D. C. Algoritmos da política, políticas do algoritmo. LUGAR COMUM, v. 63, p. 222-231,	2022
CORREA, M. D. C. Abecedário de Riobaldo. (Des)troços: revista de pensamento radical, v. 1, p. 166-169.	2022
CORREA, M. D. C; CHAVES, J. G. P. A economia política do autor e do usuário: hipóteses sobre o Capitalismo de Plataforma. LUGAR COMUM, v. 63, p. 78-101.	2022
CORREA, M. D. C; SOUZA, K. C. A. E. A cidadania governamentalizada: um estudo de caso das Unidades Paraná Seguro em Curitiba. Caderno CRH (UFBA), v. 35, p. 1/ e 022029-18.	2022
CORREA, M. D. C; GRAF, P. M. Um outro devir-negro do mundo: neoliberalismo e lutas antirracistas. (Des)troços: revista de pensamento radical, v. 1, p. 51-64.	2022
CORREA, M. D. C. A desapareição das ecologias: Latour e os destinos globais imaginados a partir do Brasil. LUGAR COMUM, v. 65, p. 44-60.	2022

Quadro 3 – Produções do LABTESP

	(conclusão)
CORREA, M. D. C. A jurisprudência como categoria social: multiplicações de Deleuze.... REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 12, p. 1895-1923.	2021
CORREA, M. D. C. Filosofia das máquinas de guerra: modos de usar os possíveis. LUGAR COMUM, v. 59, p. 24-42.	2021
CORREA, M. D. C; MELLO, E. R. Diagramas da pandemia: para uma taxonomia do pensamento em curso. UEPG: Ciências Sociais Aplicadas, v. 29, p.1-23.	2021

Fonte: Adaptado de CNPq, Lattes. Disponível em <https://www.lattes.cnpq.br/>

Notas: Dados trabalhados pelo autor a partir das plataformas Lattes e DGP

A aplicação da frase “cada teoria é uma caixa de ferramentas” é bem colocada quando se trata das produções realizadas pelo laboratório, visto que as abordagens, ainda contextualizadas pelo pós-estruturalismo, segmentam-se em vários temas de análise e discussão.

Como elucidado pelo professor coordenador, a identidade do grupo se resume à um “atelier” de ideias, que mescla pontos convergentes entre a pesquisa do participante, com o conceito pós-estruturalista e suas derivações, formalizando assim, um caráter de produção distinto e interdisciplinar.

4.6 Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais (NUEPPPS)

Dentre os primeiros núcleos criados dentro do PPGCSA-UEPG está o Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais (NUEPPPS), tendo como coordenadoras a Prof.^a Dr.^a Danuta Estrufika Cantoia Luiz e a Prof.^a Dr.^a Silmara Carneiro e Silva.

A Prof.^a Danuta Estrufika Cantoia Luiz possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 1997, tão como o doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2005. Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Curso de Serviço Social), atuando nas áreas de Serviço Social e Ciências Sociais Aplicadas/Interdisciplinar, atuando principalmente nos seguintes temas: emancipação, sociedade civil, gestão pública democrática, cidadania, criança e adolescente, participação e prática profissional (CNPQ, 2023).

Já a Prof.^a Silmara Carneiro e Silva, possui Doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina, e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo também

Especialista em Mídia, Política e Atores Sociais pela UEPG e Especialista em Administração Estratégica de Pessoas pela Faculdade Pe. João Bagozzi. Tendo como casa de graduação em Serviço Social pela UEPG, atua também como Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social desde 2015 e do Programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado) em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG desde 2016 (CNPQ, 2023).

Criado em 2008, de acordo com entrevista concedida pela fundadora Prof.^a Danuta à esta pesquisa, sua idealizadora buscou um nome que contemplasse a área de pesquisa de todos os professores integrados, que, na época eram de serviço social, direito, jornalismo e educação. Sendo assim, houve a necessidade de agregar o nome de práticas sociais pois congregava ainda mais temas abordados pelas pesquisas dos professores.

Desde o início, segundo a professora, “o aspecto mais bacana do núcleo é ter vários professores de várias áreas, sendo que a interdisciplinaridade foi sempre presente, e isso foi visível nas pesquisas de campo realizadas em PG, o que foi tranquilo para impor ao núcleo, visto que todas as professoras já eram adeptas da interdisciplinaridade, o que foi constantemente o eixo do grupo.

De acordo com site do PPGCSA (2023), o NUEPPPS tem por objetivo promover a produção e socialização de conhecimentos sobre Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais numa perspectiva multidisciplinar no contexto das ciências sociais aplicadas, tendo como objetivos específicos a oferta aos acadêmicos da graduação, e do Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, e de instituições acadêmicas, a vivência da pesquisa social, para isso, oportunizando um espaço de socialização de conhecimentos produzidos pelo Núcleo por meio da elaboração de artigos e coletâneas científicas de caráter interdisciplinar, tão como a promoção de eventos acadêmicos para o debate das temáticas do Núcleo.

Ainda de acordo com a página do programa, a trajetória de pesquisa de seus membros abrange as seguintes temáticas: “Estado, Políticas Públicas, Sociedade Civil, Cidadania, Desenvolvimento e Práticas Sociais. A atenção especial dos pesquisadores volta-se para objetos comuns de investigação e de construção de conhecimento em torno da área de concentração: Estado e cidadania.”

A metodologia do núcleo busca articular pesquisas desenvolvidas por alunos da graduação (TCC e iniciação científica) e da pós-graduação *stricto e latu sensu*,

tendo o objetivo de desenvolver a produção e a socialização do conhecimento, organicamente vinculadas a perspectivas e práticas emancipatórias.

Em um primeiro momento, até 2017, o núcleo tinha a preocupação da realização de pesquisas de campo com relação às as políticas públicas, sendo que, a cada ano foi se alternando. Como traz a Prof.^a Danuta em palestra durante o I Colóquio Inter Núcleos do PPGCSA-UEPG (2020), a exemplo disso, cita uma pesquisa que englobou um levantamento do perfil socioeconômico das famílias usuárias da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Sengés-PR, o que traçou um diagnóstico socioeconômico no sentido de servir como subsídio de dados e perfis das famílias adequadas, servindo para focalizar as políticas sociais para o município, nos anos de 2011 e 2012. Entretanto, após 2017, com a adição da professora Silmara ao quadro de coordenadores, o enfoque das publicações se voltou aos estudos sobre Antonio Gramsci, ou seja, agora as análises das políticas públicas seriam voltadas para as perspectivas gramscianas, como socio educação e outros temas.

Sendo assim, a produção do núcleo agora se volta para pesquisas e seus temas específicos, como, por exemplo, a pesquisa sobre as práticas sociais desenvolvidas pelos órgãos de atendimento governamentais e entidades não governamentais da rede de serviços socioassistenciais de Ponta Grossa, realizado entre os anos de 2021 e 2022, tão como a produção subsidiária decorrente destas pesquisas, o que resulta nas mais diversificadas produções. A exemplo disso, seguem os textos elencados no Quadro 4:

Quadro 4 – Produções do NUEPPS

(continua)

TÍTULO	ANO
S. C., SILVA; GALETO, P. H.; RODRIGUES, E. M.; GARCIA, H. R.; SANTOS, K. J dos. CONTORNOS SOCIOJURÍDICOS DO CONTROLE PENAL JUVENIL NO BRASIL À LUZ DOS CONCEITOS GRAMSCIANOS DE ESTADO AMPLIADO E DE SUBALTERNIDADE. In: Alexandre Almeida Rocha; Cleide Lavoratti; Silmara Carneiro e Silva. (Org.). Política Pública de Socioeducação: conquistas e retrocessos. 1ed.Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2020, v. 1, p. 33-58.	2020

Quadro 4 – Publicações do NUEPPS

(continua)

RUEDA, M. F.; SILVA, S. C. Socioeducação e vulnerabilidade social: confluência perversa revelada pela produção teórica recente do serviço social brasileiro em periódicos científicos da área. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2021, Londrina. ANAIS DO IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2021	2021
MACHADO, D. M.; KOUPAK, K.; SILVA, S. C. Jair Bolsonaro e a Folha de São Paulo no atual bloco histórico: discursos e contrapontos sobre a questão ambiental no Brasil. INTERNATIONAL GRAMSCI JOURNAL, v. 4, p. 95-126, 2021	2021
KOUPAK, KELEN; LUIZ, DANUTA ESTRUFIKA CANTOIA; MIRANDA, PEDRO FAUTH MANHÃES; SILVA JÚNIOR, ADRIANIS GALDINO DA. Democracia e participação em xeque no governo Bolsonaro. CADERNO ELETRÔNICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 9, p. 45-67, 2021.	2021
GIUSTINA, E. F. D.; LUIZ, D. E. C. Mobilização social no Brasil: considerações acerca das Jornadas de junho de 2013. In: Luci Faria Pinheiro. (Org.). Conservadorismos, fundamentalismo religioso e movimentos de resistência: experiências no Brasil, Uruguai, Chile e Colômbia. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2021, v. 1, p. 228-257.	2021
ROIK, A.; LUIZ, D.E.C.; FARIA, J. H. Para além da tese: reflexões sobre o compromisso ético-político do pesquisador social. In: Jussara Ayres Bourguignon; Sandra Maria Scheffer; Christiane Cruvinel Queiroz. (Org.). Cadernos de pesquisa social 4: cidadania, políticas públicas e temas contemporâneos. 1ed.Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2021, v. 4, p. 11-23	2021
FAEDO DELLA GIUSTINA, EMILIE; CANTÓIA LUIZ, DANUTA ESTRUFIKA. debate do Estado e da sociedade civil em Gramsci e no Serviço Social. LIBERTAS (JUIZ DE FORA. IMPRESSO), v. 21, p. 97-111, 2021.	2021
MARTINS, D.A.B.; PREUSS, L.T.; e SILVA< S.C. Uma análise da Política Nacional de Saúde Integral LGBT à luz do conceito gramsciano de Estado ampliado. Revista Crítica de Ciências Sociais, 126 2021, 91-112.	2021
BATISTA, R. A. S.; SILVA, S. C.; ROCHA, L. R. M. ADOLESCENTES EM CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO CENSE: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS ACERCA DA EDUCAÇÃO. Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 26, p. 2-18, 2021	2021
PINTO, R. M.; QUIMELLI, G. A. de S.; SILVA, S. C. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UEPG NA EXECUÇÃO PENAL: DO PROJETO THEMIS AO PATRONATO. In: Edina Schimanski (org.); Beatriz Gomes Nadal (org.); Sandra Maria Scheffer (org.). (Org.). UEPG: cinco décadas de extensão. 1ed.Ponta Grossa: UEPG, 2021, v. 1, p. 54-68.	2021

Quadro 4 – Produções do NUEPPS

(conclusão)

SILVA, S. C.; SANTOS, K. J dos. Atribuições e competências profissionais dos(as) assistentes sociais no âmbito da execução das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade de adolescentes. In: Atribuições e Competências profissionais dos(as) assistentes sociais no âmbito da execução das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade de adolescentes, 2021, Cascavel. IX Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas, 2021.	2021
KRAVICZ, G. F; SILVA, S. C. A REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA- PARANÁ, A PARTIR DO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. In: 10º CONINTER - CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2021, Niterói - RJ. Anais do 10º CONINTER - CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2021.	2021
SILVA, S. C.; GUEDES, O. S. A correlação de forças a nível estrutural e suas determinações para a dimensão ética no trabalho socioeducativo nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná: uma leitura a partir da Ontologia do Ser Social. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2021, Londrina. ANAIS DO IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. LONDRINA: UEL, 2021.	2021
RUEDA, M. F.; SILVA, S. C.; SANTOS, K. J dos; FONSECA, Maria Clara Fraga da. Os direitos fundamentais e a convivência familiar e comunitária de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto em teses e dissertações recentes no Brasil. BARBARÓI (UNISC. ONLINE), v. 62, p. 110-150, 2022.	2022
SILVA, S. C.; BOURGUIGNON, J. A.; SOUZA, Cristiane Gonçalves. A Assistência Social em tempos de COVID-19 no Brasil: as relações entre Estado e Sociedade Civil e as articulações com a rede de proteção social. In: Costa, Lúcia Cortes da; Scheffer, Sandra Maria; Preuss, Lislei Terezinha. (Org.). SEGURIDADE SOCIAL, TERRITÓRIOS E PANDEMIA desafios da (des)proteção social no Brasil e na Argentina. 1ed.Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2022, v., p. 269-294.	2022

Fonte: Adaptado de CNPq, Lattes. Disponível em <https://www.lattes.cnpq.br/>

Notas: Dados trabalhados pelo autor a partir das plataformas Lattes e DGP

De acordo com a coordenadora Danuta, além do caráter interdisciplinar inerente às raízes do núcleo, pode ser atribuída uma identidade própria, que, as vezes, é vislumbrada como gramsciana, entretanto, devido a teoria só serve como instrumento de viabilização de análises, visto que a real identidade do programa, seria a discussão de práticas sociais e políticas públicas.

O núcleo também atua com uma iniciativa de Assessoria Técnico-Científica, que pode ser vislumbrada em duas ações: Assessoria à Comissão Municipal de Socioeducação do município de Ponta Grossa e a Assessoria ao Núcleo de Educação Permanente - NEP - SUAS – PG, ambas iniciadas em 2021.

Tal prática releva a este núcleo uma posição mais próxima às realidades de gestão públicas dentro do município, proporcionando uma maior imersão dos seus membros, de acordo com sua coordenadora.

Além da certificação perante o CNPG, o núcleo conta com um website de domínio <https://nepeppps.wixsite.com/>, que aglomera todas as informações sobre o núcleo, tão como as atividades e pesquisas realizadas.

4.7 Núcleo de Esportes, Lazer e Sociedade

Chamado inicialmente de Linha de Pesquisa, o grupo de Esporte, Lazer e Sociedade vinculou-se ao Departamento de Educação Física da UEPG, no ano de 2002, sendo que serviu como início dos trabalhos de docentes do referido departamento, que voltavam do processo de capacitação (mestrado e doutorado entre 1992 e 2003), da Universidade Metodista de Piracicaba e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, fruto de política institucional para qualificação do corpo docente da própria UEPG (OLIVEIRA JUNIOR *et al*, 2020).

Tendo como idealizador o Prof.º Dr. Luiz Alberto Pilatti, e depois passada ao Prof.º Dr. Constantino Ribeiro Oliveira Júnior, a trajetória da Linha de Esporte, Lazer e Sociedade fica atrelada ao Departamento de Educação Física (DEDUFIS), no entanto, esta linha começa a tomar corpo quando inicia o processo de inclusão dos docentes do DEDUFIS no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, conferindo ao mesmo o caráter de Núcleo de Pesquisa, atualmente, tendo como coordenadores os professores Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Jr, Dr. Miguel Archanjo de Freitas, Dr. Alfredo Cesar Antunes e Dr. Bruno Pedroso.

O professor coordenador Dr. Miguel Archanjo de Freitas, possui doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2009), e mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000). Atua como professor do Departamento de Educação Física da UEPG, tendo experiência na área de Educação Física, com ênfase em História, Sociologia, Antropologia da Educação

Física e do Esporte, atuando principalmente em pesquisas ligadas a questões históricas e sociais do futebol (CNPQ, 2023).

Dentro da mesma linha interna de pesquisa, estão Prof.º Dr. Bruno Pedroso, que possui graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2005), Especialização em Treinamento Desportivo pela Universidade Estadual de Londrina(2007), Especialização em Gestão Industrial: Conhecimento e Inovação pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR (2007), Mestrado em Engenharia de Produção pela UTFPR (2010), Doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2013), Pós-doutorado em Qualidade de Vida no Trabalho pela UTFPR (2014), e Pós-doutorado em Estudos Bibliométricos e Cientométricos pela UTFPR (2021), Pós-doutorado em Transferência de Tecnologia pela UTFPR (2022) e Livre-docência em Qualidade de Vida pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2021) (CNPQ, 2023).

Já o Prof.º Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Jr, é graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1990), Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1996), tão como é Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Atua dentro da linha de ação sobre Representação Social, Memória Social, Indivíduo e Sociedade (CNPQ, 2023).

Dentro da mesma linha de ação está o Prof.º Dr. Alfredo Cesar Antunes, que é professor associado no Departamento de Educação Física e docente permanente do Programa de Mestrado e Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. Doutor em Ciência do Desporto/Educação Física pela UNICAMP, também possui Pós-doutorado em Psicologia Social pela UERJ. Tendo o mestrado em Ciências da Motricidade - Motricidade Humana pela UNESP, e graduação em Educação Física pela UNESP (CNPQ, 2023).

Dentro do PPGCSA-UEPG desde 2014, o núcleo conta com um enfoque produtivo dentro das perspectivas esporte, lazer e sociedade, se fundamento sobre duas linhas de ação internas, que seriam Cientometria e Representação Social, Memória Social, Indivíduo e Sociedade.

A linha de Cientometria, coordenada pelos professores Miguel Archanjo de Freitas e Bruno Pedroso, promove dentro do núcleo estudos sobre sociologia do esporte, sociologia do lazer, violência, qualidade de vida, políticas públicas e gestão esportiva.

Já a linha interna Representação Social, Memória Social, Indivíduo e Sociedade, coordenada pelos professores Constantino Ribeiro de Oliveira Jr e Alfredo Cesar Antunes, é voltada para o desenvolvimento de pesquisas sobre esporte e lazer e suas interfaces com a sociologia, história, memória, psicologia social e gestão.

De acordo com o Prof.^o Constantino Ribeiro de Oliveira Jr, em entrevista à esta pesquisa, o padrão de pesquisas da linha parte da perspectiva da psicologia social, se ramificando em suas vertentes que seriam as Representações Sociais trazidas por Serge Moscovici e Norbert Elias, Indivíduo e Sociedade tratados por Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs e Celso Pereira e Sá, e a Memória Social.

O professor ainda conta que esta linha atua sobre um projeto de estudo específico sobre alguns temas relevantes para a história do esporte em Ponta Grossa, como por exemplo, o Operário Ferroviário Esporte Clube, o hipódromo de Ponta Grossa, Cinema e Esporte, entre outros.

Sendo assim, pode se inferir que o núcleo parte do seguinte pressuposto:

Parte-se do pressuposto de que o campo esportivo é reconhecido, nas sociedades contemporâneas, como um campo com acentuado crescimento econômico e, por extensão, como gerador de empregos em escala global. Esta expansão inclui a participação ativa de sujeitos em práticas de lazer física e esportiva, bem como formas de participação passivas como espectador ou consumidor, integrando-se no fenômeno mais geral das sociedades modernas, com impacto global e local, das transformações dos tempos sociais, especialmente no que diz respeito à articulação entre os tempos do trabalho, livre e de lazer (OLIVEIRA JUNIOR *et al*, 2020)

Já no site do PPGCSA, o núcleo é descrito como o núcleo promotor do “intercâmbio de estudos e pesquisas interdisciplinares na área do esporte e do lazer, sob a perspectiva das políticas públicas e garantia de direitos; da mercantilização das práticas corporais e indústria do entretenimento; da formação e atuação multiprofissional. Essas análises são tencionadas pelas ações sociais e a cultura política de um determinado momento histórico; com o valor de trocas simbólicas; com as desigualdades; inclusões atreladas aos fenômenos esportivos e de lazer.

Por ter sua ligação direta com o Departamento de Educação Física da UEPG desde 2002, o núcleo conta com uma vasta produção acadêmica, ainda mais no que tange a participação dos seus membros em eventos Brasil a fora. Até 2020, somavam-se 809 produções advindas dos estudos do grupo (OLIVEIRA JUNIOR *et al*, 2020).

Já a partir de 2021, as produções compreenderam inúmeras temáticas, não como mantiveram o padrão quantitativo, conforme se apresenta a seguir:

Quadro 5 – Produções do Núcleo de Esporte, Lazer e Sociedade

(continua)

PUBLICAÇÕES	ANO
LUZ, T. S. I. ; PEDROSO, B. ; LISE, N. S. ; FREITAS JUNIOR, M. A. . Gestão nos clubes de futebol: um olhar sobre a produção científica mundial em uma base de excelência. PODIUM: SPORT, LEISURE AND TOURISM REVIEW, v. 12, p. 138-164, 2023.	2023
FREITAS JUNIOR, MIGUEL ARCHANJO DE ; PINTO, GUILHERME CAETANO MOREIRA ; Pedroso, Bruno . PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DOIS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE E CURSOS DE OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO COMO PARÂMETRO PARA VIABILIDADE DE ABERTURA DE NOVOS PROGRAMAS DE MESTRADO. Temas em Saúde, v. 23, p. 191-227, 2023.	2023
VIEIRA, A. F. B. ; LISE, N. S. ; PEDROSO, B. ; FREITAS JUNIOR, M. A. . Norbert Elias sobre esporte, lazer, corpo e cultura. REVISTA STRICTO SENSU, v. 7, p. 1-5, 2022.	2022
PINTO, G. M. C. ; SOCHODOLAK, R. C. ; FREITAS JUNIOR, M. A. ; PEDROSO, B. . Análise da produção técnico-científica dos bolsistas de produtividade CNPq em Educação Física no quadriênio 2013-2016. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ONLINE), v. 51, p. 111-130, 2022.	2022
PINTO, G. M. C. ; VARGAS, T. M. ; ZAREMBA, C. M. ; PEDROSO, B. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. ; ANTUNES, A. C. . Construção do hipódromo de Uvaranas no município de Ponta Grossa-PR: uma análise de conjuntura. Recorde - Revista de História do Esporte, v. 15, p. 1-21, 2022.	2022
LINHARES, W. L. ; PEDROSO, B. ; CARMO, G. C. M. ; FREITAS JUNIOR, M. A. . As propriedades psicométricas em instrumentos que tratam sobre o 'torcedor e o clube de futebol do coração': uma revisão sistemática. PENSAR A PRÁTICA (ONLINE), v. 25, p. 73008, 2022.	2022
HABINOSKI, G. ; CARMO, G. C. M. ; FREITAS JUNIOR, M. A. ; PEDROSO, B. . Uma visão além da prática: análise da produção científica sobre o futsal na escola na base de dados Scopus (2016-2020).. CADERNO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE, v. 20, p. e-29405, 2022.	2022
NADAL, F. ; FRANCISCO, A. C. ; PEDROSO, B. . Sistema de gestão de desempenho? construindo instrumento de diagnóstico e análise. FACULDADE SANT'ANA EM REVISTA, v. 6, p. 333-356, 2022.	2022
WYNNEK JUNIOR, S. ; LISE, N. S. ; PEDROSO, B. ; FREITAS JUNIOR, M. A. . Estrutura organizacional do skate: análise das publicações relacionadas à gestão da modalidade na base Scopus. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, v. 15, p. 1-13, 2022.	2022
CARMO, GONÇALO CASSINS MOREIRA DO ; Pedroso, Bruno ; PINTO, GUILHERME CAETANO MOREIRA ; FREITAS JR, MIGUEL ARCHANJO DE . PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEPG: ANÁLISE DA VIABILIDADE DE PROPOSITURA DE UM CURSO DE MESTRADO. Temas em Saúde, v. 22, p. 208-237, 2022.	2022
SOUSA, D. P. ; OLIVEIRA, E. ; PINTO, G. M. C. ; PEDROSO, B. ; CARMO, G. C. M. ; FREITAS JUNIOR, M. A. . Produção científica sobre as academias ao ar livre nos programas de pós-graduação no Brasil. LECTURAS EDUCACIÓN FÍSICA Y DEPORTES, v. 25, p. 35-48, 2021.	2021
SCHAMNE, T. ; BORTOLI, S. ; BORATO, D. C. K. ; PEDROSO, B. ; VELLOSA, J. C. R. . Índicios da doença da folha verde do tabaco e avaliação da qualidade de vida de fumicultores no interior do Paraná/ Indication of green tobacco sickness and evaluation of life quality among tobacco farmers in Paraná country side. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, p. 8042-8055, 2021.	2021
JENSEN, T. C. ; LIGESKI, L. L. ; ALVES, M. A. R. ; PEDROSO, B. ; VARGAS, L. M. ; LISE, N. S. ; PINTO, G. M. C. . Análise dos estudos acerca de scout no futsal: uma revisão integrativa. REVISTA BRASILEIRA DE FUTSAL E FUTEBOL, v. 13, p. 500-517, 2021.	2021
PELINSON, F. ; AZAMBUJA, L. G. ; SOUSA, D. P. ; ANTUNES, A. C. ; PEDROSO, B. ; FREITAS JUNIOR, M. A. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. . Aplicação e particularidades da netnografia: o exemplo da visibilidade do lazer no Facebook em Curitiba - PR. REVISTA STRICTO SENSU, v. 6, p. 36-55, 2021.	2021

Quadro 5 – Produções do Núcleo de Esporte, Lazer e Sociedade

(continua)

FREITAS JUNIOR, M. A. ; PEDROSO, B. ; OLIVEIRA, E. ; PERUCELLI, T. ; SOUSA, D. P. ; PINTO, G. M. C. ; RECHIA, S. A. ; FRANCA, R. ; ANDRADE, S. M. B. ; SANTANA, D. T. ; LINHARES, W. L. . Academias ao ar livre: paralelismos e transferência entre as realidades urbanas de Curitiba e Ponta Grossa/PR. In: SONODA-NUNES, R. J. et al.. (Org.). Políticas públicas para o esporte e o lazer no Paraná: gestão, programas e memórias. 1ed.Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021, v. , p. 45-70.	2021
OLIVEIRA JUNIOR, C. R. ; FREITAS JUNIOR, M. A. ; ANTUNES, A. C. ; PEDROSO, B. ; CARMO, G. C. M. . O Núcleo de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. In: I Colóquio Inter-Núcleos de Pesquisa, 2021, Ponta Grossa. Anais do I Colóquio Inter-Núcleos de Pesquisa, 2021.	2021
PELINSON, FABIANA ; SOUSA, DIEGO PETYK DE ; PAULA, ERICA FERNANDA DE ; AZAMBUJA, L. G. ; OLIVEIRA JUNIOR, CONSTANTINO RIBEIRO DE ; ANTUNES, ALFREDO CESAR ; CASTRO, Ricardo Vieiralves . A Memória do Tempo Presente do Jockey Club Pontagrossense. Revista Memória em Rede, v. 14, p. 336-364, 2022.	2022
SILVA. José Aparício ; ANTUNES, A. C. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. . Os trapalhões e o rei do futebol: uma analogia sócio-histórica. In: 4º Simpósio Internacional de Estudos sobre Futebol, 2022, Rio de Janeiro. 4º Simpósio Internacional de Estudos sobre Futebol. Rio de Janeiro: MUSEU DO FUTEBOL: Centro de Referência do Futebol Brasileiro, 2022. v. 1. p. 1-18.	2022
SILVA. José Aparício ; SOMER, DIANA GALONE ; FERREIRA, Dionathan Ferreira ; IANK. Nathalia Helena Rogoski ; ANTUNES, A. C. ; Oliveira Júnior, Constantino Ribeiro de . A representação fílmica do futebol feminino no Brasil: memória e pensamento social. In: 2021 WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY OF SPORT, 2021, Virtual, Worldwide. Book of Abstracts. Santiago: ISSA/ALESDE/CLACSO, 2021. v. 1. p. 99-99.	2021
SILVEIRA, Felipe Matheus Kociuba da; RIBEIRO, P. S.; ANTUNES, A. C. ; OLIVEIRA JUNIOR, CONSTANTINO RIBEIRO DE . Estado do conhecimento da memória do turfe no Brasil no período 2010-2020. In: 2021 WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY OF SPORT, 2021, Virtual, Worldwide. Book of Abstracts, 2021. v. 1. p. 102-103.	2021
ZAREMBA, C. M. ; CALIXTO, Vanessa Cavalari ; ANTUNES, A. C. ; OLIVEIRA JUNIOR, CONSTANTINO RIBEIRO DE . Relações de poderes na gestão do futebol profissional do Operário Ferroviário Esporte Clube. In: 2021 WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY OF SPORT, 2021, Virtual, Worldwide. Book of Abstracts. Santiago: ISSA/ALESDE/CLACSO, 2021. v. 1. p. 118-118.	
PELINSON, F.; SOUSA, D. P. ; PAULA, É. F. ; AZAMBUJA, L. G. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. ; ANTUNES, A. C. ; CASTRO, R. V. . A Memória do Tempo Presente do Jockey Club Pontagrossense. Revista Memória em Rede, v. 14, p. 336-364, 2022.	2022
MELNYK, A. ; CARMO, Gonçalo Cassins M. do. . Estado do Conhecimento: estudos referentes a modalidade de rugby na perspectiva social. REVISTA STRICTO SENSU, v. 7, p. 06-17, 2022.	2022
ANTUNES, ALFREDO CESAR; CASTRO, RICARDO VIEIRALVES DE . Representação social do componente curricular educação física no site -UOL educação- e interações com a BNCC. RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT, v. 11, p. e18511320172, 2022.	2022
PINTO, G. M. C. ; VARGAS, T. M. ; ZAREMBA, C. M. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. ; ANTUNES, Alfredo César . CONSTRUÇÃO DO HIPÓDROMO DE UVARANAS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-PR: UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA. Recorde - Revista de História do Esporte, v. 5, p. 1-21, 2022.	2022
ANTUNES, Alfredo César; CASTRO, R. V. . Representações Sociais sobre Educação Física em notícias da internet: análise do site UOL/Saúde no ano de 2019. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, p. 126-143, 2021.	2021
CORDEIRO, MARIANA GABURRO ; SOUSA, DIEGO PETYK DE ; PAULA, ERICA FERNANDA DE ; ANTUNES, ALFREDO CESAR . Os desafios enfrentados pelos professores de educação física na rede estadual de ensino de Ponta Grossa - Paraná. CADERNO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE, v. 19, p. 1-6, 2021.	2021

Quadro 5 – Produções do Núcleo de Esporte, Lazer e Sociedade

(continua)

PEREIRA, C. M. E. S. ; ANTUNES, Alfredo Cesar . INICIAÇÃO ESPORTIVA UNIVERSAL: UMA APLICAÇÃO PRÁTICA NO ENSINO DO FUTSAL. In: Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. (Org.). Educação: políticas públicas, ensino e formação 3. 1ed.Ponta Grossa: Atena, 2022, v. , p. 151-158.	2022
GUIMARAES, C. J. ; ANTUNES, Alfredo César ; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. ; C.MOREIRA, G. . JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA EM PONTA GROSSA ? PR: história, memória, esportes e sociedade 2ª edição ? resultados do período 2020/2022. In: 20 CONEX 5 EAEX - ENCONTRO ANUAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2022, Ponta Grossa. ANAIS DO 20 CONEX 5 EAEX - ENCONTRO ANUAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Ponta Grossa: UEPG, 2022. p. 655-661.	2022
LUZ, T. R. C. ; GUIMARAES, C. J. ; ANTUNES, Alfredo César . REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS INFORMATIVOS DOS JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA - JEP?s: cultura, esporte, história, memória e sociedade. In: 20 CONEX 5 EAEX - ENCONTRO ANUAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2022, Ponta Grossa. ANAIS DO 20 CONEX 5 EAEX - ENCONTRO ANUAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Ponta Grossa: UEPG, 2022. p. 851-856.	2022
FREITAS JÚNIOR, MIGUEL ARCHANJO; OLIVEIRA, E. . Capital futebolístico e memória: o futebol amador na trajetória social do jogador “Russo’ em Ponta Grossa/PR. FuLiA/UFMG, v. 7, p. 147-167, 2023.	2023
LUZ, THIAGO SAVIO INGLES DA ; FREITAS JÚNIOR, MIGUEL ARCHANJO DE ; OLIVEIRA, EDILSON DE . Das margens das ferrovias para um modelo de gestão vitorioso: o Operário Ferroviário Esporte Clube. LECTURAS EDUCACIÓN FÍSICA Y DEPORTES, v. 26, p. 31-46, 2021.	2021
OLIVEIRA, EDILSON DE ; FREITAS JÚNIOR, MIGUEL ARCHANJO DE ; LUZ, THIAGO SAVIO INGLES DA LUZ . Nunca foi apenas um jogo. FuLiA / UFMG, v. 5, p. 258-265, 2021	2021
HABINOSKI, G. ; OLIVEIRA, E. ; FREITAS JÚNIOR, MIGUEL ARCHANJO . Análise da visibilidade da seleção brasileira masculina de futsal na folha de São Paulo em 2008, 2012 e 2016. REVISTA BRASILEIRA DE FUTSAL E FUTEBOL JCR , v. 13, p. 47-59, 2021.	2021
NUNES, R. J. S. ; PIRES, A. G. M. G. ; SILVA JUNIOR, A. P. ; GRUPPI, D. R. ; JUNIOR, M.A.F. ; RINALDI, I. P. B. ; TOMASSIM, L. E. C. . Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer no Paraná; Gestão, Programas e Memória. 1. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2021. v. 1000. 205p .	2021
SOUSA, D. P. ; OLIVEIRA, E. ; MOREIRA, G. C. ; HABINOSKI, G. ; JUNIOR, M.A.F. ; NUNES, R. J. S. ; LUZ, T. S. I. . Análise dos agentes públicos do sistema nacional de esporte: estudo sobre os municípios paranaenses. In: ‘Ricardo JosãoSONoda Nunes; Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires; Arestides Pereira SIlva Júnior; Deoclécio Rocco Gruppi; Ieda Parra Barbosa Rinaldi; Luis Eduardo Cunha Thomassim; Miguel Archanjo de Freitas Junior. (Org.). Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer no Paraná; Gestão, Programas e Memória. 1ed.Ponta Grossa: UEPG, 2021, v. 1, p. 19-44.	2021
SANTOS-LISE, NATASHA; MEZZADRI, FERNANDO MARINHO ; CAVALIERI, MARCO ANTONIO RIBAS ; WYNNEK JUNIOR, SÉRGIO . A avaliação das políticas esportivas de alto rendimento: uma revisão de literatura. RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT, v. 11, p. e5111124491-10, 2022.	2022
PEIXOTO IGLESIAS VARGAS, PAULINE ; SANTOS-LISE, NATASHA ; MARINHO MEZZADRI, FERNANDO ; MENDES CAPRARO, ANDRÉ . Resultados dos atletas brasileiros de ginÁsticaartÁstica masculina contemplados pela bolsa atleta pÃ°dio. PODIUM: SPORT, LEISURE AND TOURISM REVIEW JCR , v. 11, p. 121-144, 2022.	2022
LINHARES, WENDELL LUIZ; FREITAS JUNIOR, MIGUEL ARCHANJO DE . IDENTIDADE(S) CLUBÍSTICA(S) E A ESCOLHA DO TIME DO CORAÇÃO: PARA QUAL CLUBE DE FUTEBOL VOCÊ TORCE?. REVISTA BRASILEIRA DE FUTSAL E FUTEBOL JCR , v. 14, p. 336-347, 2022.	2022

Quadro 5 – Produções do Núcleo de Esporte, Lazer e Sociedade

(continua)

PONTES, A. R. R.; DENKEWICZ, E. L. ; LEGNANI, R. F. S. ; ANTUNES, A. C. . Representações Sociais sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer dos Burocratas de Nível de Rua da Secretaria Municipal de Esportes de Ponta Grossa. In: XIII - Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde, 2021, Manaus/AM. RELAÇÕES ENTRE POLÍTICAS E AÇÕES EM ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE, 2021.	2021
PONTES, A. R. R.; SILVEIRA, F. M. K. ; ANTUNES, A. C. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. . Ressignificação do espaço do hipódromo de Ponta Grossa-Pr nos últimos 7 anos: das corridas de cavalos ao natal encantado. In: VIII Congresso Latino-americano de Estudos Socioculturais do Esporte, 2023, MARINGÁ. VIII Congresso Latino-americano de Estudos Socioculturais do Esporte, 2023.	2023
PONTES, A. R. R.; SOUSA, D. P. ; PAULA, E. F. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. ; ANTUNES, A. C. . REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA SOBRE ESPORTE E LAZER DO PROJETO ESCOLA DA BOLA. In: XXXIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO ALAS MÉXICO 2022 A (RE)CONSTRUÇÃO DO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA. CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 2022, MEXICO. XXXIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO ALAS MÉXICO 2022, 2022.	2022
DUTRA, A. M. O. ; PONTES, A. R. R. ; ANTUNES, A. C. . Contabilidade Ambiental como instrumento de controle e monitoramento de práticas sustentáveis: um estudo em uma Instituição de Ensino Superior do Estado do Paraná.. In: XXXIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO ALAS MÉXICO 2022 A (RE)CONSTRUÇÃO DO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA. CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 2022, MEXICO. XXXIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO ALAS MÉXICO 2022, 2022.	2022
PONTES, A. R. R.; SILVEIRA, F. M. K. ; ANTUNES, A. C. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. ; RIBEIRO, P. S. . Estado de conhecimento da memória do corpo docente não acadêmico no Brasil.. In: XXXIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO ALAS MÉXICO 2022 A (RE)CONSTRUÇÃO DO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA. CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 2022, MEXICO. XXXIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO ALAS MÉXICO 2022, 2022.	2022
PONTES, A. R. R.; DEPETRIS, J. M. T. ; DENKEWICZ, E. L. ; LEGNANI, R. F. S. ; LEGNANI, E. ; ANTUNES, A. C. . Comportamento ativo e saudável em escolares: associação entre nível de atividade física e horas de sono. In: VI Seminário de Inovação Tecnológica no Esporte e na Saúde, 2021, ONLINE. VI Seminário de Inovação Tecnológica no Esporte e na Saúde, 2021.	2021
VIEIRA, ANA FLÁVIA BRAUN; FREITAS JUNIOR, MIGUEL ARCHANJO DE . História Regional sob a perspectiva dos processos civilizadores: possibilidades de pesquisa a partir do caso de Monte Alegre - PR. REVISTA MARACANAN, v. 1, p. 195-217, 2021.	2021
VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. . Processos civilizadores e seus recortes temporais de análise na tendência de aceleração social. MOSAICO (RIO DE JANEIRO), v. 1, p. 1-21, 2021.	2021
VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. . A influência do jornalismo na constituição dos fundos sociais de conhecimento: o caso de Monte Alegre - PR. PERSPECTIVAS EM DIÁLOGO: REVISTA DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, v. 8, p. 345-364, 2021.	2021
VIEIRA, A. F. B.. Competências digitais, desigualdades sociais e o dualismo na educação. In: Américo Junior Nunes da Silva. (Org.). educação enquanto fenômeno social: gestão e práticas pedagógicas. 1ed.Ponta Grossa: Atena Editora, 2022, v. 1, p. 1-9.	2022
VIEIRA, A. F. B.. A representação simbólica dos negros nos livros didáticos: uma leitura a partir de Norbert Elias. In: Marcelo Máximo Purificação, Maria Filomena Rodrigues Teixeira, Wesley Anderson de Souza. (Org.). A Sociologia e as formações sociais. 1ed.Ponta Grossa: Atena Editora, 2022, v. 1, p. 11-26.	2022

Quadro 5 – Produções do Núcleo de Esporte e Lazer

(conclusão)

VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. . Fontes jornalísticas sob a perspectiva dos processos civilizadores: sugestões teórico-metodológicas de análise. In: Fernanda Amorim Accorsi; João Paulo Baliscei; SamiloTakara;. (Org.). Como pode uma pedagogia viver fora da escola? Estudos sobre pedagogias culturais. 1ed.: Syntagma Editores, 2021, v. , p. 352-370.	2022
VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. . A teoria dos processos civilizadores em curta duração: análise de micro processos coercitivos em Monte Alegre ? PR (1942-1946). In: Andréa MazurokSchactae; Helaine Christina Oliveira de Souza. (Org.). Cultura, Identidades e Gênero. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2021, v. , p. 15-44.	2021
VIEIRA, A. F. B.. Uma leitura eliasiana da representação simbólica dos negros nos livros didáticos. In: XV Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2021, Curitiba. Anais do XV Congresso Nacional de Educação ? EDUCERE: Inspirações, espaços e tempos da educação, 2021. p. 13171-13181.	2021
CORDEIRO, MARIANA GABURRO ; SOUSA, DIEGO PETYK DE ; PAULA, ERICA FERNANDA DE ; ANTUNES, Alfredo Cesar . Os desafios enfrentados pelos professores de educação física na rede estadual de ensino de Ponta Grossa - Paraná. CADERNO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE, v. 19, p. 95-100, 2021.	2021
Sousa, Diego Petyk; PAULA, E. F. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. ; ANTUNES, Alfredo Cesar . OS FATORES QUE INFLUENCIAM OS AGENTES IMPLEMENTADORES DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO. In: V SEMINÁRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER, 2023, Maringá. Anais do evento: V SEMINÁRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER, 2023.	2023
LIGESKI, L. L. ; Sousa, Diego Petyk ; PINTO, G. M. C. . OS AVANÇOS E DESAFIOS DO REPOSITÓRIO DIGITAL DOS JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA. In: 20º Encontro Conversando Sobre a Extensão - CONEX 5º Encontro Anual de Extensão Universitária - EAEX - Extensão: crise internacional e seu reflexo no espaço local, 2022, Ponta Grossa. Anais do 20º CONEX 5º EAEX, 2022. p. 779-783.	2022
PUPO, I. A. ; SOUSA, DIEGO PETYK DE ; PINTO, G. M. C. ; GUIMARAES, C. J. . REPOSITÓRIO DIGITAL: JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA NOS CAMPOS GERAIS - A MEMÓRIA, A HISTÓRIA E A SOCIEDADE. In: REPOSITÓRIO DIGITAL: JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA NOS CAMPOS GERAIS - A MEMÓRIA, A HISTÓRIA E A SOCIEDADE, 2021, Ponta Grossa. Anais do 19º Encontro Conversando sobre a Extensão (CONEX) e 4º Encontro Anual de Extensão (EAEX) 19ª Edição, 2021.	2021
DE OLIVEIRA, EDILSON; ARCHANJO DE FREITAS JUNIOR, MIGUEL ; SANTOS LISE, NATASHA . Capital Futebolístico e cotidiano. MOSAICO REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE HUMANIDADES, v. 14, p. 58-72, 2023.	2023
MENEGUELA, M. P. ; PEDROSO. B ; CANTORANI, J. R. H. ; PINTO, G. M. C. . Identificação dos modelos de ensino dos esportes coletivos. Exposição de um instrumento. LECTURAS EDUCACIÓN FÍSICA Y DEPORTES, v. 26, p. 1, 2022.	2022
MOLETA VARGAS, THAIANE; VARGAS, LEANDRO MARTINEZ ; SCHEIFER, ELIAS ; KLUTHCOVSKY, ANA CLAUDIA GARABELI CAVALLI ; PEDROSO, BRUNO . Prevalência de lesões traumato-ortopédicas em atletas de basquetebol em cadeira de rodas. JOURNAL OF PHYSICAL EDUCATION (ONLINE), v. 33, p. 1-21, 2022.	2022

Fonte: Adaptado de CNPq, Lattes. Disponível em <https://www.lattes.cnpq.br/>

Notas: Dados trabalhados pelo autor a partir das plataformas Lattes e DGP

Quando questionado sobre qual a identidade formadora do núcleo de pesquisa, o professor Constantino afirmou que por conta da interdisciplinaridade, impossível é imaginar uma identidade única para o que é produzido dentro do grupo, sendo esta, uma característica marcante de toda a condução, uma identidade multifacetada.

O núcleo, em sua linha de ação sobre Representação Social, Memória Social, Indivíduo e Sociedade, possui um site denominado GRIMER (<https://grimer5.webnode.page/>) em que apresenta de maneira distinta todas as ações do núcleo com relação à essa linha interna, tão como disponibiliza parte das produções elaboradas e seus objetos de pesquisa.

4.8 Núcleo de Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza

Dentro do padrão de núcleos que surgem de outros departamentos da UEPG, se encontra também o Núcleo de Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, que, criado pela Prof.^a Dr.^a Edina Schimanski, se insere dentro do Departamento de Serviço Social após 2005.

Encorajada pelo período em que cursou o doutorado em Londres, a professora relata em entrevista que criou o grupo de pesquisa com enfoques apenas nas áreas de meio ambiente, e, que as outras temáticas surgem após as demandas trazidas pelos fenômenos estudados.

A partir dessa nova perspectiva, o grupo se torna Núcleo de Pesquisa ao ser anexado ao PPGCSA-UEPG em 2009, tendo uma amplitude muito grande, fazendo um paralelo com temas que são correlatos às temáticas prevista em seu nome, como desenvolvimento, sustentabilidade, objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS's), entre outros temas que se encaixam na proposta. Hoje o núcleo possui seis coordenadoras Prof.^a Dr.^a Édina Schimanski, Prof.^a Dr.^a Lenir Aparecida Mainardes da Silva, Prof.^a Dr.^a Augusta Pelinski Rahier, Prof.^a Dr.^a Mirna de Lima Medeiros, Prof.^a Dr.^a Sandra Scheffer e a Prof.^a Dr.^a Luana Márcia de Oliveira Billerbeck

A Prof.^a Dr.^a Édina Schimanski, possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1992), e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (1998), tão como doutorado pela UNIVERSITY OF LONDON - INSTITUTE OF EDUCATION (2005). É professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa vinculada ao Departamento de Serviço Social, tendo experiência na área de Serviço Social e Ciências Sociais Aplicadas na área interdisciplinar nos seguintes temas: desenvolvimento, meio ambiente, sustentabilidade, direitos humanos, gênero e migrações internacionais (CNPQ, 2023).

A Prof.^a Dr.^a Lenir Aparecida Mainardes da Silva possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1985), mestrado em Serviço

Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Realizou Pós-doutorado (2013) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência social, serviço social, assistência social, serviço social da saúde e saúde do trabalhador (CNPQ, 2023).

Já a Prof.^a Dr.^a Augusta Pelinski Rahier é Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010), Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2007) e Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003). Suas pesquisas abrangem as áreas: desenvolvimento regional, desenvolvimento agrícola, desenvolvimento econômico, e desenvolvimento social (CNPQ, 2023).

A Prof.^a Dr.^a Mirna de Lima Medeiros é graduada em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Gestão Pública pela Escola Técnica e de Gestão da Universidade de São Paulo, tão como é Mestre e Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FEA-RP/ USP), tendo atuado com pesquisas relacionadas à Gestão e Políticas Públicas de Turismo; Desenvolvimento territorial e Alimentação e suas inter-relações (CNPQ, 2023).

A Prof.^a Dr.^a Sandra Scheffer Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2017), mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), especialista em Serviço Social pela Universidade de Estadual de Ponta Grossa e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1990). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, habitação, meio ambiente, pobreza e espaço local (CNPQ, 2023).

Por fim, a Prof.^a Dr.^a Luana Márcia de Oliveira Billerbeck, possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), mestrado em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2005) e doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Tem experiência na

área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, e atuando nos temas de acesso à justiça, gênero e violência.

No site do PPGCSA-UEPG (2023), o núcleo é apresentado da seguinte maneira:

O escopo de pesquisa do presente grupo pauta-se na reflexão sobre a relação entre gênero e meio ambiente e tem como referência central as questões ambientais e seus determinantes sócio-históricos na produção e reprodução das condições de pobreza existentes na sociedade. Dentro dessa seara, destacam-se alguns elementos de estudo, tais como desenvolvimento e sustentabilidade, mundo urbano e mundo rural, processos de urbanização e violência, lutas sociais e políticas públicas, educação ambiental, pobreza e exclusão, cidadania ecológica, justiça social, equidade e segurança alimentar.

Tendo várias linhas de segmentos e área de concentração distintas, de acordo com a Prof.^a Edina Schimanski, mais recentemente, nos últimos 10 anos, o enfoque principal vem sendo as pesquisas com relação às condições de pobreza e insegurança alimentar, que foi uma demanda que surgiu dentro do contexto do próprio núcleo, na medida que passou-se a observar “um processo de insegurança alimentar muito grande na sociedade em que nós vivemos, isso atrelado à questão da fome, tendo realizado uma pesquisa bem grande com relação aos catadores de PG.”

Depois, durante a pandemia, o enfoque do núcleo foi a população vulnerável, em que foi realizada uma pesquisa também em relação a questão da insegurança alimentar, e que trouxe dados considerados graves pela professora, mostrando que da população pesquisada, 90% estava em insegurança alimentar grave.

Dentro desta linha metodológica, o núcleo atua em torno de um tido “tema central”, que guia a produção recorrente de todo o resto do grupo.

À exemplo disso, de 2018 à 2023, o núcleo realizou três relatórios sobre alguns temas centrais, que seriam “FOME E PANDEMIA: UM ESTUDO EM PONTA GROSSA” em 2022, “AÇÕES DE COMBATE À FOME EM PONTA GROSSA (PR) NO CONTEXTO DA COVID-19” em 2021, e (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES DE PONTA GROSSA, em 2018.

Destes relatórios, se desencadeou uma série de artigos e publicações referentes aos fenômenos observados, resultando nas seguintes produções contidas na tabela 6:

Quadro 6 – Produções do Núcleo de Meio Ambiente, Gênero e Pobreza

(continua)

TÍTULOS	ANO
COVALCHUK, GABRIELA C. ; PEREIRA LEITE, RODRIGO ; RAIHER, AUGUSTA PELINSKI ; MEDEIROS, MIRNA DE LIMA . SEGURANÇA ALIMENTAR E OS PROGRAMAS SOCIAIS: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR / Food Security and Social Programs: A Case Study in the Municipality of Ponta Grossa -PR in Brazil. INFORME GEPEC (ONLINE), v. 27, p. 180-198, 2023.	2023
GONCALVES, C. ; SCHIMANSKI, E. ; SILVA, S. C. E. ; Bourguignon, J.A. . A prática profissional das(os) assistentes sociais frente às demandas da proteção social básica no contexto da pandemia da Covid-19 nos municípios da Região dos Campos Gerais: uma síntese de pesquisa. EMANCIPAÇÃO (ONLINE) (PONTA GROSSA), v. 21, p. 1-26, 2022.	2022
CALDAS FARIA, ELIZANIA ; SENS FADEL GOBBO, ISABELA ; MOREIRA, ANA PAULA ; PELINSKI RAIHER, AUGUSTA . Previdência Social e condição de pobreza no Brasil. CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS EM REVISTA (ONLINE), v. 21, p. 122-141, 2022.	2022
RAIHER, A.P.. CATADORES DE MATERIAIS RECICLADOS E (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR: UM OLHAR PARA ALÉM DA TEORIA. 1. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2021. v. 1. 161p	2021
RAIHER, A.P.. (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE PONTA GROSSA ?PR ? E SEUS DETERMINANTES. In: Augusta Pelinski Raiher. (Org.). CATADORES DE MATERIAIS RECICLADOS E (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR: UM OLHAR PARA ALÉM DA TEORIA. 1ed.PONTA GROSSA: UEPG, 2021, v. 1, p. 82-101.	2021
RAIHER, A.P.; MAINARDES, L. . CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR: REFLEXÕES FINAIS. In: Augusta Pelinski Raiher. (Org.). CATADORES DE MATERIAIS RECICLADOS E (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR: UM OLHAR PARA ALÉM DA TEORIA. 1ed.ponta Grossa: UEPG, 2021, v. 1, p. 152-158.	2021
MEDEIROS, MIRNA DE LIMA ; PELINSKI, A. ; Bortolozzo, E ; SCHIMANSKI, E. . Combate A Fome Durante A Pandemia De Covid-19: Um Estudo Das Ações E Instituições Em Ponta-Grossa (PR).. In: 8º Encontro Científico de Ciências Administrativas, 2021, Presidente Prudente. 8º Encontro Científico de Ciências Administrativas, 2021. v. 4. p. 17-124.	2021
SILVA, J. V. ; RAIHER, AUGUSTA PELINSKI . CONDIÇÃO DE POBREZA E A VULNERABILIDADE DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO. In: XXX EAIC, 2021. XXX EAIC, 2021.	2021
Moreira, S. S. ; SOUZA, V. ; SCHIMANSKI, E. . FOME E VULNERABILIDADE SOCIAL: (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: O CASO DE PONTA GROSSA ? PR. In: Augusta Pelinski Raiher. (Org.). Catadores(as) de materiais recicláveis, (in)segurança alimentar e cidadania: uma discussão para além da teoria/. 1ed.Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021, v. 1, p. 1-161.	2021
SCHIMANSKI, E.. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO E TRABALHO. In: I Colóquio Núcleos de pesquisa, 2021, Ponta Grossa. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO E TRABALHO, 2021. v. 1. p. 200-212.	2021
SANTOS, Franciely Ribeiro dos; MEDEIROS, Mirna de Lima ; SCHIMANSKI, E. . (In)Segurança alimentar - O comer bem como um paradoxo no metabolismo na sociedade capitalista (o caso de catadores de materiais recicláveis). In: Augusta Pelinski Raiher. (Org.). Catadores(as) de materiais recicláveis, (in)segurança alimentar e cidadania: uma discussão para além da teoria. 1ed.Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021, v. 1, p. 125-151.	2021
SILVA, L. A. M.; HAIER, A. P. . Catadores de Materiais recicláveis e (In)segurança alimentar: reflexões finais. In: Augusta Pelinski Raiher. (Org.). Catadores(as) de materiais recicláveis, (in)segurança alimentar e cidadania: uma discussão para além da teoria/. 1ed.Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2021, v. 1, p. 152-159.	2021

Quadro 6 – Produções do Núcleo de Meio Ambiente, Gênero e Pobreza

(continua)

SILVA, L. A. M.; ITAOUI, B. F. ; OLIVEIRA, S. W. ; SILVEIRA, T. P. . A insegurança alimentar e a pobreza como produtos do desemprego no município de Ponta Grossa durante a pandemia Covid-19. In: !º Simpósio interamericano 'Perspectiva Sobre alimentação', 2022, Ponta Grossa. ANAIS !º Simpósio interamericano "Perspectiva Sobre alimentação" Ponta grossa-Paraná,30 3 31 de agosto de 2022, 2022. v. 1. p. 01-84.	2022
M. L., MEDEIROS; RAIHER, A. P. (Org.) ; SCHIMANSKI, E. (Org.) ; SILVA, L. A. M. (Org.) ; LARA, L. M. M. (Org.) ; BILLERBECK, L. M. O. (Org.) ; SCHEFFER, S. (Org.) . Anais do I Simpósio Interamericano Perspectivas sobre Alimentação. 1. ed. Ponta Grossa: UEPG; PPGCSA, 2022.	2022
MEDEIROS, M. L.; RAIHER, A. P. ; BORTOLOZO, E. Q. ; SCHIMANSKI, E. . Combate A Fome Durante A Pandemia De Covid-19: Um Estudo Das Ações E Instituições Em Ponta-Grossa (PR). In: 8º Encontro Científico de Ciências Administrativas, 2021, Presidente Prudente/SP. Anais do 8º Encontro Científico de Ciências Administrativas da Business School Unoeste. Presidente Prudente: Unoeste ? Universidade do Oeste Paulista, 2021. v. 4. p. 107-129.	2021
MOURA, REIDY. R. DE; SOPKO, CAMILA . Divisão sexual do trabalho nas associações de catadores na cidade de Ponta Grossa /PR. In: Jussara A. B; Sandra Scheffer; Christiane C. Queiroz. (Org.). Cadernos de pesquisa social 4: cidadania, políticas públicas e temas contemporâneos/. 1ed.Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2021, v. 1, p. 113-123.	2021
MOURA, REIDY. R. DE; SOPKO, CAMILA . CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: APONTAMENTOS DO CONTEXTO GERAL DO BRASIL E DE PONTA GROSSA ? PR. In: Augusta Pelinski Raiher. (Org.). CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA. 1ed.Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2021, v. 1, p. 13-38.	2021
MOURA, REIDY. R. DE; Szul, K D . CIDADANIA AMBIENTAL E CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA ? PR. In: Augusta Pelinski Raiher. (Org.). Catadores(as) de materiais recicláveis, (in)segurança alimentar e cidadania: uma discussão para além da teoria/. 1ed.Ponta Grossa: Ed UEPG, 2021, v. 1, p. 39-58.	2021
MOURA, REIDY. R. DE; Szul, K D . A Região dos Campos Gerais do Paraná e as ações do poder público municipal direcionadas aos catadores de materiais recicláveis. In: Jussara A. B; Sandra Scheffer; Christiane C. Queiroz. (Org.). Cadernos de pesquisa social 4: cidadania, políticas públicas e temas contemporâneos/. 1ed.Ponta Grossa: UEPG, 2021, v. 1, p. 124-135.	2021
PACHECO, J. T. R. ; CUNHA, L. A. G. ; SCHEFFER, SANDRA MARIA . GÊNERO E PLANEJAMENTO URBANO: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PONTA GROSSA, PARANÁ. In: Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco; Mauricio Zadra Pacheco. (Org.). Geografia: a superfície do planeta Terra em análise 3. 1ed.Ponta Grossa: Atena, 2023, v. 3, p. 17-25.	2023
SCHEFFER, S. M.; SANTOS, C. S. . TRABALHO, MOBILIDADE URBANA E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR: O CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM DE PONTA GROSSA ? PR. In: Augusta Pelinski Raiher. (Org.). Catadores(as) de materiais recicláveis, (in)segurança alimentar e cidadania: uma discussão para além da teoria. 1ªed.Ponta Grossa: UEPG, 2021, v. , p. 102-124.	2021

Fonte: Adaptado de CNPq, Lattes. Disponível em <https://www.lattes.cnpq.br/>

Notas: Dados trabalhados pelo autor a partir das plataformas Lattes e DGP

Em um cenário interdisciplinar, a professora relata que, só pela configuração do núcleo, com professores de diferentes áreas de atuação, criam-se nuances nas pesquisas realizadas, promovendo análises diversas sobre os objetos estudados, e uma abordagem completamente interdisciplinar, pois sendo sempre voltados para

área sociais e humanas, os trabalhos realizados com pesquisa qualitativa e quantitativa, sempre enfocam nas questões humanas sociais, de direitos humanos e saúde, o que se gera várias perspectivas sobre os fenômenos.

Questionada sobre qual seria a identidade do núcleo, a professora relata que

Ele já nasceu com uma identidade que tem como pano de fundo a questão das vulnerabilidades sociais, e das, digamos assim, realização e coleta de dados para efetivação de políticas públicas para as camadas menos favorecidas da sociedade. Então o viés identitário do núcleo está voltado para as populações menos favorecidas na construção de conhecimento, para que haja um maior acesso dessas pessoas às políticas sociais.

O núcleo possui registro perante o CNPq, tendo como endereço do diretório o link <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8412237169598353>.

4.9 Núcleo de Pesquisa em Saúde Pública, Doença e Assistência em Saúde no Brasil

Fechando o corpo de núcleos, e também sendo um dos primeiros núcleos criados dentro do PPGCSA da UEPG, o Núcleo de Pesquisa em Saúde Pública, Doença e Assistência em Saúde no Brasil, figura com uma proposta diversificada, tendo como seus coordenadores o Prof.º Dr. José Augusto Leandro e o já referenciado, Prof.º Dr. Bruno Pedroso.

O Prof.º Dr. José Augusto Leandro, possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (1989), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1995) e doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Também atuou como editor da RHR - Revista de História Regional entre 2008 e 2010, sendo assim, pesquisou temáticas relacionadas à cultura popular e estratégias de sobrevivência dos pobres no século XIX. Atualmente desenvolve pesquisas na área da história das doenças, da história da saúde pública e das políticas de saúde, com ênfase na temática do desastre da talidomida na década de 1960 e na história da hanseníase entre o final do século XIX até meados do século XX.

Relata o professor, em entrevista a esta pesquisa, que a ideia de criar o núcleo surge após voltar de Austin, no Texas, como uma proposta do pós doutorado que realizou nos Estados Unidos. Tal proposta toma força dentro do PPGCSA, ainda mais que se inicia numa perspectiva de modernização dos núcleos em âmbito geral, e que também se tornou uma meta do programa em 2010, na época, coordenado pela Prof.ª

Solange de Moraes Barros. Então se decidiu formalizar a criação do núcleo, partindo de uma abordagem histórica da saúde e da doença no Brasil.

De acordo com o site do PPGCSA, o núcleo é descrito como

[...] núcleo de ensino e pesquisa se insere na perspectiva de estudos interdisciplinares voltados ao campo temático da saúde pública, das doenças e da assistência em saúde no Brasil. Contempla professores e alunos interessados na pesquisa sobre instituições públicas e/ou privadas que se relacionam com o fenômeno do adoecer e com as questões de cidadania decorrentes desse fenômeno. Os discursos, as representações e os imaginários relativos à saúde-doença são analisados em perspectiva histórica e em diálogo com metodologias de pesquisa da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia, entre outras.

Para o Prof.º José Augusto, o núcleo “trata de uma abordagem atemporal, que não é sobre o tempo presente, mas sim, sobre o passado das doenças, como a hanseníase, que foi o início dos estudos do núcleo, entre os anos 1920 e 1940, ou o escândalo da talidomida, etc.”

Diferente dos demais núcleos, o professor afirma que a interdisciplinaridade, quanto estrutura do núcleo, está apenas na constituição dos membros, posto que o núcleo é voltado para uma linha disciplinar que é história, entretanto, com relação ao resultado das abordagens, a história, enquanto ciência, promove alcance interdisciplinar por natureza, por exemplo, ao se pesquisar toda a parte de saúde, deve-se aglutinar estudos sobre medicina, enfermagem e afins.

Tal fato, é exposto no que o coordenador considera como a identidade do núcleo dentro do programa, no sentido de que foi a grande marca do núcleo de saúde desde a sua criação, que os estudos sempre foram pautados na “busca de temáticas renegadas e esquecidas do ponto de vista científico, fazendo um brainstorming do que poderia ser feito de ‘novo’, e por isso, insurge a questão interdisciplinar, que começam a ser objetos de uma metodologia historiadora”.

Sendo assim, o núcleo possui uma considerada baixa produtividade, com relação aos demais núcleos, a exemplo disso, tem-se apenas uma produção entre 2021 a 2023 (lapso temporal utilizado nesta pesquisa) que seria o artigo “A AIDS personificada no jornal Correio de Notícias (PR), 1987 a 1992”. No entanto, com relação ao já produzido, os estudos realizados apresentam uma apropriação científica de grande alcance, vislumbrando o que adjetiva o seu coordenador, como “potência”.

A exemplo disso, o professor indica o artigo “História da talidomida no Brasil a partir da mídia impressa (1959-1962)” publicado pela Revista Saúde e Sociedade. O trabalho traz uma noção histórica sobre o fenômeno, relatando o escândalo e as

tratativas midiáticas sobre o ocorrido. Por si só, o trabalho já aponta o descrito pelo professor como “disciplinaridade” do núcleo.

Porém, ao se realizar um levantamento sobre o alcance da pesquisa e sua apropriação, eis que se evidencia a interdisciplinaridade como resultado da pesquisa. Desde 2015 a 2023, de acordo com os dados fornecidos pelo Google Scholar, acessados pelo perfil do professor José Augusto Leandro (<https://scholar.google.com.br/citations?user=y2udqkUAAAAJ&hl=pt-BR>), o artigo já foi citado vinte e sete vezes.

Porém, a apropriação científica que recai sobre esse artigo, advém de outras áreas de pesquisa, destoante da carga disciplinar de história, que é a base do artigo. À exemplo disso, o artigo é referenciado na Revista Bioética em 2016, Saúde Manguinhos em 2020, Revista Educação em Saúde em 2017, entre outros.

O núcleo não possui nenhum tipo de diretório, ou site, que contenham as produções realizadas, tão como qualquer meio de divulgação das atividades realizadas.

5 A IDENTIDADE DO PPGCSA-UEPG: UMA ANÁLISE DOS DADOS

A estrutura do PPGCSA da UEPG, sendo apenas uma ínfima parte de todo o corpo acadêmico da universidade, possui as suas próprias coordenadas históricas e gerenciais, que promoveram a manutenção e o pleno andamento do programa desde a sua criação em 2002.

Mas, dentro de um panorama identitário, e partir dos dados levantados, pode-se inferir uma identidade ao programa?

Embora, como demonstrado, o PPGCSA, por uma visão dos coordenadores de seus núcleos, sempre aponta, de maneira categórica, a qual identidade o núcleo está submetido, entretanto, todas as concepções trazidas, se diferem, restando um padrão de percepção sobre a identidade organizacional de cada um dos núcleos, e, por consequência, do próprio PPGCSA.

Como já apresentado, a abordagem aqui visada para esta pesquisa, é a de que a cultura organizacional impõe seus padrões sobre identidade organizacional (IO), e esta, por si, estrutura a cultura organizacional, assim como preveem Albert e Whetten (1985).

Sendo assim a IO deve apresentar: a) centralidade; b) distintividade; c) continuidade.

Relembrando, os autores afirmam que essas propriedades constituem um conjunto contundente de critérios para se definir a IO como um conceito científico, sendo que, para eles, a identidade é um ato político-estratégico, sendo assim, não existindo uma única e definitiva declaração de identidade, mas, sim, inúmeras declarações igualmente válidas, entretanto elaboradas por diferentes propósitos para atender diferentes audiências.

Nesta linha que surge a necessidade de se utilizar de uma metodologia específica para realizar tal análise. Se tratando de um panorama político-estratégico, eis que, por escolha desta pesquisa, se utilizará a Análise de Conjuntura.

A Análise de Conjuntura é um método-instrumento da Ciência Política, para fins de interpretação dos eventos, os quais surgem da ação dos atores em específicos contextos, estes dinâmicos, em virtude dos eventos que surgem, findam ou se reproduzem (OLIVEIRA, 2014).

Para Bouldon (p.28, 1995)

O primeiro princípio fundamental da sociologia da ação consiste em levar a sério o fato de que todo fenômeno social, qualquer que seja, é sempre o

resultado de ações, de atitudes, de convicções, e em geral de comportamentos individuais. O segundo princípio, que completa o primeiro, afirma que o sociólogo que pretende explicar um fenômeno social deve procurar o sentido dos comportamentos individuais que estão em sua origem.

É nesta seara de interpretação de eventos em cadeia que surge a Análise de Conjuntura como elemento investigativo para as ciências sociais.

Como já apresentado, de acordo com Hebert José de Souza (1984), a Análise de Conjuntura deve permear alguns elementos existentes que seriam:

- f) Acontecimento: Deve-se distinguir um determinado acontecimento marcante, que promovam uma estipulação de rota de sentido, revelando também, como menciona o autor, uma “percepção que uma sociedade ou grupo social, ou classe tem da realidade e de si mesmos”;
- g) Cenários: é onde ocorrem as ações da trama social e política se desenvolvendo em determinados espaços que podem ser considerados como o palco dos acontecimentos;
- h) Atores: segundo Souza (1984) o ator é “alguém que representa, que encarna um papel, dentro de um enredo, de uma trama de relações”, ou seja, dentro da análise, são os sujeitos que concorrem com influência sobre o acontecimento;
- i) Relações de força: seriam as influências pertencentes ao atores dentro do panorama estudado, podendo ser de confronto, de coexistência, de cooperação, contudo, sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação;
- j) Relação entre estrutura x conjuntura: a Estrutura é tida como o conjunto de elementos estáveis que presidem a organização da sociedade, da economia e da política, que lhe dão uma forma, uma ordem e uma estabilidade. Já o acontecimento, sendo desenvolvida pelos atores sociais, gerando uma situação, define-se como conjuntura. A partir da relação dos mesmos com a história, com o passado, com relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas ao longo de um processo mais longo, deve-se estabelecer uma relação, sendo esta, a finalidade da análise.

Pois bem, apresentando todos os pontos necessários para o desenvolvimento de uma análise de conjuntura, resta a este trabalho estabelecer quais as entidades e os elementos pertencentes a análise.

Primeiramente, deve se estabelecer qual o acontecimento que ensejaria a propositura da análise de conjuntura. Em realidade, o acontecimento trata-se de uma

perspectiva sobre um elemento existente dentro da cultura universitária, que seria a identidade organizacional da mesma, dentro de um cenário institucionalizado.

Embora não seja um acontecimento “gatilho”, ou seja, que venha a ensejar uma perspectiva consequencial, a escolha deste acontecimento se resume em uma análise de mensuração da existência do mesmo, frente a um **cenário**, sendo este, a existência da LGU, uma lei tida como modernizadora no âmbito gerencial das universidades públicas para o governo do Estado do Paraná, tão como tendo uma percepção pessimista por parte de alguns dos setores da sociedade, como, por exemplo.

Partindo deste ponto, deve-se estabelecer os atores pertencentes ao processo, sendo, neste estudo, o **PPGCSA**, sendo este o ator principal, posto que se estabelece um levantamento identitário organizacional do mesmo. Por seguinte, tem-se a **UEPG**, lar do programa estudado, e ente viabilizador do mesmo. Também, como influente direto na gerência das instituições estudadas, situa-se o governo do **Estado do Paraná**, posto ser o idealizador da LGU, instrumento motor do possível cenário aqui analisado, que seria a mensuração da identidade organizacional, frente a referida lei, e a possível influência da mesma dentro do panorama institucional da universidade, e, por consequência, do PPGCSA.

Dentro do alinhamento de relações de forças, pode-se mensurar pela percepção dos coordenadores sobre a LGU com relação à autonomia dos núcleos de pesquisa, tão como as diretrizes propostas pelo governo do Estado do Paraná, sempre buscando a modernização do ensino superior público, tão como um melhor gerenciamento das universidades estaduais.

Portanto, resta estabelecida uma cadeia plena de fatores que constituem uma conjuntura passível de análise, e, por razão metodológica, de ser contraposta com a estrutura a qual pertence.

Para isso, exerce-se a partir desse ponto uma análise sobre as características inerentes aos desenvolvimentos da IO no PPGCSA e seus núcleos de pesquisa.

- Núcleo de Pesquisa em Inovação, Cidadania e Políticas Públicas:

A linha atuante do núcleo é bem clara, restando a interdisciplinaridade como chave principal de todo o processo de produção acadêmica que o grupo visa, condizendo assim, com as perspectivas de sua coordenadoria.

Entretanto, o grupo resguarda um caráter de inovação em prol da sociedade, ou, como o professor coordenador relata, o núcleo “trabalha com uma base teórica da autonomia do pesquisador, heterodoxia na base teórica, flexibilidade com pressupostos, não dogmatismo em relação à marcos teóricos, e principalmente uma abertura para incorporar o novo na cidadania políticas pública.”

E isto fica claro nos produtos sociais que o núcleo vem desenvolvendo, como apresentado, o sistema de comunicação integrado dentro do PPGCSA-UEPG, tão como a proposta de aplicação do software *LaTex*na formatação e escrita de textos acadêmicos em anais de eventos.

Tal perspectiva trazida pelo núcleo advém especialmente da formação acadêmica de seus coordenadores, que tem a inovação e tecnologia dentro das suas pautas de pesquisa.

Entretanto, por ainda não haver um vasto portfólio de produções acadêmicas, o núcleo encontra um déficit de apresentação da sua IO, visto que, embora condizentes com o que é discutido e pesquisado, os produtos desenvolvidos não possuem publicidade para qualquer sujeito externo ou interno do PPGCSA, e, às produções acadêmicas existentes, não há qualquer vitrine sobre as mesmas.

Contudo, em uma linha de análise de IO, o núcleo condiz com a perspectiva trazida por Albert e Whetten, sendo que, num panorama geral, traz metas de centralidade, onde coordena temáticas voltadas para um único fim, tão como apresenta uma distintividade, que é esse formato de atrair ao programa pesquisadores com insights voltados para inovação e tecnologia, tão como a diferente forma de produção que visa a criação de produtos sociais que foquem no desenvolvimento em prol das políticas públicas.

- Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (NUPEDH)

Desde sua criação, de acordo com o relatado por seu coordenador, o NUPEDH sempre teve sua linha identitária clara e delimitada, apenas recebendo uma maior abrangência conforme os anos passaram.

Assim como se irá observar em outros núcleos, as propostas temáticas que já possuíam um histórico antes do PPGCSA, como no caso do NUPEDH, têm explícita e cristalina a feição identitária. O tema da justiça restaurativa, depois convolado em

Direitos Humanos, demonstra uma trajetória contundente na história do núcleo, perfazendo a noção de continuidade.

Dentre os núcleos analisados, este apresenta uma condição especial que é a utilização de bibliografias base para o desenvolvimento das pesquisas, sendo tais as “Epistemologias do Sul”, linha de pensamento trazida por Boaventura Souza Santos e a Teoria Crítica de Joaquín Herrera Flores.

Tal identidade de pesquisa fica evidente nas produções elencadas nesta pesquisa, em que além de condizerem com a base acerca dos direitos humanos, sempre traz menção, inclusive em todos os títulos das publicações, sobre as teorias tratadas da Epistemologia do Sul, tão como seus temas afins, como desigualdade e o período pós-colonial.

Tal fato corrobora com o elemento de distintividade presente no núcleo, onde a especificação da temática estudada, permite com que o sujeito interno ou externo ao núcleo, possua uma noção de segmento ao qual a sua pesquisa irá se submeter. Entretanto, tal fato não possui publicidade alguma, a não ser pela descrição contida dentro do site institucional do PPGCSA.

Dentro do lapso temporal analisado, o núcleo não possui inúmeras produções, entretanto, embora poucas, todas condizem com a identidade do núcleo, porém, não possuem publicidade, algo que prejudica o seu reconhecimento.

No entanto, como mencionado pelo Prof.º Nei Alberto Salles Filho, o a identidade “dinamizadora” dentro do NUPEDH, é visível no que tange ao fato de que as produções elencadas partem de temáticas, embora correlatas, sempre diversas umas com as outras, seguindo o padrão, apresentado pelo professor de que o núcleo atua na dinamização de temas pesquisados pelos seus membros, contudo, observados sob uma ótica da dignidade humana.

- Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo (LABTESP)

Ainda dentro de uma perspectiva voltada à um alinhamento teórico, com a identidade organizacional dos núcleos, se encontra o LABTESP.

Por esta análise, é o primeiro grupo que possui um enfoque primordial na produção, sendo necessária para a permanência do membro no grupo, o seu feito. Isso é aparente na quantidade enorme de material produzido pelos membros do núcleo, tão como o alinhamento teórico prestado.

A identidade do núcleo se resume por dois eixos de seu nome “laboratório” e “pós-estruturalismo”. O primeiro, refere-se a essa meta imposta pela coordenação de promover a produção científica, em escala significativa, tendo como base a quantia de membros. O caráter das discussões trazidas nas produções sempre se alinha com as temáticas base relacionadas ao pós-estruturalismo, e isso fica claro em basicamente todos os materiais elencados, correspondendo à centralidade proposta pela estrutura do núcleo.

Além disso, o núcleo traz propostas experimentais para os temas pesquisados, o que coaduna com o caráter laboratorial do mesmo.

Já no tocante ao segundo termo, é cristalino o quão influente são os teóricos do tema, dentro das produções realizadas pelo LABTESP. Isso mostra uma característica distintiva única do núcleo, sendo elemento crucial, visto que, o pesquisador que tenha interesse em integrar o núcleo, deve saber que a sua pesquisa irá seguir este alinhamento pré-ordenado.

Outro ponto que se difere dos dois núcleos analisados anteriormente, é o fato de que o LABTESP possui mídias sociais que divulgam os materiais pesquisados, tão como apresentam-se a sociedade externa, como um centro de informação de conhecimento. À exemplo disso, têm-se o canal na plataforma Youtube, denominado “Van Filosofia” em que os membros do laboratório trazem discussões sobre as temáticas desenvolvidas nas pesquisas do grupo.

Além disso, em outra forma de se apresentar ao público externo, o LABTESP possui um diretório dentro da plataforma do CNPq, onde elenca todos os seus membros, tão como as diretrizes de pesquisa. Tal fato serve como um espelho acessível, para além do disposto sobre o laboratório dentro do site institucional do PPGCSA.

Também tendo a interdisciplinaridade como pressuposto essencial de suas produções, o LABTESP também se vale do perfil dinamizador inerente a NUPEDH, pois, atua no alinhamento de partes da pesquisa pessoal de cada membro, possibilitando o desdobramento de pequenas “arestas” das pesquisas, em objetos de análise sob o prisma do pós-estruturalismo, corroborando assim, com a adjetivação poética trazida pelo seu coordenador, de que o laboratório seria “onde os sonhos morrem, e recebem um destino”.

- *Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais (NUEPPPS)*

No mesmo patamar de teoria pré-estabelecida e identidade completamente delimitada, está o NUEPPPS, onde deixa explícita em todo material expositivo, o seu alinhamento teórico com as teorias Gramscianas, sob um prisma de análise acerca das políticas públicas e práticas sociais, entretanto, a funcionalidade do núcleo opera distintivamente dos demais.

Primeiramente, pela sua trajetória desde o ano de 2008, onde se iniciaram abordagens focadas em grandes pesquisas de campo, o que resultou num perfil, além de interdisciplinar, extremamente público e acessível para a sociedade.

Contudo, em 2017, o núcleo sofre uma alteração sobre o enfoque temático, que se volta ainda mais às questões gramscianas, entretanto, mantendo as raízes nas grandes pesquisas de campo, como, por exemplo, a pesquisa sobre as práticas sociais desenvolvidas pelos órgãos de atendimento governamentais e entidades não governamentais da rede de serviços socioassistenciais de Ponta Grossa, realizado entre os anos de 2021 e 2022.

A partir destas pesquisas, surge a produção subsidiária decorrente, o que resulta nas mais diversificadas e inúmeras produções de caráter interdisciplinar e de cunho analítico sobre as políticas públicas.

Este formato, permite com que o núcleo, além do aval de autonomia fornecido pelo programa, consiga manter seus objetos de pesquisa sempre em desenvolvimento, visto que sempre haverá campos a serem analisados, o que lhe confere uma centralidade específica e única, que se baseia no senso de continuidade há anos.

Além de ter sua forma identitária organizacional delimitada, o núcleo a expõe de diversas maneiras, para além do presente no site institucional do PPGCSA.

O núcleo, a exemplo do LABTESP, possui um diretório na plataforma do CNPq, onde reúne o nome de todos os pesquisadores pertencentes, tão como apresenta o espelho teórico desenvolvido pelos seus membros.

E, de maneira distinta de quase todos os demais núcleos do PPGCSA, o NUEPPPS possui um site institucional próprio, que contém a maioria das informações inerentes ao núcleo, como diretrizes, rol de membros, produções científicas elaboradas, etc.

Além disso, o site disponibiliza algumas funções exercidas pelo núcleo dentro das prefeituras em que se insere para o levantamento de dados e realizações das

pesquisas, como, por exemplo a Assessoria à Comissão Municipal de Socio-educação do município de Ponta Grossa e a Assessoria ao Núcleo de Educação Permanente - NEP - SUAS – PG, ambas iniciadas em 2021.

Tal feito confere uma identidade que vai para além do campo teórico de abordagem acadêmica, mas também passa por um perfil de atuação direta nas gestões públicas, concedendo uma centralidade específica e bem delimitada.

- Núcleo de Pesquisa Esporte Lazer e Sociedade

A linha trazida por este núcleo parte de uma conjuntura diferente dos demais que já foram analisados, posto que, em sua origem, o núcleo parte de uma ramificação de um grupo de pesquisa sediado no Departamento de Educação Física da UEPG, o que, por si só, determinaria qual a identidade organizacional do mesmo.

No entanto, o núcleo, após promover sua entrada ao PPGCSA, consegue ir além da disciplinaridade presumidamente atribuída, e alcança um nível identitário distinto de todos os demais nichos de pesquisa.

Primeiramente, pode-se se observar como os coordenadores determinam sua identidade: multifacetada. Isso se dá, pois, o núcleo, embora possuindo sua matriz fundada na Educação Física, permeia conceitos inerentes tão abrangentes dentro das Ciências Sociais, que, para melhor coordenar a linha produtiva, foi necessário dividir o núcleo em duas linhas de ação distintas, sendo a primeira Cientometria e a segunda Representação Social, Memória Social, Indivíduo e Sociedade.

A linha de Cientometria promove dentro do núcleo estudos sobre sociologia do esporte, sociologia do lazer, violência, qualidade de vida, Políticas públicas e gestão esportiva.

Já a linha de Representação Social, Memória Social, Indivíduo e Sociedade, realiza uma linha de produção de artigos voltados à objetos específicos, que, assim como ocorre no NUEPPPS, se transformam em inúmeras produções científicas, embora neste núcleo, não exista a produção de uma pesquisa de campo específica, mas sim, de estudos sobre um objeto específico. Tal premissa se comprova, por exemplo, nos estudos realizados sobre o hipódromo de Ponta Grossa, que, por si só, resultaram em inúmeros artigos sobre o tema, sempre trazendo noções interdisciplinares de análise.

Além disso, como já apresentado, toda a carga de produção parte do padrão de pesquisas dentro da perspectiva da psicologia social, se ramificando em suas

demais vertentes que seriam as Representações Sociais trazidas por Serge Moscovici e Norbert Elias, Indivíduo e Sociedade tratados por Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs e Celso Pereira e Sá, e a Memória Social.

O núcleo além de se autodeterminar em sua IO, também realiza, dentro de um site institucional próprio, a apresentação de toda a estrutura do núcleo, ao menos, no tocante à linha interna de “Representação Social, Memória Social, Indivíduo e Sociedade”. No website, além de explicitar toda a estrutura da linha, apresenta parte das produções, linhas de ação, objetos estudados, lista de membros, etc.

Além deste meio principal, o núcleo possui registro do diretório dentro da plataforma do CNPq, em que correlaciona as linhas de estudos, tão como elenca todos os seus membros. Também possui sua descrição dentro do site institucional do PPGCSA.

Um fato curioso, se resume em que o núcleo possui uma produção mais elevada do que todos os demais núcleos estudados, tão como, é o núcleo com mais membros arrolados, dentro do diretório do grupo na plataforma CNPq, o que pode indicar uma maior “mão de obra” que implicaria no grande volume de produção. No entanto, este seria um objeto de outra análise para além do caráter identitário do grupo.

Sendo assim, o núcleo cumpre com a percepção de seus coordenadores de possuir um caráter identitário multifacetado, visto que, não só o é, institucionalmente, como isso se caracteriza pela enorme variedade de produções realizadas pelo núcleo, tendo sua identidade delimitada e exposta à todos

- Núcleo de Questão ambiental, gênero e condição de pobreza

No mesmo sentido de possuir uma identidade que antecede a existência dentro do PPGCSA, está o “Núcleo de Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza”, que pertencente ao Departamento de Serviço Social da UEPG, em formato de grupo de pesquisa, se anexou ao PPGCSA posteriormente.

Tendo como base os temas desenvolvidos em sua denominação, o núcleo também possui um sistema metodológico de produção voltado à grandes pesquisas de campo, em grande parte se valendo de parcerias com entes públicos municipais.

Esse caráter de pesquisas de campo, como por exemplo, os relatórios “FOME E PANDEMIA: UM ESTUDO EM PONTA GROSSA” de 2022, “AÇÕES DE COMBATE À FOME EM PONTA GROSSA (PR) NO CONTEXTO DA COVID-19” de 2021, e

“(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES DE PONTA GROSSA”, de 2018, perfazem, a exemplo do NUEPPPS, um percurso de pesquisa que se funda em se ater a uma pesquisa de grande porte de dados, que, se ramifica, em trabalhos diversos sobre os objetos estudados.

Tal perfil identitário do núcleo fornece uma noção de centralidade e continuidade das premissas propostas pelos seus coordenadores, que se fundam em análises interdisciplinares para a realização das pesquisas.

Sendo o núcleo que possui o maior número de coordenadoras arroladas no site do PPGCSA, o núcleo já explicita, de maneira não intencional presume-se, uma abordagem interdisciplinar plena, posto que, com tantas professoras de áreas tão singulares e distintas, não resta dúvidas quanto a existência da veia interdisciplinar no núcleo.

Entretanto, diferentemente do que faz o NUEPPPS, a publicidade dos feitos realizados dentro do núcleo, isso inclui-se as grandes pesquisas e relatórios elaborados, tão como as produções diversas, restam escondidas do público externo, o que prejudica o seu reconhecimento e abrangência.

O núcleo, como forma de estender o contido no site do PPGCSA, também possui um diretório dentro da plataforma CNPq, tão como deixa disponível os relatórios realizados, dentro do site do PPGCSA.

Nas palavras da coordenadora Édina,

Ele já nasceu com uma identidade que tem como pano de fundo a questão das vulnerabilidades sociais, e das, digamos assim, realização e coleta de dados para efetivação de políticas públicas para as camadas menos favorecidas da sociedade. Então o viés identitário do núcleo está voltado para as populações menos favorecidas na construção de conhecimento, para que haja um maior acesso dessas pessoas às políticas sociais.

Tal fato fica evidente nos objetos pesquisados em larga escala, tão como nas produções elencadas, indicando assim uma característica de continuidade temática bem delimitada, entretanto, sem prescrever uma linha teórica base.

- *Núcleo de Pesquisa em Saúde Pública, Doença e Assistência em Saúde no Brasil*

Das análises realizadas, pode se estabelecer que o Núcleo de Pesquisa em Saúde Pública, Doença e Assistência em Saúde no Brasil, foge um pouco do padrão de abertura interdisciplinar, posto que, como informado pelo seu coordenador, a linha disciplinar do núcleo é clara e distinta, sendo a “história das doenças no Brasil”.

Embora o percurso histórico dos estudos possa esbarrar em construções interdisciplinares de pesquisa, o panorama geral é bem delimitado e restrito, o que torna um núcleo com uma identidade distinta e imutável, porém, de baixa procura por pesquisadores.

O enfoque em temas tidos como “esquecidos” pela ciência, limita muito a área de produção, o que infere, por exemplo, no fato de entre 2021 à 2023, o núcleo ter apenas uma produção científica, tendo cerca de 11 anos de existência.

Entretanto, embora internamente a abertura temática tida como rígida, o potencial de apropriação das antigas produções do núcleo, se funda em perspectivas de outras áreas do conhecimento, transparecendo assim, uma interdisciplinaridade intrínseca às produções, o que promove dentro do núcleo, um significativo número de menções e citações em outros trabalhos científicos.

Contudo, embora potentes as produções, toda a estrutura do núcleo não é apresentada para membros externos, existindo somente na página do PPGCSA.

Além do baixo número de membros, e da produtividade relativamente baixa, o núcleo possui uma delimitação simples de sua natureza identitária, sendo baseada em antigas pesquisas realizadas pelo mesmo, ficando a mercê de uma nova perspectiva de produção.

5.1 Considerações finais sobre a análise

O desenvolvimento trazido nesta pesquisa, voltou sua atenção para os elementos existentes na constituição e estrutura que compõe o PPGCSA, a partir dos seus núcleos de pesquisa.

Nota-se primeiramente, que o próprio programa é determinado por uma linha identitária desde o seu processo seletivo para novos discentes, e isso se apresenta na ementa presente no edital do programa, para seu ingresso, deixando claro ao candidato, qual o formato de estudos que serão realizados dentro do programa, sempre reservando a seara interdisciplinar em todas as temáticas apresentadas.

Tal elemento se explicita dentro do website do PPGCSA, que deixa claro e de fácil acesso, para o sujeito externo, qual é o caráter de pesquisa e de condução que está submetido o programa. Tal fato se estende às redes sociais do programa que buscam informar todas as ações de pesquisa, tão como funcionam como um espelho do seu website.

No mesmo sentido, o programa exerce em seu website uma padronização de cores e fontes, todas alinhadas a seu logo de apresentação, tornando um ambiente relativamente identificável.

Dentro do panorama de desenvolvimento de IO/IC podemos denotar os seguintes elementos:

Quadro 7 - Análise PPGCSA/UEPG

Centralidade	Distintividade	Continuidade
-Desenvolvimento de formação acadêmica <i>strictu sensu</i> em Ciências Sociais Aplicadas -Aperfeiçoamento profissional centrado em Ciências Sociais Aplicadas - Pesquisa e formação interdisciplinar	- Interdisciplinaridade - Seletividade / Direcionamento de membros voltados à linhas de pesquisa do programa	- Existência dos núcleos de pesquisa - Consolidação temporal (22 anos de existência)

Fonte: o autor.

Notas: Dados trabalhados pelo autor a partir das análises com base nos conceitos de IO/IC.

Porém, em um primeiro e único contato com o cidadão, o reconhecimento se dá somente a partir da busca deste último, onde o PPGCSA se apresenta de maneira clara, principalmente com o enaltecer do caráter interdisciplinar do programa. No entanto, tal transparência não pode ser observada com relação às produções realizadas no PPGCSA, que permeiam como principal característica acadêmica que norteia o programa.

O poderio do PPGCSA é significativo, tendo cumprido com a proposta interdisciplinar em todos os seus núcleos de pesquisa, restando claro que, por conta dos segmentos e temas específicos tratados, essas produções, embora com abrangência interdisciplinar, seguem uma linha de pensamento disciplinar por essência, visto que, muito do que é pesquisado, parte das aproximações acadêmicas de seus coordenadores.

Tal fato, faz com que, assim como afirmou o professor José Augusto Leandro, seja possível a percepção de um seguir lógico de produção, visto que são temáticas pré-definidas, e que abrem espaço para alinhamentos com os objetos de pesquisa de

seus discentes pesquisadores, como a própria pesquisa a ser trabalhada durante o mestrado e o doutorado dentro do programa, entre outros.

Contudo, tal elemento identitário organizacional não possui publicidade, restando adstrito a pesquisas profundas sobre os membros dos núcleos e suas produções.

Esta pesquisa, em seu método de busca, se colocou no lugar do cidadão externo à UEPG e ao PPGCSA, como se, em um cenário hipotético, o pesquisador fosse um possível candidato a adentrar no programa.

De primeira vista, poucos seriam os núcleos que apresentam, em suas estruturas, algum tipo de plataforma que disponibilize o acesso às produções realizadas, como por exemplo, o NUEPPPS e o Núcleo de Pesquisa Esporte Lazer e Sociedade, em sua linha de ação sobre psicologia social, onde, cada qual, possui um site próprio onde discriminam grande parte de sua estrutura, tão como as produções realizadas em seu meio.

Outro núcleo que merece destaque com relação à publicidade, por sua distinção, é o Núcleo de Pesquisa Questão de Meio Ambiente, Gênero e Condições de Pobreza, onde, já na página do PPGCSA, apresenta seus grandes relatórios de pesquisa, no entanto, em nada apresenta sobre as produções subsidiárias destas pesquisas.

Já com relação aos demais núcleos, a busca pelas produções realizadas só foi possível por meio de um cruzamento de dados, onde, se valeu das plataformas do CNPq, sendo tais a plataforma Lattes, e, nos que possuíam, pelo registro do Diretório de Grupos de Pesquisa do Lattes.

O cruzamento de dados nos que possuíam registro no diretório, se deu de maneira mais simples, visto que, tendo todos os membros arrolados dentro do sistema, conseguiu-se correlacionar as produções de todos os membros, fazendo com que, apenas por este meio, se pudesse chegar aos materiais produzidos, isso englobando participações em anais de eventos, seminários, entre outros.

Tal prática se deu apenas com os seguintes núcleos: Núcleo de Pesquisa Questão de Meio Ambiente, Gênero e Condições de Pobreza, NUEPPPS, Núcleo de Pesquisa Esporte Lazer e Sociedade e LABTESP.

Já com relação aos demais núcleos, toda a busca pelas produções, se deram através dos currículos Lattes dos coordenadores responsáveis de cada núcleo, o que resultou em uma busca mais restrita, visto que não se vislumbra, assim como ocorre

com as produções, qualquer arrolamento dos membros pertencentes aos núcleos, o que infere em uma incerteza quanto à captação de dados para a pesquisa. Em consequência disso, tais núcleos tiveram um resultado de buscas menos expressivo que os demais.

Embora apresentando uma certa dificuldade em se realizar os levantamentos das produções, os resultados obtidos apresentaram uma conjectura muito condizente com as propostas trazidas pelos núcleos de pesquisa, tão como pela percepção de seus coordenadores sobre a identidade dos núcleos.

Todos os trabalhos elencados, sejam elaborados em grande ou pequena escala, se apresentaram como plenos indicadores das identidades organizacionais, pois, as temáticas analisadas, apenas levando em consideração os títulos das bibliografias, apresentam um alinhamento claro de centralidade da identidade, distintividade para cada produção de cada núcleo, tão como apresenta um projeto de continuidade, posto que, a não ser pelo recente Núcleo de Inovação, todos os demais condizem com o longo período de atividades desenvolvidas.

Sendo assim, a natureza identitária interdisciplinar do PPGCSA, é muito bem representada pelos seus núcleos de pesquisas, entretanto, embora interdisciplinares, cada núcleo possui uma identidade única, que, por si só, consagra uma dita identidade multifacetada inerente ao formato de pesquisa do programa, e, com base nos preceitos trazidos por Albert e Wethen (1985), podemos classifica-los da seguinte maneira:

Quadro 8 - Análise Núcleos

(continua)

NÚCLEO	CENTRALIDADE	DISTINTIVIDADE	CONTINUIDADE
Inovação, Cidadania e Políticas Públicas	- Temas sobre inovações e tecnologia na efetivação de direitos	- Criação de produtos para além da produção acadêmica. - Interdisciplinaridade de áreas do conhecimento, além das Ciências Sociais.	- Pouco tempo de existência.

Quadro 8 – Análise dos núcleos

(continuação)

NUPEDH	<ul style="list-style-type: none"> - Justiça restaurativa - Epistemologias do Sul - Direitos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> - Interdisciplinaridade. - Acolhimento e direcionamento ao núcleo no processo de seleção. - Dinamizador de pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo de existência (7 anos).
LABTESP	<ul style="list-style-type: none"> - Enfoque no Pós-Estruturalismo como ferramenta de pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interdisciplinaridade. - Diversificação de níveis de produção, por eixo. - Produção massificada. - Abrange todas as linhas de pesquisa por atuar sobre “pontos” que o programa ou a orientação do acadêmico não atuariam. - Linha de extensão e colaboração com outras universidades. - Canal de publicações na plataforma Youtube™. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo de existência (7 anos)

Quadro 8 – Análise dos núcleos

(continuação)

NUEPPS	<ul style="list-style-type: none"> - Enfoque sobre avaliação de Políticas Públicas de Assistência. - Linha Gramsciana. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interdisciplinaridade. - Grande número de produções. - Grandes pesquisas com temas centrais que se ramificam em outras pesquisas. - Site próprio contendo toda a produção do núcleo. - Atuação extensiva junto de outros órgãos da administração pública. 	<ul style="list-style-type: none"> - Longo tempo de duração no programa (15 anos)
Esporte, Lazer e Sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> - Enfoque em estudos sobre a sociologia do esporte, realidade, imaginário e cientometria. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interdisciplinaridade. - Distinção de linhas de pesquisa dentro do próprio núcleo. - Vasta produção acadêmica. - Vasta participação em eventos. - Site próprio contendo informações sobre a linha de pesquisa interna "Representações e Imaginário". 	<ul style="list-style-type: none"> - Longo tempo de atuação (15 anos).

Quadro 8 – Análise dos núcleos

(conclusão)

Questão Ambiental, Gênero e Condições de Pobreza	- Estudos interdisciplinares com enfoque em vulnerabilidades sociais.	- Interdisciplinaridade. - Grandes pesquisas que resultam em ramificações de trabalhos distintos. - Publicidade das grandes pesquisas no site do programa. - Alternatividade dos enfoques de pesquisa com relação ao período das pesquisas.	- Longo tempo de duração (14 anos)
Saúde Pública, Doença e Assistência em Saúde no Brasil	- Enfoque temático em questões históricas sobre doenças “esquecidas” no Brasil	- Interdisciplinaridade de membros, mas regramento quanto à temática. - Pouca produção. - Grande apropriação dos trabalhos por outras áreas do conhecimento.	Longo tempo de existência (11 anos)

Fonte: o autor.

Notas: Dados trabalhados pelo autor a partir das análises com base nos conceitos de IO/IC.

Tal fato se dá pela autonomia plena dos coordenadores para com a condução das atividades, e isso procede pela consonante afirmação de todos os coordenadores, quando questionados sobre a autonomia e poderio de decisão dentro dos seus respectivos núcleos.

Também é uníssonos entre os coordenadores que, sem essa autonomia, impossível seria conduzir as atividades de pesquisa, posto que, assim como afirmou a professora Danuta Estrufika Cantoia Luiz, “a autonomia é parte essencial de qualquer base gestora da universidade pública, e sem ela, nada seria possível”.

E nessa linha de autonomia é que se inicia a abordagem de análise de conjuntura proposta para esta pesquisa.

A correlação de forças entre os atores é evidente e clara, posto que o governo paranaense possui influência direta sobre a UEPG, e esta, por sua vez, exerce influência sobre o PPGCSA e toda a estrutura dos núcleos analisados.

A LGU surge, em seu ideal formador, de uma perspectiva de modernização voltada para o controle dos investimentos públicos para com as IES estaduais, o que seria o principal discurso de apoio à sua existência. Tal fato, por sua vez, enseja no contraponto da oposição, que relata uma possível tentativa de sucateamento das instituições, que rumam à sua privatização.

De fato, o parâmetro utilizado para a contratação de recursos humanos propostos pela LGU, tende a influir diretamente na elaboração dos trabalhos dentro da universidade pública estadual, posto que, com o adotar do sistema 80/20 (aonde as vagas de docentes colaboradores seriam apenas de 20% em cada curso), e ainda com base em diretrizes de investimentos por um dito “prejuízo” que inferem alguns cursos e departamentos, algumas linhas de ação seriam prejudicadas pela sobrecarga de trabalho, e isto, principalmente, afetaria a pós-graduação.

Entre todos os coordenadores que concederam entrevista para esta pesquisa, apenas dois afirmaram que ainda não seria possível prever ou mensurar os efeitos da LGU na UEPG, posto que recente é sua aplicação, no entanto, os demais professores apontaram receio com relação a esta prática de gerenciamento de recursos humanos, o que prejudicaria o andamento das pesquisas dentro do PPGCSA, e afetaria a sua autonomia.

O perfil histórico da universidade brasileira mostrou que a instituição sempre busca um meio de ser direcionada dentro da sociedade como um instrumento. Primeiramente, sob uma forte influência colonial, as diretrizes seriam de conceder formação acadêmica para a elite da sociedade. Depois, passou a ser vista como meio de se obter mão de obra qualificada, e hoje, a universidade pública, se mostra como um item de produtividade.

A existência da LGU é uma prova disso, e, embora tendo uma ordem de oposição presente, tal medida segue uma tendência “resultadista” que surge na sociedade brasileira atualmente.

Em outras palavras, não há uma saída para além da adaptação da universidade, e por consequência, a sua sobrevivência.

Posto isso, e num cenário onde as forças já não entram em conflitos, mas sim, se encaminham para uma única direção, é que se situa a inovação dentro da universidade pública em prol de se manter como um ativo social para a comunidade.

Neste estudo, um simples programa de pós-graduação, por si só, apresentou ser capaz de, através de sua autonomia, gerar um significativo número de publicações, tão como de estabelecer uma linha base de ação, que, sem dúvidas, formaliza um caráter único e distinto, constituindo uma identidade própria e multifacetada.

O enfoque deste estudo foi de apresentar como uma simples parte de uma instituição, pública de ensino, é capaz de criar uma universalidade de elementos e discussões, ao ponto de que, se assim quisesse, poderia ser representado por uma instituição própria, e seguir autonomamente.

Entretanto, tal perspectiva só pode ser elucidada através de uma dissertação acadêmica sobre a mesma, sendo que, a principal interessada, ou seja, a sociedade, não é atingida, ou pelo menos, possui informação sobre o que existe ou não existe nesse meio.

A falta de publicidade da universidade para com a comunidade, permite a existência de uma certa desconfiança e até um preconceito sobre sua existência na sociedade, o que, permite com que discursos, e até mesmo leis reguladoras, venham operar neste meio.

Sendo assim, resta evidente que a universidade pública possui uma identidade organizacional única e diversa, que apenas a ela mesma é evidenciada, deixando de fora toda a comunidade.

A sobrevivência da universidade pública parte da diminuição das distâncias entre o cidadão e a mesma, para que, com muita sorte, a ideia de investimento volte a surtir como base de ação no restante desse mandato, ou nos posteriores.

Este trabalho teve apenas a meta de determinar a possibilidade da existência e mensuração de uma identidade organizacional na IES pública, que, embora multifacetada, existe, porém, para a sua mensuração mais detalhada, dever-se-ia

partir de toda história da UEPG, o que concluiria de fato, o fim almejado por este estudo.

No entanto, também como um objeto de estudo futuro, dever-se-ia elencar como se procederia a utilização dessa IO para reestabelecer o contato da IES pública com o cidadão e com o governo, para aí sim, estabelecer uma nova meta em prol da sobrevivência da universidade pública brasileira.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Os **Aprendizes do Poder**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1988
- ALVESSON, M.; BERG, P. O. **Corporate culture and organizational symbolism**. New York – EUA, Editorial Walter de Gruyter. 1992.
- ALBERT, S; WHETTEN, D. A. **Organizational identity**. In: CUMMINGS, L. L; STAW, B. M. (Eds). *Research Organizational Behavior*. Greenwich, CT: JAI Press, 1985. v. 7, p. 263- 295.
- APIESP – Associação Paranaense de Instituições de Ensino Superior Público. **UEPG**. 2023. Disponível em: <https://www.apiesp.org.br/uepg/>. Acesso em: 26/jul. 2023
- BARRETO, A.L. FILGUEIRAS, C. A. L. Origens da Universidade Brasileira. São Paulo. **Química Nova**, vol.30 no.7., 2007.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis/RJ Editora Vozes. 2004.
- BOHER, I. N.; PUEHRINGER, J.O.; SILVA. D. S.; NAIRDORF, J. **A história das universidades: o despertar do conhecimento**. Disponível em: <<https://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>. Acesso em: 10/07/2022.
- BORGES, J. F.; MEDEIROS, C. R. de O. “Aprecie com moderação”: a identidade da organização como drama e atos de performance. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 2. São Paulo mar/abr 2011.
- BORTOLANZA, J. A trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca de origem até a atualidade. In: **Anais do XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. UFSC. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. 2017. Acesso em: 20/jun. 2022.
- BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.
- BRASIL. **Lei nº 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BREVIÁRIO, Á.G. **História do ensino superior mundial**. Disponível em: <[http://historia do ensinossuperiormundial.blogspot.com.br/2013/01/](http://historia%20do%20ensinosuperiormundial.blogspot.com.br/2013/01/)>. Acesso em: 10/Jul. 2022.
- BUARQUE DE HOLLANDA, S.; **Raízes do Brasil** 26ª ed., 25ª reimpressa., São Paulo, Companhia das Letras. 2006
- CALMON, P. **Uma Universidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Editora Lobo. vol.1. 1967

CANEDO, D. "Cultura é o quê?" - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. In: **Anais do V ENECULT**. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-BA, 2009.

CARBONE, P. P. Cultura organizacional no setor público brasileiro: desenvolvendo uma metodologia de gerenciamento da cultura. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 2, p. 133-144. Rio de Janeiro, 2000

CHAVES, N. B; VARELLA, P.C.; SCHOENNHERR; R. **UEPG – 50 anos 1969-2019**. PROEX. Ponta Grossa-PR. 2021

COSTA, M. L. C. Abertura do I Colóquio Inter Núcleos do PPGCSA-UEPG. In: **Colóquio Inter-Núcleos de Pesquisa**. Ponta Grossa/PR. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o1qfydO787Y&t=1851s>. Acesso em: 24/jun. 2022

CRESS-PR. **A Lei Geral das Universidades (LGU) e as ameaças ao Ensino Superior Público do Paraná**. Paraná, 2019. Disponível em: <https://cresspr.org.br/2021/07/06/a-lei-geral-das-universidades-lgu-e-as-ameacas-ao-ensino-superior-publico-do-parana/> Acesso em: 18/ago. 2022.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru – SP. EDUSC, 1999.

CUNHA, L. A. C. R. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ÉSTHER, A. B. A identidade institucional da universidade brasileira segundo atores macrossociais relevantes: convergências e conflitos. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 199 – 221, dez. 2012.

FARIA, E.; SOUZA, V. L. T. de. **Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Vol. 15, Nº 1. Janeiro/Junho de 2011: 35-42.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. *Educar em Revista*, nº 28, p. 17-36, 2006

FONSECA, F. T. **Em História da Universidade em Portugal**. 2ªed. Vol.I. Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian. Coimbra-POR. 1997.

FREITAS, A. B. **Traços brasileiros para uma análise organizacional**. In: MOTTA, F. C. P.; FREITAS, M. E. de. Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos. São Paulo. Makron Books, 1991

FREITAS, A.B. **Traços brasileiros para uma análise organizacional**. In: MOTTA, F. C. P. (Org.). Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo, Atlas, 1997.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 1989

HATCH, M. J. **Organization theory - modern, symbolic and postmodern perspectives**. New York-EUA. Oxford University Press, 1997.

HATCH, M. J.; SCHULTZ, M. **Scaling the Tower of Babel: relational differences between identity, image, and culture in organizations**. In: SCHULTZ, M; HATCH, M. J; LARSEN, M. H. **The expressive organization**. Oxford University Press, 2000. Oxford – EUA.

KOTTER, J. P.; HESKETT, J. L. **A cultura corporativa e o desempenho empresarial**. São Paulo. Makron Books, 1994.

LATTES. **Plataforma Lattes**. 2023. Disponível em: <https://www.lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 23/mai. 2023

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte/MG. Editora Itatiaia, 2000.

LULAT, Y. G. M. **A History of African Higher Education from Antiquity to the Present: A Critical Synthesis**. GREENWOOD PUBLISHING GROUP. Los Angeles - USA. 2005

MACHADO DA SILVA, C. L.; e NOGUEIRA, E. E. DA S. **Identidade Organizacional: um Caso de Manutenção, outro de Mudança**. Revista da Administração Contemporânea. Edição Especial. Maringá – PR. 2001.

MARIANO, D. A. **IDENTIDADE INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: um estudo sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**. Tese de Dissertação para obtenção do título de Doutorado em Educação. Uni Nove. São Paulo-SP, 2012.

MARTIN, J. **Culture in organizations: three perspectives**. New York: Oxford University Press, 1992

MEIRELLES, H.L. **Direito administrativo brasileiro**. 29. ed. Atualizada por Eurico Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2004.

MIRANDA, J. I. R; SIDULOVICZ, N.; e MACHADO, D. M. O desafio da inovação tecnológica dentro da universidade. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** - Ano XVIII – V. 2 - N. 34 - Salvador, BA. p. 389 – 406. Ago. 2016

MONTPELLIER. **L'Université de Montpellier: 8 siècles d'avance**. Disponível em: <http://www.umontpellier.fr/>. Acesso em 19 Jul. 2022

MULGAN; ALBURY. **Innovation in the Public Sector**. Cabinet Office Strategy Unit, London – ENG, 2003

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: RS, 2002.

NISKIER, A. **História da educação brasileira: de José de Anchieta aos dias de hoje, 1500-2010**. 3ª ed. São Paulo – SP. Ed. Europa, 2011

OLIVEIRA, A. **ANÁLISE DE CONJUNTURA – conceitos e aplicações**. Revista Em Debate, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.24-35, Mar. 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, C. R. ; FREITAS JUNIOR, M. A. ; ANTUNES, A. C. ; PEDROSO, B. ; CARMO, G. C. M. . **O Núcleo de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas**. In: I Colóquio Inter-Núcleos de Pesquisa, 2021, Ponta Grossa. Anais do I Colóquio Inter-Núcleos de Pesquisa, 2021

OLIVEIRA, T. **Origem e Memórias das Universidades Medievais** – a preservação de uma instituição educacional. Revista Varia História. Vol. 23, nº37. Belo Horizonte/MG. Jan., 2007.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). *A educação superior no Brasil*. Porto Alegre/RS Unesco, 2002

PARANÁ. **Lei nº 20.933 em 17 de dezembro de 2021. Dispões sobre a Lei Geral das Universidades**. 2021.

PIRES, J. C. S.; MACEDO, K. B. **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil***. Revista da Administração Pública, v.40. p.81-105, Rio de Janeiro, 2006

PEREIRA, M. F. **Planejamento estratégico: teorias, modelos e processos**. São Paulo, Editora Atlas. 2010.

I Colóquio Inter Núcleos do PPGCSA-UEPG. Produção: Transmissão NUTEAD Ponta Grossa-PR, 2020. 1 vídeo (114 minutos). Disponível em: [youtube.com/watch?v=o1qfydO787Y&t=1851s](https://www.youtube.com/watch?v=o1qfydO787Y&t=1851s). Acesso em: 23/jun. 2022.

I Colóquio Inter Núcleos do PPGCSA-UEPG. Produção: Transmissão NUTEAD Ponta Grossa-PR, 2020. 1 vídeo (89 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mKySEIPEHaA&t=865s> [youtube.com/watch?v=o1qfydO787Y&t=1851s](https://www.youtube.com/watch?v=o1qfydO787Y&t=1851s). Acesso em: 23/jun. 2022.

I Colóquio Inter Núcleos do PPGCSA-UEPG. Produção: Transmissão NUTEAD Ponta Grossa-PR, 2020. 1 vídeo (99 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v7q-W2wRxBk>. Acesso em: 23/jun

PPGCSA. **O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Apresentação**. 2023. Disponível em: <https://www2.uepg.br/ppgcsa/>. Acesso em: 16/mai. 2023

PROCHNOW A.G, LEITE J.L, ERDMANN, A.L. Teoria interpretativa de Geertz e a gerência do cuidado visualizando a prática social do enfermeiro. **Revista Latino-americana – Enfermagem**. São Paulo. 2005.

REALE, G. **História da filosofia antiga III - Os sistemas da era helenística**. Loyola. 2008.

ROQUETE DE MACEDO, A. R.; TREVISAN, L. M. V.; TREVISAN, P.; MACEDO, C. S. **Educação Superior no século XXI e a reforma Universitária Brasileira**. *Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 13, nº 47, p. 127-148, 2005

ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de História**. Passo Fundo/RS. UPF, 2005

RUÃO, T. **O conceito de identidade organizacional: teorias, gestão e valor**. Comunicação apresentada ao II Congresso da SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 2001.

RUEGG, W. **Uma História da Universidade na Europa**. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. II, p. 254-259: Lisboa-POR, 1996

SACKMANN, S. **Cultures and subcultures: na analysis of organizational knowledge**. Administrative Science Quarterly, v. 37, Mar. 1992.

SAMPAIO, H. Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). **Documento de Trabalho 8/91**. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SCHALL, E. **Public sector succession: a strategic approach to sustaining innovation**. Public Administration Review, v. 57, n. 1, Washington- EUA, 1997

SERRÃO, J. V.; **História das Universidades**, Lello & Irmão. Porto-POR, 1983.

SINDPRO-UEL. **Por que dizemos não á LGU?**. ANDES- Sindicato Nacional. Paraná. 2019.

SMIRCICH, L. **Concepts of culture and organizational analysis**. Administrative Science Quarterly, v. 28, n. 3, Nova York – EUA. Set/1983. p. 339-358

SOUZA, Herbert José de. **Como se Faz Análise de Conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1984

SOUZA, J. G. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista de Educação**, Campinas, nº 1, 2012.

SOUZA, D. G; MIRANDA, J. C.; e SOUZA, F. S. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 25 jul 2022

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 61-88, Campinas-SP, 2000.

TRICE, H. M.; BEYER, J. M. **The cultures of work organizations**. New York- EUA. Editor Prentice-Hall, 1993.

UEPG. **Universidade – Gestão 2022-2026**. 2023. Disponível em: <https://www.uepg.br/universidade/#historico>. Acesso em: 20/mai. 2023.

UNIBO - **Universitàdi Bologna: La nostrastoria**. Disponível em:<http://www.unibo.it/it/ateneo/chi-siamo/la-nostra-storia>. Acesso em 20 Jul 2022.

UNIVERSITY OF OXFORD. **University of Oxford: Introduction and history.** Disponível em: <https://www.ox.ac.uk/about/organisation/history?wssl=1>. Acesso em 21 jul 2022

UNIPD. **Università di Padova – Storia.** Disponível em: <http://www.unipd.it/storia-musei-biblioteca>. Acesso em 22 Jul. 2022

UNMSM. **La Universidad Nacional Mayor de San Marcos.** Disponível em: <http://www.unmsm.edu.pe/home/inicio/historia#historia>>. Acesso em 21 Jul 2022

USAL. **Universidad de Salamanca: um recorrido de 800 años.** Disponível em: <http://centenario.usal.es/un-recorrido-de-800-anos/>. Acesso em 22 Jul 2022

VERGER, J. **Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII.** Bauru/SP. EDUSC, 2001.

VIEIRA, S. R. **A trajetória do curso de Pedagogia – de 1939 a 2006.** 1º Simpósio Nacional XX Semana da Pedagogia, v. 11, 2008. Disponível em: <https://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2013.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022

WANDERLEY, L. E. W. **O Que é Universidade?** São Paulo. Brasiliense, 2017

WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade.** Tradução de Sandra Gardini Vasconcelos. Boitempo. São Paulo, 2007.